

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



“UMA CIVILIZAÇÃO SEM ALMA?”
EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO PASSIVA

LUCELMA SILVA BRAGA

CAMPINAS – SP

2005

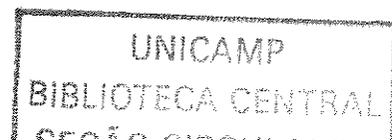
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“UMA CIVILIZAÇÃO SEM ALMA?”
EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO PASSIVA

LUCELMA SILVA BRAGA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em História e Filosofia da Educação.
Orientador: Profa. Dra. Maria de Fátima Félix Rosar

CAMPINAS – SP
2005



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

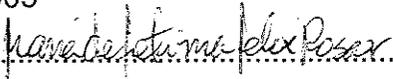
Título: "CIVILIZAÇÃO SEM ALMA". EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO PASSIVA.

Autor: LUCELMA SILVA BRAGA

Orientadora: MARIA DE FÁTIMA FÉLIX ROSAR

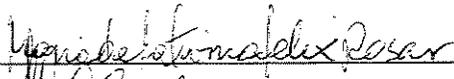
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por LUCELMA SILVA BRAGA. e aprovada pela Comissão Julgadora.

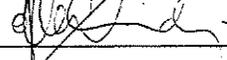
Data: 28/02/2005

Assinatura:..........

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:







2005

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	UNICAMP
	B73c
V	EX
TOMBO BC	64044
PROC.	16-P-0008605
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	01/06/05
Nº CPD	Biv. 12350899

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

B73c Braga, Lucelma Silva .
Uma civilização sem alma? : educação e revolução passiva / Lucelma Silva
Braga. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador : Maria de Fátima Félix Rosar.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Hegemonia. 2. Educação. 3. Trabalhadores. 4. Capitalismo. 5. Ensino
profissional. 6. SENAI. 7. SESI. I. Rosar, Maria de Fátima Félix. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-39

Keywords: Hegemony; Education; Workers; Professional education; SENAI, SESI

Área de concentração:

Titulação: Mestre em educação

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Felix Rosar,

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias,

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi,

Prof. Dr. José Roberto Zan,

Prof. Dr. José Renê Trentin

Data da defesa : 28/02/2005

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo à classe trabalhadora dilacerada pelo processo de expropriação material e simbólica que o capitalismo lhe impõe cotidianamente.

“Sobre o ‘conformismo’ social, deve-se notar, que a questão não é nova e que o alarme lançado por certos intelectuais é apenas cômico. O *conformismo sempre existiu: trata-se hoje da luta entre ‘dois conformismos’, isto é, de uma luta pela hegemonia, de uma crise da sociedade civil.* Os velhos dirigentes intelectuais e morais da sociedade sentem faltar terreno sob seus pés, percebem que suas ‘prédicas’ tornaram-se precisamente ‘prédicas’, isto é, coisas estranhas à realidade, pura forma sem conteúdo, larva sem espírito; daí seu desespero e suas tendências reacionárias e conservadoras: dado que a forma particular de civilização, de cultura, de moralidade que eles representaram se decompõe, eles sentenciaram a morte de toda civilização, de toda cultura, de toda moralidade, e *exigem medidas repressivas do Estado ou se constituem em um grupo de resistência apartado do processo histórico real, aumentando dessa forma a duração da crise, dado que a superação de um novo modo de viver e de pensar não pode ocorrer sem crises.* Os representantes da nova ordem em gestação, por um lado, por ódio ‘racionalista’ à velha, difundem utopias e planos de cerebrinos. Qual o ponto de referência para o novo mundo em gestação? O mundo da produção, o trabalho. O *máximo utilitarismo deve estar na base de toda análise das instituições morais e intelectuais* a serem criadas e dos princípios a serem difundidos: a vida coletiva e individual deve ser organizada para o máximo rendimento do aparelho produtivo. O desenvolvimento das forças econômicas em novas bases e a instauração progressiva da nova estrutura sanarão as contradições que não podem deixar de existir; e, tendo criado um novo ‘conformismo’ a partir de baixo, permitirão novas possibilidades de autodisciplina, isto é, de liberdade até individual”.

Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*. Einaudi Editore, Torino, vol. 2, pp. 862-863, grifos nossos, 1977.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta *síntese* – contraditória e provisória – contou com o apoio, direto e indireto, de algumas pessoas, às quais desejo expressar o meu reconhecimento sincero:

- Ao meu pai, *Benedito*, com o qual aprendi a solidariedade ativa de quem *ao longo de sua vida garantiu, mesmo em detrimento de si, o processo de escolarização aos seus filhos*. Agradeço também pelo apoio permanente que deu aos vários “movimentos” demandados para a realização desse projeto de vida.
- À minha mãe, *Maria de Lourdes*, e aos meus irmãos pelo carinho e apoio apesar e a propósito de nossas diferenças.
- À minha orientadora, *Fátima*, referência maior da prática de intelectual militante e educadora com quem – aliado a sua presença forte e afetiva - aprendi, entre outras coisas, que a expansão da dimensão intelectual só faz sentido se ajudar a nos tornar melhores como seres humanos, *com condutas mais éticas, mais solidárias, mais verdadeiras*, enfim, aprendi o sentido pleno de um *processo pedagógico cujo horizonte é a constituição de seres humanos mais completos*.
- Ao *Edmundo*, pelo acolhimento e pronta disposição em acompanhar o desenvolvimento deste trabalho. Considero um grande privilégio para as novas gerações ter seu exemplo de pesquisador e de “*militante do futuro*”, para usar um termo gramsciano. Exemplo que se expressa pela sua *capacidade de conservar a juventude no semblante, no modo criativo de analisar a realidade e sobretudo, de atuar nela*.
- Meus agradecimentos à minha querida amiga e companheira de trabalho, *Miriam Santos Souza*. Agradeço o incentivo permanente e a contribuição nos primeiros “passos” que possibilitaram essa experiência. Sua sensibilidade, sua conduta ética e transparente, sua amizade fraterna, seu trabalho pedagógico competente e socialmente comprometido, enfim, tudo o que faz dela uma pessoa humana valorosa se constituem em exemplos muito caros em minha vida.
- Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação pelas contribuições e em especial, ao professor *Claudinei* pela oportunidade de experiência de estágio docente e pelas ricas incursões na história da educação.
- Agradeço ao *coletivo de educadoras do Centro de Estudos Político-Pedagógico (CEPP)* pelo partilhar de uma concepção e prática pedagógica relevante

socialmente e comprometida com as necessidades dos setores populares, somente possível pela compreensão de que afetividade e conhecimento são, dialeticamente, a base da construção de uma nova sociabilidade.

- Agradeço à *irmã* que a vida me presenteou, *Florainês*, pela sua presença forte e amiga no enfrentamento das contradições que este mundo nos impõe dia-a-dia. O enriquecimento da nossa afetividade com o nascimento da *Letícia* e da *Catarina* foi o que de mais belo que aconteceu nos últimos anos. Foi, como disse João Cabral (em *Morte e Vida Severina*) “contaminar com sangue novo a anemia”.
- Agradeço às minhas queridíssimas (os) amigas (os), *Rayssa e Cosme, Malila e Isabela da Graça, Naginha, Ana Champoldry, Odara e Olga, Lícia, Ana Paula Piosky, Jean, Yuri Sandino e Daniel Gandhi, Francisco, Ramon Zapata, Denise, Zeca e Clara, Ana Paula Pires, Geraldo, Luan e Ian* pelo acompanhamento fraterno, solidário e pela perspectiva de continuidade de relações tão importantes para mim.
- Ao *Luiz II*, pela afetividade rica que embora redimensionada, permanece presente.
- Meus agradecimentos à *Cléudia* e à *Luíza Delfino* pelo acolhimento fraterno na minha chegada à cidade de Campinas e pela solidariedade sempre presente.
- À *Samira*, pelas dicas de leitura que renderam muitos debates, pela afetividade serena e madura. Muito boa a alegria experimentada a cada reencontro contigo.
- À querida *Eveline*, eu agradeço pela solidariedade ativa e partilha dos sabores e dissabores que sentimos pelo fato de estarmos longe de nosso Estado de origem.
- Pela presença amiga e pela generosa revisão textual e tradução do resumo para língua estrangeira, eu agradeço à *Marilsa*.
- À *CAPES* pelo apoio financeiro no último ano desta pesquisa.
- Agradeço às funcionárias da Biblioteca Joel Martins, em especial, à *Josy* e à *Maria Alice*, pela ajuda solidária e orientação paciente ao longo de toda a pesquisa.
- A um enorme conjunto de companheiros (as) nesta travessia deixo meus reconhecimento e carinho: *Alessandra Abizzo, Ana Peregrin, Ana Rita, Cássio, Chico do Sul, Cidinha, Cosme, Djalma, Dona Deja, Edna, Elson, Elza, Fábio, Fragoso, Iva, Jane, Jaqueline, Karla, Kimi, Lalo, Larissa-Nelson e a pequena Elis (separá-los seria impossível!), Leonardo Antônio, Ladycelma, Luciana Palharini, Máuri, Paulo, Rosa Maria, Sérgio, Vilson e Zé*. A ordem alfabética foi aqui usada para evitar qualquer sentimento de preferência que poderia resultar em injustiça para com aqueles que ao longo destes três anos tornaram minha passagem por esta cidade e a experiência no mestrado um momento rico, marcado pela solidariedade que, cada um ao seu modo, ajudou a construir.

RESUMO

Este trabalho analisou o processo de consolidação da ordem burguesa, bem como as estratégias utilizadas pela burguesia para lograr sua hegemonia. A necessidade de compreensão do embate entre os projetos hegemônicos firmados no início do século passado, mantido no seu decorrer e re-atualizado no início deste, requer, a mediação de algumas das reflexões feitas pelo pensador e militante marxista Antonio Gramsci que, ao nosso ver, forneceu teorias e conceitos fundamentais para o seu desvendamento. Este corpo teórico nos permitirá avançar na compreensão de como os processos político e educacional se inter cruzam na formatação do corpo e da mente do trabalhador. Pretendeu-se analisar o processo que deu centralidade à classe burguesa no Brasil e as estratégias utilizadas pela burguesia industrial no período compreendido dos anos 1930 aos anos 1960. Tratou-se, portanto, do estudo da reconstrução da classe operária e para tal estudou-se o projeto político-pedagógico do SENAI e do SESI a partir das modificações educacionais levadas a efeito pelo IDORT e pelo movimento escolanovista.

Palavras-chave: Hegemonia; Educação; Política; Trabalhador; Capitalismo, Ensino Profissional.

ABSTRACT

This dissertation analyses the consolidation process of the bourgeois class, as well as the strategies utilized by the bourgeoisie to achieve its hegemony. The need for comprehension about the conflicts among the hegemonic projects undertaken at the beginning of last century, carried on then and updated at the beginning of this century, requires the mediation of some thoughts done by the Marxist thinker and militant Antonio Gramsci who, from our point of view provides fundamental theories and concepts to its settlement. This theoretical reference will allow us to move forward to the comprehension of how the political process and educational process interconnect themselves in the formation of the worker's body and mind. It is, therefore, the study of the working class restructuring. This dissertation aims at analyzing the process that granted centrality to the bourgeois class in Brazil and the strategies employed to the industrial bourgeoisie. We did study the pedagogical political project of the partnership SENAI – SESI, starting from the educational modifications undertaken by IDORT and the New School Movement.

Key words: Hegemony; Education; Politic; Worker; Capitalism; Professional School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO UM: Breves notas acerca da consolidação da ordem burguesa e a questão da hegemonia	11
1. 1 Nota prévia	12
1. 2 As transformações que deram centralidade à burguesia	13
1. 3 Hegemonia: projeto classista que busca universalizar-se	21
1. 4 Novo trabalhador ou subsunção real do trabalho ao capital?	41
CAPÍTULO DOIS: A revolução burguesa no Brasil como processo típico de revolução passiva	49
2.1 Formação social brasileira e revolução passiva	51
2. 2 A busca da hegemonia no interior do processo produtivo	63
2.3 A construção/estruturação do sistema educacional face às necessidades do capital	69
CAPÍTULO TRÊS: Experiências e lições da burguesia industrial e a formação da classe trabalhadora para o capital	95
3.1 IDORT: A proposta de racionalização do público e do privado	97
3.2 O SENAI e o SESI: um projeto político-pedagógico	119
CONCLUINDO...	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
DOCUMENTOS CONSULTADOS	177
ANEXO FOTOGRÁFICO	179

INTRODUÇÃO

É comum escutarmos entre os pós-graduandos que as dissertações de mestrado se constituem em *sínteses* e devem ser elaboradas depois de um longo e detido trabalho de revisão bibliográfica.

A leitura compreendida *como um processo de produção* que exprime o embate entre os projetos de sociedade (DIAS, 1999a, p. 12) exige a dedicação de um tempo significativo para que a referida revisão das referências bibliográficas ocorra.

Além do exame cuidadoso dos principais trabalhos de pesquisa já realizados - fundamental no processo de investigação e de produção do texto escrito - é exigido do pesquisador o amadurecimento da compreensão do problema em questão de modo que as aparências acerca do mesmo sejam superadas. Nunca é demais lembrar a afirmação de Marx segundo a qual “se aparência e essência coincidissem, toda ciência seria inútil”.

Partir deste pressuposto significa comprometer-se acadêmica e politicamente com a produção de um trabalho de qualidade, relevante socialmente e que contribua no enfrentamento dos problemas educacionais pela intervenção do “olhar” de um educador-pesquisador em formação.

Durante vários momentos da minha experiência como aluna do mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp, me deparei com situações que dificultaram a elaboração dessa *síntese*. Apesar de ser este um depoimento individual, estou convencida de que alguns dos motivos que obstaculizaram a minha caminhada expressam também as dificuldades vividas pelas últimas gerações de pesquisadores.

Nos últimos anos, as reformas educacionais implementadas no bojo da reforma do Estado capitalista de face neoliberal, tentaram dissolver do horizonte ideológico de nossa sociedade a existência do direito à educação (GENTILI, 1995, p. 244). Tentativa, em grande medida, exitosa, considerando toda a reconfiguração feita nos vários níveis de ensino, de modo a materializar a minimização do princípio do direito à educação.

A privatização da educação brasileira não é uma novidade e está inserida nos marcos mais amplos do capitalismo dependente que caracteriza nosso país. Entretanto, avalio que existem novidades neste processo de privatização da educação brasileira, realizado ao longo da década de 1990. Novidades – aprofundamentos que se relacionam com o empresariamento da educação e conseqüente ‘demolição’ da educação pública, gratuita, democrática e referenciada nas lutas e demandas das classes trabalhadoras (LIMA, 2004, p. 68).

A “demolição” da educação pública se concretiza através de inúmeras formas, e uma delas é o *aligeiramento* da formação dos profissionais, em especial, os da educação.

[...] A política nacional de profissionalização docente, no Brasil, na última década, acarretou sérias conseqüências à educação pública [...] pode-se inferir que a decisão de retirar a formação dos professores da universidade, como no caso brasileiro, não visa apenas a redução de custos, mas, também, o processo gradativo de desintelectualização do professor. Há, porém, dificuldade em perceber tal processo, uma vez que o aligeiramento da formação docente fica eclipsado pelos argumentos da racionalidade técnica predominante nos programas de desenvolvimento profissional que priorizam a noção de competência, orientando os debates sobre a formação do professor como expert (SHIROMA, 2003, pp. 67-68).

A *desintelectualização do professor* levada a cabo, entre outros motivos, pelo processo de aligeiramento da formação docente não é uma realidade restrita apenas aos cursos de formação que se dão fora da universidade.

Também no interior da universidade pública experimentamos na graduação e, principalmente na pós-graduação este danoso processo, através do encurtamento dos prazos para a realização de pesquisas em nível de mestrado e de doutorado, obedecendo às diretrizes de uma política econômico-financeira comandada pelos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional,

Organização Mundial do Comércio, etc.) traduzida em uma política educacional que desconsidera a importância da pesquisa científica para a autonomia intelectual e cultural do país; da escassez de bolsas de incentivo à pesquisa, submetendo os pesquisadores a dividirem o tempo necessário para a realização de um trabalho científico de qualidade, com a também necessária e urgente *sobrevivência*; da lamentável sujeição dos programas de pós-graduação às avaliações feitas pelas agências financiadoras que predominantemente vêem a *produtividade reduzida a critérios meramente quantitativos, logo intelectualmente pobres*; o que acaba por gerar e manter “uma ‘marcha a ré intelectual’ e teórica definida e efetivada nas próprias políticas educacionais, em nível nacional e internacional” (MORAES, 2003, p. 154).

Uma das conseqüências imediatas dessa política é o próprio tratamento que é dado a ela. A leitura tal como a compreendemos, isto é, *como um processo de produção que exprime o embate entre os projetos de sociedade* requer que a coloquemos em seu devido lugar. A política educacional é o resultado “das lutas travadas, tanto no momento da sua elaboração, quanto de sua execução” (ROSAR, 1995, p. 12), que manifesta, não esqueçamos, *o embate entre os projetos hegemônicos*.

Mesmo para os que dizem produzir conhecimento com base na “neutralidade” científica, ou para os que negam a própria validade da ciência, afirmando que os conceitos científicos não passam de “múltiplos jogos de linguagem”, qualquer que seja o caminho que pretenda passar ao largo dessas questões, consideradas por este ideário como sendo ultrapassadas e/ou desimportantes, essa produção é *sempre, queiramos ou não*, um modo de *posicionar-se diante deste embate*.

Nesse sentido, o trabalho de pesquisa expressa os entraves decorrentes da política educacional implementada no país, mas é também o esforço individual/ coletivo do pesquisador em enfrentar esses entraves.

A opção que fiz pelo estudo do modo como o capital busca alcançar sua hegemonia, produzindo e reproduzindo a força de trabalho que responda aos seus

interesses, mediatos e imediatos, por meio de um processo em que política e pedagogia se inter cruzam, resultou da perspectiva que foi sendo delineada a partir da minha experiência como pesquisadora em formação, e como educadora-militante.

As questões com que eu me deparei ao longo dessas experiências, que articulam as dimensões da teoria e da prática, foram apontando para a necessidade de *compreensão do permanente conflito*, embora com graus diferenciados, de acordo com o espaço-tempo histórico, entre as classes sociais fundamentais.

As minhas inquietações iniciais foram sendo “traduzidas” para o entendimento de que os problemas com que eu me deparava em sala de aula, ou na própria luta política, não estavam restritos àqueles espaços, mas eram o resultado do embate que se dava entre perspectivas ideológicas e políticas que se traduziam em corpos teóricos.

O primeiro contato com essa perspectiva se deu com a minha inserção em um grupo de pesquisa, ligado ao Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que investigava os impactos da política de descentralização pela via da municipalização do atendimento das séries iniciais da educação básica. O estudo realizado ali avançava no entendimento de que a política educacional se dava “no âmbito do Estado capitalista, uma vez que a municipalização do ensino é uma de suas expressões, como forma de organização do sistema educacional” (ROSAR, 1995, pp. 11-12).

Na perspectiva de Gramsci, a construção da hegemonia não se dá apenas, nas instâncias que são, especificamente, políticas. A categoria de Estado ampliado permite compreender que nos espaços da sociedade civil são travadas as guerras de posição entre as classes antagônicas, pela construção e reconstrução da hegemonia, como exercício da direção política e cultural da sociedade. O que é a política educacional senão a síntese das lutas travadas tanto no momento da sua elaboração, como de sua execução? (idem, p. 12, grifos nossos).

Nessa direção, pude compreender que a política implementada no bojo do Estado capitalista responde aos interesses desse Estado e das classes que neste se apóiam para fazer valer seu projeto de sociedade¹.

A experiência docente no interior da escola pública também foi muito significativa no sentido de provocar em mim inquietações que ratificavam esse “olhar” mais amplo. Na medida em que ia compreendendo a essência do trabalho educativo, que ao meu ver, para além de *atender as necessidades já existentes no aluno*, deveria *criar outras necessidades superiores*, fui percebendo como o modelo pedagógico adotado e veiculado pelos órgãos oficiais de educação, que influenciava grande parte dos educadores com quem eu partilhava o fazer pedagógico, não correspondia a uma alternativa considerada útil e relevante em termos educativos para as classes populares².

A necessidade de entender a intervenção/reprodução do embate classista no âmbito da sala de aula, através, entre outros aspectos, da adoção de um modelo pedagógico que não leva os alunos a terem acesso aos conhecimentos produzidos, histórica e coletivamente, pela humanidade, que se constitui na essência do trabalho educativo (SAVIANI, 1995b, p. 17), me motivou também a continuar nesta direção.

¹ Além do trabalho citado acima, cujo título é *Globalização e Descentralização: o processo de desconstrução do sistema educacional pela via da municipalização* (ROSAR, 1995), destacaria outros que também partem da perspectiva da totalidade para analisarem o fenômeno da política educacional, entre eles: Arelaro (1980, 1999a, 1999b); Félix (1986, 1990); Lima (2004); Oliveira & Rosar (2002); Rosar (1994, 1995), Rosar & Sousa (1995, 1999, 2002); Sheen (2000).

² Uso “classes populares” no sentido que Gramsci atribuiu a “povo”: trata-se do conjunto contraditório das classes subalternas.

A divulgação e a adoção maciça do modelo pedagógico escolanovista pautado no *aprender fazendo* e no *aprender a aprender* herdado do pensamento deweyano, que concebe a instituição escolar como um espaço predominantemente de *socialização* do aluno e não de *transmissão* dos conhecimentos científicos acumulados no decorrer da experiência humana, ao meu ver, *descaracteriza a escola ao passo que impede o cumprimento da função que lhe foi historicamente atribuída*.

A diluição da função da instituição escolar, levada a cabo pelo modelo pedagógico escolanovista e suas derivações³, deve ser compreendida como expressão do projeto de hegemonia das classes dominantes, visto que no capitalismo “a expropriação do saber é um dado [e uma necessidade] tão real quanto a expropriação da terra e dos instrumentos de trabalho” (LINS, 2003, p. 50).

Nesse sentido, o presente trabalho resulta das inquietações decorrentes da minha atuação como pesquisadora em formação e educadora-militante, e expressa também a tentativa preliminar de entender o problema da luta pela hegemonia travada entre as classes fundamentais.

Os estudos realizados nesta etapa da pesquisa foram fundamentais para minha formação, uma vez que pude compreender como processo político e processo educacional se inter cruzam. O caráter preliminar do presente trabalho aponta para a necessidade de dar continuidade ao estudo, de modo que eu possa investigar mais detidamente as várias formas de expressão do projeto de hegemonia burguês, em especial, no âmbito da política educacional e do modelo pedagógico.

A opção teórico-metodológica resulta também da tentativa de posicionar-me diante do embate classista. Estudar o projeto político-pedagógico das classes dominantes em busca de sua *hegemonia*, a partir das contribuições do *pensador* e

³ A esse respeito ver: DUARTE, Newton. *As Pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento*. In: DUARTE, N. *Sociedade dos Conhecimentos ou Sociedade das Ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

militante marxista, Antonio Gramsci, cuja vida foi brutalmente interrompida depois de 11 anos encarcerado⁴ pelo regime fascista, significa situar-me nesse embate em uma perspectiva já apontada – a das classes subalternas.

Não obstante o tratamento dado ao conjunto da obra de Gramsci, situando-o no campo teórico e político marxista como um teórico da superestrutura, um reformista idealista, ou na melhor das hipóteses um marxista voltado para as questões da cultura, aqui se pretende situar na perspectiva do *Outro Gramsci* (DIAS *et al.*, 1996a), *entendido como o intelectual e militante revolucionário que dedicou sua vida na construção da hegemonia das classes subalternas*.

O contato com o *Outro Gramsci* ocorreu através de um grupo de estudos formado durante a greve das universidades federais em 1996. O grupo reunia estudantes de graduação e pós-graduação da UFMA interessados no pensamento gramsciano e as educadoras organizadas em torno do Centro de Estudos Político-Pedagógicos – o CEPP. Sob a orientação da professora Maria de Fátima Félix Rosar, o grupo continuou reunindo seus membros, mesmo tendo sido encerrada a atividade grevista. O coletivo formado naquele momento se constituiu em um importante meio de divulgação do pensamento crítico-dialético, oportunizando às novas gerações o estudo sistemático da obra gramsciana.

A minha vinda à cidade de Campinas e o conseqüente vínculo com o programa de pós-graduação em educação da UNICAMP, interrompeu provisoriamente os estudos, o que levou à motivação, junto com outros pós-graduandos, de organizar na UNICAMP, um outro grupo de estudos cujo foco era também a obra de Gramsci. O grupo-Unicamp, originalmente formado na Faculdade de Educação, foi ampliado com a

⁴ O próprio encarceramento do Gramsci é expressão do embate hegemônico. Ilustração disso é a conhecida declaração feita por “um juiz porta-voz da barbárie fascista”: *“devemos impedir por vinte anos que este cérebro funcione”* (MANACORDA, 1990, p. 50). Para uma compreensão mais ampla acerca da *infância, da experiência política pré-carcerária e a dura vida no cárcere*, ver o interessantíssimo estudo realizado Giuseppe Fiori, cuja ambição com a elaboração da biografia foi, segundo ele: “completar o retrato de Gramsci, isto é, acrescentar à cabeça (ao Gramsci intelectual e líder político) “pernas e corpo”: aqueles elementos humanos da infância à maturidade, que nos ajudam a ver o personagem “inteiro”, nos dias de fome, do amor e do lento morrer” (1979, p. 11).

participação de alunos de graduação e pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-UNICAMP). As reuniões ocorriam semanalmente e contavam com a orientação conjunta da professora Maria de Fátima Félix Rosar, que à época estava vinculada ao Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE) da FE e do Edmundo Fernandes Dias docente -aposentado do IFCH-UNICAMP.

Desde o primeiro contato com os textos gramscianos, o que me parecia muito curioso (hoje eu diria sintomático e tragicômico!), era ver o uso feito deles. Sob o rótulo de “estar sendo gramsciano”, lideranças políticas, sindicais, etc., em âmbito local e nacional, justificavam as suas opções políticas. Um exemplo típico do “estar sendo gramsciano” era a valorização dada a institucionalidade burguesa, como se o fato de participar dela, autorizasse alguém a dizer que é gramsciano.

Gramsci nunca negou a luta institucional e a contribuição desta no avanço da democracia, mas o fato dele ter sido parlamentar, não autoriza ninguém a se considerar gramsciano por tal motivo. Reduzir toda a sua originalidade e o caráter revolucionário do seu pensar e agir é tentar apagar a sua história pessoal, a história das lutas das classes, neutralizar suas contribuições como um dos mais importantes intelectuais da atualidade, além de ser uma prova da permanente tentativa de esterilização do marxismo.

Outro exemplo dos *usos e abusos*⁵ dos textos de Gramsci e que aqui nos interessa mais diretamente é o conceito de *hegemonia*. Durante todo este trabalho foi feito um esforço em demonstrar o que se entende deste conceito, tal como desenvolvido por Gramsci.

No **Capítulo Um** serão apresentadas breves considerações sobre as transformações que deram centralidade à burguesia como classe fundamental. A tentativa de compreender o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci a partir

⁵ DIAS, Edmundo Fernandes. *Sobre as leituras dos textos gramscianos: usos e abusos*. In: DIAS, E. F. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996b.

das lutas travadas internacional e nacionalmente entre as classes fundamentais, e o conseqüente processo de reestruturação capitalista, operado pela via do taylorfordismo, será o foco da discussão feita neste capítulo. Também será abordada a ofensiva capitalista materializada na construção do Estado liberal do tipo *Welfare*, e os efeitos desse no processo de organização das classes subalternas.

No **Capítulo Dois** será analisada a revolução burguesa no Brasil a partir de outro conceito trabalhado por Gramsci: a *revolução passiva*. A modernização do Estado brasileiro foi empreendida através de “acordos” pelo alto, sempre conflitantes, embora nunca antagônicos, entre frações das classes dominantes e que teve como objetivo principal a exclusão do protagonismo das camadas subalternas. Outro aspecto abordado neste capítulo é o papel que os intelectuais orgânicos desempenharam na constituição e consolidação da ordem burguesa, e a construção do sistema educacional brasileiro de 1930 a 1960, de modo a atender o projeto de hegemonia da burguesia industrial.

No **Capítulo Três** estudaremos as experiências e as lições da burguesia industrial, bem como a formação da classe trabalhadora através do projeto político-pedagógico desenvolvido pelo SENAI e pelo SESI decorrente das modificações educacionais, levadas a efeito pelo IDORT e pelo movimento escolanovista, ambos expressões concretas do projeto hegemônico da burguesia industrial.

A ilustração da capa deste trabalho diz respeito ao projeto político-pedagógico da burguesia industrial. Da esquerda para a direita vemos Roberto Mange e Roberto Simonsen entregando o diploma a um jovem da primeira turma do SENAI. Contrariamente à afirmação de Simonsen de que esta era uma “civilização sem alma” o que se percebe é exatamente a tentativa de dar aos trabalhadores “o espírito do capitalismo” sob a forma de ensino técnico com suas dimensões políticas necessárias para a construção do novo trabalhador para o capital.

CAPÍTULO UM:
BREVES NOTAS ACERCA DA CONSOLIDAÇÃO DA
ORDEM BURGUESA E A QUESTÃO DA HEGEMONIA

“O Risorgimento Italiano significou a conquista do poder político das burguesias comerciante, industrial e intelectual das cidades, que deu aos proprietários rurais os bens eclesiásticos e dissolveu os vínculos feudais que pesavam sobre a terra: aos camponeses pobres deu a metralhadora dos carabinieri e a história escolástica do ‘banditismo meridional’. A Revolução de outubro deu poder político aos operários urbanos que garantiram aos camponeses pobres a posse das terras invadidas durante os meses de agosto e setembro, que sufocaram, com o exército vermelho, a reação dos grandes proprietários e dos seus sicários pagos pela Entente, que eliminaram o tremendo aparelho de opressão nacional do capitalismo [...]”.

**Antonio Gramsci, *Il Rivoluzionario e la mosca cocchiera*,
Avanti!, nº 326, p. 333, 25-11-1919 In: *L’Ordine Nuovo*,
1919-1920, Einaudi Editore, Tourine.**

1. 1 NOTA PRÉVIA

A epígrafe do presente capítulo demonstra, nas palavras de Gramsci, as diferentes formas pelas quais as classes que se afirmam como revolucionárias exercem o seu poder. Isto se verifica pelo relacionamento entre as classes dominantes e as subalternas, o que nos permite ter clareza sobre a diferença objetiva das tarefas e das alianças que burguesia (revolução francesa) e proletariado (revolução russa) realizaram na instauração do seu projeto de sociedade. Obviamente não existe, e nem poderia existir, uma teoria das revoluções para além e fora da história.

Os movimentos da burguesia para constituir sua ordem, que se seguiram ao movimento francês, consideraram as classes subalternas como perigosas para as burguesias nacionais. Essa processualidade abriu uma nova época histórica, na qual as burguesias ascendentes foram obrigadas a aliar-se aos antigos dominantes (nobreza, os *junkers* alemães, etc.) para evitar que as classes subalternas entrassem na luta e pudessem vir a assumir o projeto de antagonistas e, potencialmente, assumirem a possibilidade de construir sua sociabilidade.

A Revolução burguesa italiana, estudada privilegiadamente pelo nosso autor, evidencia que o processo de construção daquela nação se fez por acordos entre os antigos e novos dominantes e via incorporação, pela força, dos dominados.

Com o Outubro de 1917, produto histórico das contradições internacionais e nacionais sobre o povo russo e da ação concreta dos bolcheviques (entendidos por Gramsci como *experimentadores históricos*) abriu-se uma *nova possibilidade revolucionária*. Para a consecução dessa possibilidade, a questão da aliança operário-camponesa era vital.

1. 2 As transformações que deram centralidade à burguesia

O processo de desenvolvimento do capitalismo industrial se acelerou na chamada Era das Revoluções (HOBBSAWM, 1977). As transformações ocorridas no processo da produção material constituíram e foram constituídas por novas relações políticas, sociais e culturais. Esse conjunto de transformações – materiais e simbólicas - propiciou à burguesia sua consolidação enquanto classe social dominante. Hobsbawm (*idem*, p. 71) observou que,

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias [...] a França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo.

O liberalismo teve suas raízes, segundo Hobsbawm (1996, p. 114) nos “valores da razão, do debate político, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não necessariamente de perfeição) da condição humana”, contrapondo-se aos valores da fé cristã e do absolutismo político peculiares ao Antigo Regime.

O modo com que foram difundidos os princípios liberais não se repetiu - nem o poderia porque historicamente constituídos - uniformemente em todos os cenários nacionais⁶. O componente revolucionário, que tem como momento legitimador à “Tomada da Bastilha” na França⁷ produziu resultados diferenciados. A partir, como veremos, das lutas de 1848, na Europa, e, em especial, na Alemanha estas condições estão profundamente alteradas. O liberalismo clássico de Locke é redimensionado para poder dar conta dos movimentos populares, da presença das massas na cena pública da História.

⁶ Ver entre outros LASKI, Harold Joseph. *O liberalismo europeu*. Tradução Sérgio de A'lvoro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

⁷ Este foi um símbolo, mais que um elemento decisivo. Símbolo que, contudo, se universalizou como demonstração da liberdade e do combate ao absolutismo.

De acordo com Gramsci, a França forneceu, contudo,

um tipo completo de desenvolvimento harmônico de todas as energias nacionais e, particularmente, das categorias intelectuais. Quando, em 1789, um novo agrupamento social aflora politicamente à história, ele está completamente aparelhado para todas as funções sociais e, por isso, luta pelo domínio total da nação, sem estabelecer compromissos essenciais com as velhas classes, mas ao contrário subordinando-as às próprias finalidades (Cadernos do cárcere, v. 2, p. 26).

O novo regime em constituição tinha como pilares os princípios liberais de direito à igualdade legal, à liberdade, além dos direitos à propriedade privada, à democracia e à individualidade, ainda que estas fossem identificadas e subordinadas à propriedade.

A defesa dos princípios liberais e a abrangência com que foram proclamados converteram uma concepção particular – a burguesa - em uma visão de mundo tendencialmente universal.

Era um princípio universal aquele que se afirmou na história por meio da revolução burguesa? Certamente que sim (mas) universal não quer dizer absoluto. Na história não há nada de absoluto e rígido. As afirmações do liberalismo são idéias limites que, reconhecidas como racionalmente necessárias, tornaram-se idéias-força, realizaram-se no Estado burguês, serviram para suscitar a antítese deste Estado no proletariado - e se desgastaram. Eram universais para a burguesia, mas não suficientemente para o proletariado.⁸

A igualdade de direito proclamada para garantir um tratamento justo a cada indivíduo, único, singular, legitima a tese segundo a qual as diferenças são frutos de conquistas e derrotas individuais. Conforme Hobsbawm (1996, p. 19),

[...] os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao talento; mas, se a corrida começava sem empecilhos, pressupunha-se como fato consumado que os corredores não terminariam juntos.

O direito à liberdade, ligado à luta travada contra as forças da ordem feudal, reforçava o direito de viver em plenitude a diferença que se traduzia na distribuição

⁸ GRAMSCI, Antonio, *Três princípios, três ordens, La Città Futura*, 11-2-1917, in: *Escritos Políticos*, v. , p. 77, 2004.

desigual da produção social, mas que se justificava na “liberdade” individual de compra e venda da força humana para o trabalho.

Com a Revolução Francesa, “emblemática em termos de repercussão e alcance” (*idem*, p. 72), foram rompidos os laços feudais e negado radicalmente o Antigo Regime. Esse processo teve velocidade e tempo muito diferenciados nos países europeus. Basta lembrar que nas duas últimas décadas do século XIX ainda havia servidão no território da Rússia.

A negação da ordem feudal se fez pela institucionalização da ordem do capital. A ruptura face ao ordenamento medieval necessitou de preparação política-ideológica, isto é, de uma intervenção histórica que ultrapassasse os interesses imediatos de assalto ao poder, que ultrapassasse o puro momento econômico-corporativo para atingir o momento ético-político.

O movimento que indica a passagem do *momento econômico-corporativo* ao *momento ético-político*, Gramsci chamou de *catarse*.

Pode-se empregar a expressão *catarse* para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-a e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas (Cadernos do cárcere, v. 1, p. 314).

O momento catártico implica, segundo o pensamento gramsciano, apossar-se pela consciência, da condição de classe. Significa ultrapassar a pura existência objetiva e alcançar a consciência de classe, movimento que foi fundamental para que a burguesia alterasse a institucionalidade da velha sociedade e que implicou uma ação intencional e não espontânea. A alteração da institucionalidade medieval, segundo Gramsci:

Não se deu sob o golpe brutal da necessidade fisiológica, mas por meio da reflexão inteligente, primeiro de alguns, depois de uma classe, sobre as razões de certos fatos e sobre os melhores meios para convertê-los de ocasião de vassalagem em símbolo de rebelião e reconstrução social⁹.

A exigência de uma *reflexão inteligente* nos processos de transformação se explica pela necessidade de uma unidade, expressa em uma nova concepção de mundo, condição para tornar o projeto de uma classe fundamental hegemônico. Não se trata, simplesmente, de elocuições esvaziadas de conteúdo, mas de um profundo trabalho de crítica, de uma verdadeira *reforma intelectual e moral*. A crítica da institucionalidade feudal criou, pela ação dos intelectuais, essa nova concepção de mundo, uma “internacional espiritual burguesa”.

Toda revolução foi precedida por intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de idéias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma direção. O último exemplo, o mais próximo de nós e por isso o menos diferente do nosso, é o da Revolução Francesa. O período cultural que a antecedeu chamado de Iluminismo, tão difamado pelos críticos superficiais da razão teórica, não foi de modo algum – ou pelo menos, não foi inteiramente – aquele borboletear de inteligências enciclopédicas superficiais que discorriam sobre tudo e todos com idêntica imperturbabilidade [...] em suma, não foi apenas um fenômeno de intelectualismo pedante e árido [...] mas uma magnífica revolução, uma internacional espiritual burguesa¹⁰.

O novo terreno civilizatório produzido pelo rompimento com os laços feudais levou à necessidade de consolidação da ordem burguesa, de modo a tornar seu solo mais firme. Para isso, a burguesia buscou alcançar as condições objetivas e subjetivas para tornar o capitalismo expressão acabada da história e da natureza humana, transformando o seu projeto de classe no cotidiano do conjunto da sociedade.

Para manter-se, o capitalismo

[...] teve que construir sua racionalidade. É absolutamente cristalino que ele teria sido inviável se respeitasse e deixasse de pé os fundamentos da

⁹ GRAMSCI, Antonio. *Socialismo e cultura*. In: *Escritos políticos*, v. 1, p. 59, 2004.

¹⁰ *Idem*, v. 1., pp. 58-59.

sociedade feudal. Ele construiu não apenas os seus aparelhos materiais de produção mas, também, e, fundamentalmente, as suas premissas ideológico-políticas (DIAS, 1999a, p. 39).

Um dos aspectos centrais que o capitalismo tratou de produzir foi a aparência *necessária* de que existe uma diferenciação entre as esferas do econômico e do político, observa Wood (2003, p. 27). Ao transformar “o aspecto da extração da mais-valia, feita a partir da exploração do trabalho humano, que é essencialmente político, num aspecto puramente econômico”, o capital naturalizou a exploração, como se esta fosse um processo inevitável, como se tivesse apenas cumprindo uma lei do processo de produção.

Algumas instituições políticas e jurídicas existem independentemente das relações de produção, ainda que ajudem a sustentá-las e reproduzi-las e o termo ‘superestruturas’ podem ser reservados para elas. Mas, as relações de produção em si tomam a forma de relações políticas e jurídicas particulares – modos de dominação e coerção, formas de propriedade e organização social - que não são meros reflexos secundários, nem apoios secundários, mas *constituintes* dessas relações de produção [...] Nesse sentido, base e superestrutura são indissociáveis (*idem*, p. 33, grifos da autora).

O processo histórico que dá organicidade e centralidade a uma classe fundamental exige a construção de sua racionalidade. Construção que requer, a um só tempo, a neutralização da racionalidade combatida e a criação de uma nova racionalidade. Esta tarefa deve ser assumida, segundo Gramsci, por uma vanguarda intelectual. Capaz de dar a direção, de realizar uma *reforma intelectual e moral*, ela é criação necessária para o seu pleno desenvolvimento. É, em suma, expressão do grau de sua maturidade classista.

Durante o movimento revolucionário – expresso pela ação e direção política-intelectual de caráter radical-jacobino – a burguesia, para derrubar as instituições feudais e criar a institucionalidade adequada à expansão capitalista, içou bandeiras que iam muito além de suas reivindicações de classe.

Com a mudança de direcionamento e a instalação de um comando reacionário, pós Revolução Francesa, reforçado mediante ajustes com as velhas classes

dominantes, a burguesia teve que passar a fazer uso da chamada “revolução pelo alto”. A revolução alemã de 1848 e as francesas de 1830 e 1848 perceberam o risco da mobilização dos subalternos e se aliam a adversários históricos. O mesmo ocorreu na Itália onde o Partido da Ação (de Mazzini e Garibaldi) temeu os “eventos franceses” e sequer colocou a palavra de ordem da Reforma Agrária.

Daí em diante, os processos de transformações no sentido capitalista se deram por meio da negação dos elementos mais avançados e efetivação de elementos de caráter repressivo, portanto, reacionários (DIAS, 1999b, p. 2). O processo típico da “revolução pelo alto”, de “revolução-restauração”, foi o da unificação alemã e a constituição da burguesia aliada aos *junkers* como classe dominante, mas não dirigente. Fundava-se uma nova época histórica: burguesia e classes subalternas não podiam mais ser aliadas. Antes, pelo contrário, tornaram-se abertamente inimigas.

Era necessário institucionalizar a cidadania burguesa, adequada ao recuo histórico vivido e patrocinada por essa classe, uma vez que se tornava cada vez mais inviável expandi-la, impedir o avanço do jacobinismo, considerado agora anti-histórico e irracional, e impor os processos *restauracionistas* presentes na cena histórica, notadamente após 1815 e 1848 (BRAGA, 1995, p. 63).

Ao analisarmos a expansão do capitalismo e as crises pelas quais passou ao longo de sua história, observa-se que o embate entre os diferentes projetos de sociedade, a ameaça de um projeto que se contraponha a este modo de produção, impôs-lhe a necessidade de se reestruturar.

A história do capitalismo é a história da ‘reestruturação produtiva’. O capitalismo desde o início teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de classe (DIAS, 1999a, p. 83).

A reestruturação das forças produtivas capitalistas, que *requer uma compatibilização entre os métodos de trabalho e as formas de vida operária* (BRAGA, 1995, p. 56) é elemento indispensável para o alcance e a manutenção da hegemonia

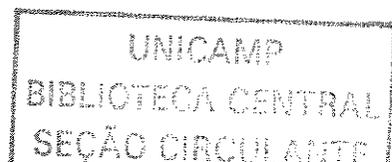
burguesa e se realiza negando a identidade autônoma dos subalternos e assolando o seu projeto classista. Esse processo visa acomodar as classes subalternas a mais imobilista postura de indiferença, condição fundamental para realização da cidadania burguesa.

No século XIX, o acontecimento da Comuna de Paris confrontou as relações fundamentais do capitalismo. *Formidável em termos simbólicos*, segundo Hobsbawm (1982, p. 184), seu impacto chegou a sugerir a constituição de uma Contra-Internacional Capitalista.

Os historiadores deveriam resistir à tentação de reduzi-la retrospectivamente. Se não chegou a ameaçar a ordem burguesa, pelo menos aterrorizou a todos com a sua existência. Se na sua vida e morte foi cercada por pânico e histeria, especialmente na imprensa internacional, que a acusava de instituir o comunismo, expropriar os ricos e partilhar suas mulheres, de terror, massacre generalizado, caos anárquico ou o que mais provocasse pesadelo nas classes respeitáveis tudo não é necessário dizer, arquitetado pela Internacional. Mais importante, os próprios governos sentiram a necessidade de entrar em ação contra a ameaça internacional à ordem e à civilização. Excetuando-se a colaboração internacional entre policiais e uma tendência (vista como mais escandalosa ontem do que seria hoje) em negar aos comunardos fugitivos o status protetor de refugiados políticos, o chanceler austríaco - apoiado por Bismarck, homem não dado a reações de pânico - sugeriu a formação da Contra-Internacional Capitalista (*idem*, p. 185).

A convivência, estruturalmente contraditória, do capitalismo com o seu antagonista de classe, torna necessário, ao capital, *inviabilizar a construção histórica do projeto de sociedade das classes subalternas*.

Mesmo com o espectro do comunismo já presente na cena histórica antes da Revolução de Outubro de 1917 que “*repetia em um grau mais aprofundado, a lição da Comuna*” (DIAS, 1999a, p. 88) esta experiência foi “a mais importante resposta das classes trabalhadoras [...] marco da/na crise orgânica do Capital ela tornou-se a referência classista fundamental da luta dos trabalhadores em escala planetária” (*idem*, p. 28).



O *Outubro Vermelho*, como ficou conhecida a Revolução Russa, impactou o capitalismo, a ponto de obrigá-lo a alterar toda a sua processualidade, requerendo respostas que foram da intensificação do fordismo e do taylorismo ao fascismo (*ibidem*).

A notável estratégia do capital em “concentrar a luta de classes ‘no ponto de produção’” e em “transformar as lutas em torno da apropriação em disputas aparentemente não-políticas” (WOOD, 2003, p. 47) conseqüência da aparente dicotomia – criada historicamente como condição necessária à exploração realizada pelo capital - entre as esferas do econômico e do político, tem limites concretos. Não obstante o caráter eficiente do trabalho ideológico, “a luta de classes vem imposta pelas condições em que se realiza a produção”¹¹, portanto ela é, sob o jugo do capital, inevitável.

Uma das condições fundamentais para a expansividade do capitalismo é a integração das classes trabalhadoras à sua ordem. O confronto entre as classes, ocorrido com radicalidade no século XX, obrigou o capital a adotar medidas de contratendência que pudesse conformar as classes à sua condição de subalternidade – condição que é perseguida constantemente pelo capitalismo.

A Revolução Russa, mesmo com todas as limitações observadas no decorrer da experiência soviética, inaugurou um aspecto, nunca antes assumido, no antagonismo existente entre as classes fundamentais. A *forma estatal* experimentada com o Outubro de 1917 *materializou* o antagonismo, de modo que a alternativa socialista passou a apresentar-se como realidade concreta, *como possibilidade de implementação de uma nova hegemonia*, na medida em que, conforme Gramsci, “os proletários não fazem a luta de classes somente para aumentar os salários, mas sobretudo para substituir pela própria classe que trabalha aquela dos capitalistas que a fazem trabalhar”¹².

¹¹ GRAMSCI, A. *I propositi e le necessita, Avanti!*, 12-11-1918, in *Il nostro Marx*, p. 395, 1984.
¹² GRAMSCI, A. *Luta de classe e guerra*, in: *Escritos Políticos*, v. 1, p. 68, 2004.

1. 3 Hegemonia: projeto classista que busca universalizar-se

Pensar a tentativa de construção da hegemonia das classes capitalistas requer necessariamente a reflexão acerca do embate entre os projetos hegemônicos na cena histórica a partir do século XX. O esforço em compreender o embate entre os projetos hegemônicos firmados no início do século passado, mantido no decorrer dele e reatualizado no início deste, teve a mediação de algumas das reflexões feitas por Antonio Gramsci que, ao nosso ver, forneceu teorias e conceitos fundamentais para o seu desvendamento.

A categoria de hegemonia, no sentido gramsciano, é um elemento central para dar inteligibilidade às transformações que o capitalismo engendrou em sua época. Indo muito além da compreensão segundo a qual hegemonia é entendida como “mero domínio ideológico ou maioria eventual” (DIAS, 1996a, p. 33), Gramsci definiu-a nos seguintes termos:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que ele visa a ‘liquidar’ ou submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para a própria conquista do poder); depois, quando exercer o poder, e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também dirigente (Cadernos do cárcere, v. 5, p. 62).

Giovanni Arrighi (1996, p. 27), ao discutir a questão da hegemonia, o fez tendo como referência o pensamento gramsciano e afirmou “*O poder é algo maior e diferente de ‘dominação’ pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’*”.

Hegemonia, para Gramsci, é a possibilidade de construção de um projeto de classe e de sociedade. Traduz-se na capacidade que uma classe tem, em não apenas neutralizar o pensamento opositor, antagonista, mas fundamentalmente de fazê-lo

pensar, atuar, viver, a partir de sua concepção de mundo. É a construção de uma nova personalidade histórica, a partir de uma reforma intelectual e moral.

A questão central é o nexu entre a capacidade de construção de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) e realização da hegemonia. A capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre da sua possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma. Esse processo de ‘construção de hegemonia’, que ocorre no cotidiano antagônico das classes decorre da sua capacidade de elaborar sua visão de mundo autônoma e da centralidade das classes [...] a hegemonia é a elaboração de uma nova *civiltà* (DIAS, 1996a, p. 10).

O século XX foi exemplar para a construção e atualização desta categoria, compreendida no sentido gramsciano. A *hegemonia* envolve todos os níveis da sociedade. Implementar uma reforma intelectual e moral exige uma unidade orgânica com um programa de reforma econômica, uma reforma que seja a um só tempo material e simbólica. Reclama, em suma, a construção de um *novo bloco histórico*¹³.

Para compreender a materialidade histórica do processo de construção da hegemonia burguesa, realizada pela via dos diferentes movimentos de contratendência característicos do século XX, é fundamental recorrer às principais transformações que ocorreram no século XIX. Arrighi (1996, p. 1) destaca:

[...] a história do capitalismo está atravessando um momento decisivo, mas essa situação não é tão sem precedentes quanto poderia parecer à primeira vista. Longos períodos de crise, reestruturação e reorganização – de mudanças com descontinuidade – têm sido muito mais típico da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida, como a que ocorreu de 1950 a 1970.

¹³ Para Gramsci, a categoria de bloco histórico refere-se à forma pela qual a totalidade de uma dada formação social se apresenta. Essa categoria permite pensar o conjunto das relações sociais na perspectiva dialética. Não mais a separação mecânica entre infraestrutura (economia) e superestrutura (estado, política, ideologias, etc.). Nessa formulação clássica além de se fragmentar o real, se favorece a possibilidade de leituras economicistas, deterministas. *Bloco histórico* permite entender as classes sociais como produtoras e produtos das relações sociais, permite pensar o *antagonismo em processo*. Vale dizer que o que dá unidade à totalidade é o contraditório jogo das classes e forças sociais em presença. É fundamental, também, na compreensão dos processos de transição para a construção de novas *civiltà*.

Embora estudos deste tipo requeiram a presença da historicidade, não pretendemos aqui, e nem o poderíamos, aprofundar todas as transformações pelas quais o capitalismo passou no decorrer do seu desenvolvimento, mas objetiva-se tão somente compreender as estratégias adotadas pelas classes dominantes na sua incessante busca de incorporação – objetiva e subjetiva, material e simbólica – das classes subalternas ao seu projeto de sociedade, o modo como o projeto burguês busca lograr sua hegemonia.

A partir de 1848, período conhecido como a “Primavera dos Povos”, o mundo vivenciou uma série breve e fulminante de revoluções burguesas – no sentido clássico - que resultou num momento de considerável expansão da economia capitalista. Segundo Hobsbawm (1982, p. 61), afora o período compreendido entre 1848 e 1875, se lançarmos um olhar mais amplo sobre todo o século XIX, identifica-se que ele foi marcado pela redução geral da produção capitalista.

No período expansionista do século XIX ocorreu um conjunto de transformações no interior do modo de produção capitalista, que resultou no que ficou conhecido como a Segunda Revolução Industrial. A expansão de setores e tecnologias ligadas à eletricidade, ao motor à explosão, à química orgânica, bem como da manufatura de precisão, entre outros, forneceu o impulso que permitiu o “ciclo de reprodução do capital se assentar sobre um novo padrão de integração intersetorial que assegurava, teoricamente, as condições de operação de virtuosidade do ciclo da acumulação do capital monopolista” (TUDE DE SOUZA, 1994, p. 35).

No último quartel do século XIX, o mundo conheceu a primeira “Grande Depressão” do Capital, “equivalente vitoriano à quebra do Wall Street em 1929” (HOBBSAWM, 1982, p. 185). A “Grande Depressão”, que começa com a crise de 1873 e se prolonga até aproximadamente 1895, é resultado de uma confluência de fatores que se manifestam nas relações conflituosas entre capital e trabalho, nos conflitos entre os países de capitalismo avançado e nos conflitos gerados pela divisão internacional do

trabalho, responsável pela criação de um fosso entre os países de capitalismo avançado e os de capitalismo periférico. Conforme Lênin (1987, p. 20),

Há meio século, quando Marx escrevia o seu *O Capital*, a livre concorrência aparecia à imensa maioria dos economistas como uma 'lei da natureza'. A ciência oficial tentou aniquilar, pela conspiração do silêncio, a obra de Marx, a qual demonstrava, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, a qual atingindo um certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio. Atualmente o monopólio se tornou um fato. Os economistas acumulam montanhas de livros para escrever as suas diversas manifestações, continuando, contudo, a declarar em coro que 'o marxismo está refutado'. Mas, como diz um provérbio inglês, os fatos são teimosos e, quer o queiramos ou não, precisamos tê-los em conta. Os fatos mostram que as diferenças entre os países capitalistas, por exemplo em matéria de protecionismo ou de livre-câmbio, apenas determinam variações insignificantes na forma de monopólios, ou na data do seu aparecimento, enquanto que o nascimento dos monopólios, como consequência da concentração da produção, é uma lei geral e essencial do atual estágio de evolução do capitalismo.

A direção capitalista mundial que até este momento histórico era controlada pela Inglaterra, também sofre uma reformulação com ascensão dos capitalismo alemão e norte-americano. Soma-se a este aspecto importante, o fato de ter sido um período de intenso desenvolvimento das organizações operárias. A Comuna de Paris, bem como as experiências da I e II Internacional, levavam as novas gerações de trabalhadores a se organizarem em defesa de seus interesses. O movimento operário torna-se relevante com o crescente processo de industrialização, registrando um notável crescimento do operariado industrial o qual atemorizou os capitalistas, uma vez que as *revoluções deixariam de ser de caráter social e se transformariam em revoluções proletárias* (HOBSBAWM, 1982, p. 185). Estes foram os problemas centrais que caracterizaram a crise que marca a virada do século XIX para o século XX.

A I Guerra Mundial e a Revolução Russa reforçaram a crise capitalista e impuseram a necessidade de sua reestruturação. A agudização dos conflitos entre os países capitalistas, resultado da fase imperialista associado à perturbação causada pelo espectro do comunismo, agudizou de forma radical o antagonismo entre os projetos classistas.

A construção dos impérios demandou a intensificação da exploração das colônias e dos países independentes formalmente, expôs a substância do projeto burguês, que face ao seu contraponto – o projeto socialista – sedimentou o conflito e colocou na ordem do dia, a necessidade do capitalismo se reestruturar.

É neste cenário de expansão do capitalismo e do seu antagonista - o movimento operário - que se estrutura uma nova forma de organizar os processos de trabalho. A força de trabalho ainda perfilada pelo padrão forjado no interior das oficinas, portanto, resguardando as características essenciais do trabalhador-artesão, do trabalhador qualificado, vai sendo diluída pela nova ofensiva do capital. A adoção dos métodos tayloristas contribuiu, decisivamente, para a fragmentação do trabalhador, na medida em que tratou de capturar os seus saberes e desejos.

A racionalização da produção passava, portanto, pela luta contra a 'propriedade do ofício', pelo que a ideologia capitalista chamou de 'liberdade industrial'. A quebra de um tipo de sindicato, que era a expressão corporativa da propriedade dos ofícios qualificados, era uma necessidade vital para o capitalismo americano. O taylor-fordismo foi a tentativa largamente exitosa, de subordinar aqueles sindicatos à disciplina do Capital, de criar o operário-massa.

A experiência taylorista foi a forma da subsunção real do trabalho ao capital de forma ainda mais completa praticada no início do século XX (DIAS, 1999a, p. 99).

A I Guerra Mundial fortalece o poder econômico e financeiro dos EUA, embora somente após a crise de 1929 e a II Guerra tenha sido possível consolidar este domínio em escala mundial.

Além da saída vitoriosa das duas Guerras Mundiais do século XX, o processo histórico que levou os EUA a lograrem seu domínio pode ser explicado, em grande medida, pelos acontecimentos ocorridos ainda durante o século XIX. A partir de 1815, acontece nos EUA o mais significativo movimento migratório registrado até então. A leva de trabalhadores que chegaram ao território estadunidense era constituída, basicamente, pela força de trabalho expulsa de diversas regiões do campo europeu, que vivia a implementação da sua revolução industrial.

Grosso modo, pode-se afirmar que a onda imigratória para os EUA teve dois momentos cruciais, de grande fluxo. De 1815 a 1860, o movimento foi caracterizado pelas peculiaridades apontadas acima, e no período de 1880 a 1915, uma nova onda migratória chega a este país, atraída principalmente pela extraordinária expansão da indústria automobilística, que demandou uma quantidade relevante de força de trabalho.

Segundo a pesquisa realizada por Sosa (1998, p. 59), com o movimento imigratório, a composição da classe operária nos EUA alterou significativamente.

A estrutura da classe operária nos EUA, após o fenômeno imigratório, está composta por dois ‘grandes grupos de trabalhadores’: por um lado, um número relativamente escasso de operários de ofício e artesões – que conseguiram anular a vigilância das leis européias que proibiam sua imigração – que, havendo pertencido a associações operárias, reconstruíam sindicatos e associações reivindicativas nos EUA. Por outro lado, uma grande massa caracterizada como ‘desqualificados’, recém expropriados de seus campos, sem especialização nenhuma e sem qualquer conhecimento do trabalho industrial; enfim, uma massa que estava privada de associações de defesa e reivindicações coletivas. Justamente, entre estes dois elementos, que são a composição técnica da classe operária e a composição ‘política’ (seus instrumentos e meios de defesa e de luta) é onde se pode captar a significação do taylorismo como estratégia de dominação sobre o trabalho.

Nesse contexto, Taylor, ao “privilegiar” a força de trabalho “desqualificada”, golpeia o sindicalismo ao buscar inviabilizar a presença na fábrica do trabalhador de ofício, que é justamente a parcela organizada e sindicalizada, quebrando esta categoria e submetendo-a as novas e degradantes condições de trabalho humano. Ford aprofundou este processo revelando-o assim “como uma poderosa arma política”:

contra a classe operária e suas organizações de combate; com ele [fordismo] se inaugura uma nova composição política e ideológica das classes trabalhadoras assalariadas, marcada pelo aprofundamento de seus plurais e de sua heterogeneidade. Além de operar a quebra da hegemonia operária no interior do salariado capitalista, o novo paradigma das relações industriais parece ter-se inscrito na história do modo de produção como momento a partir do qual o capital dá início ao processo, hoje ainda em curso, de deslocamento da centralidade da classe operária na história das lutas de classe contra a burguesia e seus aparelhos (TUDE DE SOUZA, 1991, p. 47).

Criado para atender às novas necessidades que tem o capital em forjar o perfil do seu novo trabalhador, o fordismo, embora tenha sido fundamental no momento de reestruturação capitalista nos EUA, não pressupôs inovação tecnológica significativa (DIAS, 1999a, p. 99).

A adoção dos métodos taylor-fordistas tem, portanto, estreita ligação com a construção de uma *nova personalidade histórica*. O caráter inovador desta nova personalidade, diz respeito ao grau de radicalidade alcançado com o uso dos novos métodos de controle de trabalho, ao passo que, segundo Gramsci:

Na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo superior. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada: uma parte da velha classe trabalhadora será impietosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo tout court [...] Trata-se de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização européia, que apenas assumiu uma nova epiderme no clima americano (Cadernos do cárcere, v. 4, pp. 266-281).

Os novos métodos de gestão da força de trabalho estão amparados, fundamentalmente, na adaptação do trabalho humano às necessidades do capital. A estratégia da gerência moderna do “controle do trabalho através do controle das decisões que são tomadas no curso do trabalho” (BRAVERMAN, 1981, p. 98), resultou numa significativa acentuação da divisão das tarefas. A cisão entre a concepção e execução torna-se o fundamento do novo padrão de acumulação.

Mas Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como uma necessidade absoluta para a gerência adequada à imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado. Admitia-se, em geral, antes de Taylor que a gerência tinha o direito de ‘controlar’ o trabalho, mas na prática esse direito usualmente significava apenas a fixação de tarefas, com pouca interferência direta no modo de executá-lo pelo trabalhador. A contribuição de Taylor foi no sentido de inverter essa prática e substituí-la pelo seu oposto. A gerência, insistia ele, só podia ser um empreendimento limitado e frustrado se deixasse ao trabalhador qualquer

decisão sobre o trabalho. Seu 'sistema' era tão somente um meio para que a gerência efetuasse o *controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples a mais complicada. Nesse sentido, ele foi o pioneiro de uma revolução muito maior na divisão do trabalho que qualquer outra havida (idem, p. 86, grifos nossos).*

A construção deste novo "homem coletivo" com as características requeridas pelo capital, incorporava a *racionalidade* dos métodos industriais, visando sobretudo, impedir a "*irracionalidade*" da *luta de classes* (TUDE DE SOUZA, 1991, p. 55).

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em grau máximo, no trabalhador os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa, e reduzir as operações produtivas ao aspecto físico maquinal (GRAMSCI, Cadernos do cárcere, v. 4, p. 266).

A expropriação do saber que tinha o trabalhador de ofício e a conseqüente "liquidação" das antigas organizações de defesa de seus interesses, levada a cabo pela introdução dos métodos da gerência científica resultaram, em última instância, na *expropriação da sua própria condição de classe*.

O trabalhador de ofício, longamente formado, possuidor de segredos e qualificações, passa de artífice a operário, de conhecedor do seu ofício à vigilante da máquina. Nesse processo, ele vai sendo progressivamente desqualificado como trabalhador e pessoa. Sua personalidade é recortada pelas relações sociais que se traduziram nas máquinas e no despotismo fabril, mas também pelo fato de que se torna um ser cada vez mais parcelar, cada vez menos proprietário do significado do gesto profissional e dos próprios projetos. Empobrecido, material e psicologicamente, ele corre, permanentemente, o risco de perder o controle sobre seus projetos políticos e sociais.

Trata-se de uma brutal luta ideológica, travestida de modernidade capitalista que visa negar a possibilidade de uma identidade classista do trabalhador, negar suas formas de sociabilidade e subjetividade [...] O capitalismo desde o início teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e a identidade; expropriá-los na sua própria condição de classe (DIAS, 1999a, pp. 82-83).

Ao mesmo tempo em que o século XX foi palco de um antagonismo radical, a tendência transformista¹⁴ e reformista foi presença permanente. Era necessário diluir o conflito, passivizá-lo, conformá-lo, impedindo, ao máximo, a viabilidade do projeto antagonista. Gramsci interpretou o fordismo como parte integrante e constitutiva da *revolução passiva*. Como já foi assinalado, os momentos de crise – material e ideológica – impõem ao capitalismo a sua reestruturação. Estes momentos tão freqüentemente caracterizados possuem uma utilidade heurística: mostram os movimentos reais da estrutura, delineiam os conflitos. As medidas de contratendência adotadas para o capital recuperar-se da queda da taxa de lucros, bem como para neutralizar os antagonismos e atualizar constantemente a racionalidade burguesa é o que ele chama de *revolução passiva*. Buci-Glucksmann alicerçada no pensamento gramsciano definiu este conceito nos seguintes termos:

A revolução passiva torna-se uma tendência potencial, interna a todo processo de transição: o argumento da ‘revolução passiva’ como interpretação do período do Ressurgimento e de toda época complexa de transformações históricas. É claro que a revolução-restauração não poderia ser um programa de intervenção política para a classe operária, no sentido em que os liberais italianos o utilizaram para o Ressurgimento. Na mesma medida em que toda revolução passiva desenvolve um ‘conservadorismo ou reformismo temperado’, que rompe a livre dialética das contradições entre as classes e neutraliza, orienta a iniciativa popular, buscando satisfazer muito parcialmente algumas das suas exigências ‘em pequenas doses, legalmente, de modo reformista’ (1977, pp. 120-121, grifos da autora).

As transformações ocorridas no âmbito do modo de produção capitalista materializam-se nas relações contraditórias entre as classes dominantes na garantia de seus interesses, na exclusão da intervenção ativa das massas, no atendimento ou não, parcial e com caráter reformista, de algumas exigências das classes subalternas, na instrumentalização de dispositivos repressivos e na intervenção econômica do Estado para regulamentar a sociedade. Em suma, segundo Gramsci, é na *dialética revolução–restauração / inovação–conservação* que se encontra o método político fundamental das classes dominantes.

¹⁴ Dias (2003, pp. 8-9) definiu o *transformismo* nos seguintes termos: “Tomaso di Lampedusa imortalizou, no célebre romance *Il Gattopardo*, o *transformismo*, procedimento central na política burguesa, o qual expressa a necessidade de obter a legitimidade das massas e atender às necessidades reais do capital: *é preciso que tudo mude para que tudo permaneça*: eis a sua síntese”.

As forças antagônicas e subversivas são absorvidas pela ordem hegemônica de modo que o seu horizonte político, enquanto classe social fundamental, vai sendo ofuscado, na prática estiolado. A perda da autonomia das classes subalternas, busca restringir sua ação à esfera da mera reprodução, ao chamado *momento econômico-corporativo*. Localizada sua ação política no imediato e com a dificuldade delas de se apresentar como classes sociais autônomas, o capitalismo vai cimentando o seu projeto de sociedade, buscando a sua hegemonia.

A supressão da força do antagonista impede a realização do *momento ético-político*, relegando-o ao *momento econômico-corporativo*, ou seja, de sua pura reprodução imediata. Presa ao momento econômico-corporativo a classe antagônica busca, no máximo, mudar sua ordem no gradiente dominante. É a chamada “utopia do possível”.

A experiência revolucionária russa significou a *possibilidade real* da classe operária construir sua hegemonia. Foi um projeto histórico que se chocou com os interesses do capital, fortemente mobilizados para fazer valer a sua racionalidade como horizonte da totalidade social. Com o intuito de combater o inimigo classista, o capitalismo utiliza-se do taylor-fordismo como sua principal arma. Adotado como medida de contratendência à ameaça coletivista de Estado e à queda da taxa de lucros, o taylor-fordismo deixa a esfera da produção imediata, extrapolando o espaço fabril, e penetra na totalidade social, redefinindo os modos de viver e de pensar. O *american way of life*, face mais vistosa do taylor-fordismo assume o papel de horizonte social único.

O fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e do consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura (HARVEY apud, SOSA, 1998, p. 99).

Esse processo se intensifica, ainda mais, no contexto do pós-guerra. A reconstrução da Europa Ocidental, dirigida e financiada pelos EUA, via Plano Marshall, combinou os métodos de gestão do trabalho e de regulação estatal, o que resultou em um novo patamar de construção da hegemonia do capital. A combinação entre fordismo e o modo keynesiano de intervenção estatal sustentou a referida construção hegemônica.

O período de maior prosperidade do capitalismo caracterizou-se pela implementação de pensões familiares, indexação de esquemas de pensões e benefícios relacionados aos rendimentos e por uma grande expansão de cobertura e do nível dos aportes aos desempregados. Estas formas do Welfare, se bem tenham sido resultado de lutas e consolidarem um direito conquistado, também se constituíram em mecanismos econômicos e de preservação da mão-de-obra necessária à grande indústria. Esta forma de salários indiretos não era mais concebida como um simples sistema de ajuda aos mais despossuídos, mas como meio de assegurar a incorporação e controle da força de trabalho 'em reserva' para a produção capitalista e de se constituir uma política anticíclica capaz de erigir, nos períodos de redução da atividade produtiva, um dique ao aprofundamento recessivo (MATTOSO *apud* SOSA, 1998, p. 115).

Dessa maneira, fazendo uma redistribuição relativa dos ganhos da produtividade aos assalariados, o capital incorporava o trabalhador e sua organização – o sindicato – evitando o acirramento do confronto de classe. Vale ressaltar, que esta medida, longe de ser estendida ao conjunto das classes trabalhadoras, era aplicada restritivamente a um quadro de trabalhadores formado predominantemente por *homens, brancos e sindicalizados*.

Longe de significar uma manifestação da “face humana” do capital, o que é um contra-senso, o conjunto de medidas adotadas, traduzidas em um relativo aumento do poder aquisitivo através da distribuição de altos salários e renda, foi uma *necessidade do capital*, condição indispensável para manter um alto nível de consumo e, portanto, uma possível saída para a crise.

O atendimento às reivindicações dos trabalhadores custou às classes subalternas o altíssimo preço da desarticulação de suas organizações sindicais, da sua

própria autonomia classista. Ainda que a distribuição relativa dos ganhos da produtividade tenha sido uma necessidade vital para o capitalismo, esse processo não ocorreu sem tentativas de aniquilar toda e qualquer resistência do movimento operário. Vital na medida em que retirava, em grande medida, da burguesia os custos de reprodução da força de trabalho. Embora muitos intelectuais e líderes sindicais afeitos à ordem do capital tenham alardeado que as transformações implementadas pelo Estado Liberal, tipo *welfare*, foram decorrências do fordismo, na realidade, estas foram conquistadas ao preço do sangue da classe operária¹⁵.

Dias (1999b, p. 97) chama atenção para o fato de que essa compreensão também estava presente no âmbito do movimento operário:

Esse *gentlemen agreement* atuou [...] no plano político no sentido de impedir a possibilidade de ruptura da ordem. Os partidos social-democratas e as organizações sindicais apareceram como os grandes parceiros neste processo, transformando a possibilidade de luta em capacidade administrativa. [...] No plano da teoria, as análises realizadas pelo partido russo (em nome da Internacional) transformaram os acontecimentos do pós-guerra em uma estabilização relativa do capitalismo, quando, de fato, se dava um brutal processo de reestruturação capitalista. Assim, a um só tempo, essas teorias desconheciam o movimento real dos seus antagonistas e, embora tenham conseguido afirmar a existência de um estado pós-capitalista, não construíram uma sociedade socialista. Nem democracia operária, nem socialização das forças produtivas: o socialismo esterilizou-se sob o domínio da burocracia estalinista.

Nesse sentido, as medidas de contratendência, de tipo *welfare*, consolidadas pelo Estado Liberal - têm, como já foi dito, dupla face: retomar a capacidade de acumulação capitalista e diluir, o quanto possível, o antagonismo de classe. Muitos vêem uma contradição entre o Estado Liberal e sua "intervenção na luta de classes". Isto nada tem de estranho. Trataremos de demonstrar como isso se realizou no Brasil no período que analisamos e suas relações com o processo educacional.

¹⁵ Segundo Lipietz (*apud* SOSA, 1998, p. 112), as conquistas custaram o preço do sangue das classes operárias, "o preço de sangue de Adalen, na Suécia, das lutas do novo sindicato CIO, sob Roosevelt, o preço de sangue da Resistência francesa e italiana, da tenacidade da classe operária britânica do bloco Blitz".

Com essa nova e sofisticada ofensiva do capital, o que ocorria era a crescente heterogeneização / fragmentação da classe operária, criando em seu interior, um núcleo central corporativo e um setor, periférico, composto por negros e mulheres em condições de subemprego (SOSA, 1998, p. 112).

O aumento salarial cristalizado no *five dollars day*¹⁶ além de assegurar mão-de-obra ininterrupta para o capital, diminuía consideravelmente o *absentismo* e o *turnover*, desmobilizando a ocorrência de manifestações de trabalhadores em escala mundial. Essas inovações foram decisivas no desenvolvimento do capitalismo monopolista, à medida que a produção em massa tinha uma ligação direta ao consumo de massa, logo a elevadíssimas taxas de lucros. Nas palavras do próprio Ford, em sua obra “Os princípios da prosperidade”:

Ao dar um subpagamento aos homens, nós preparamos uma geração de crianças subalimentadas e subdesenvolvidas, tanto física quanto moralmente; nós teremos uma geração de operários fracos de corpos e de espíritos, e que, por esta razão, mostrar-se-ão ineficazes quando entrarem na indústria. Definitivamente, é a indústria quem pagará a conta. (...) Nosso próprio sucesso depende em parte daquilo que pagamos. Se distribuirmos muito dinheiro, este dinheiro é gasto. Ele enriquece os negociantes, os varejistas, os fabricantes e os trabalhadores de todas as ordens, e essa prosperidade se traduz por um aumento da procura de nossos automóveis¹⁷ (apud SOSA, 1998, p. 84).

Durante as reflexões feitas *no cárcere* acerca das principais transformações sofridas pelas classes trabalhadoras e os “recuos” que viveram, Gramsci busca responder a questão: *Por que perdemos?* Ele entendeu o *americanismo* como o modo de racionalizar as relações sociais e culturais sob o jugo do capital.

¹⁶ Sobre a questão Sosa esclarece: “As condições em que trabalhava a nova classe assalariada: trabalhadores imigrantes, corrupção, insalubridade, falta de segurança no trabalho (os acidentes de trabalho eram coisas do dia-a-dia) davam lugar a uma crescente sindicalização, assim como, gerava posturas ideológicas de caráter radical em termos de ‘ameaça à ordem social’. Ante estes fatos, ante a ameaça do conjunto dos trabalhadores e frente a preocupação por assegurar o aprisionamento contínuo de força de trabalho, Ford vai reagir, em princípios de 1914, com a famosa proposta do *Five Dollars Day*, isto é mais precisamente, o salário de cinco dólares por jornada de oito horas de trabalho. Ford anuncia, assim, um ‘acordo geral sobre os salários’” (1998, p.82).

¹⁷ Como vemos, Ford tem bem presente a relação entre as condições sociais de existência das classes trabalhadoras e o seu desempenho na produção. Contrariamente ao pensamento neoliberal atual, ele sabia que isto não era um gasto, mas um investimento.

Essa combinação exigia a objetividade do capital centrada na eliminação das porosidades do sistema e na reconstrução das lógicas operativas. O americanismo (fordismo + taylorismo) veio não apenas para quebrar a resistência dos trabalhadores, mas para ser o laboratório das novas experiências de subordinação do trabalho ao capital.

Taylor, ex-operário, pensou a eliminação radical dos tempos mortos na produção, as famosas porosidades do sistema produtivo. E o fez, na perspectiva de eliminar a capacidade operária de resistir, de lutar pela autonomia classista. Ford introduziu um controle ideológico ainda maior sobre o Trabalho traduzido pelo controle da sexualidade, da composição da família, passando pelo patriotismo e a religião. A família deixou de ser o elemento socializador básico, função que passa à fábrica. As formas familiares, os tempos e os gestos, a sexualidade, a convivência disciplinada, tudo isso passou a ter uma grande automaticidade. Algumas das idéias caras ao neoliberalismo têm aqui sua origem: entre outras a possibilidade do sindicato de empresa acoplado com a prática da Família Ford. Assim Trabalho e Vida Pessoal se imbricam fortemente na permanente tentativa de engolfar o conjunto da personalidade do trabalhador. A subordinação é, agora, quase total. Introduz-se, neste processo, tanto a coerção brutal quanto o prêmio (o “*five dollars day*”) (DIAS, 1999a, p. 100, grifos do autor).

A possibilidade de *hegemonia* burguesa encontra no *americanismo* (fordismo + taylorismo) o seu elemento fundamental, soma-se à coerção / racionalização, a alteração no modo de pensar, de viver. É Gramsci quem dá ênfase ao caráter integral e multifacético desse processo:

[...] os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro.

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente conectados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’, estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo verificado até agora para criar com rapidez inaudita e com uma consciência de finalidade jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem (Cadernos do cárcere, v. 4, p. 266, grifos da edição).

Originado nos EUA, o *americanismo* encontra neste país uma condição preliminar fundamental:

O americanismo, na sua forma mais completa, exige uma condição preliminar da qual não se ocuparam os americanos que trataram destes problemas, já que na América ela existe ‘naturalmente’: esta condição

pode ser chamada de ‘uma composição demográfica racional’, que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias (Cadernos do cárcere, v. 3, p. 243).

Trata-se de liberar “do antigo nexos psicofísico do trabalhador profissional qualificado”, “da participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa” e formar o novo trabalhador “de olho infalível e mãos firmes”¹⁸, o mais associado possível ao capital¹⁹.

Gramsci compreende o *americanismo* como uma forma de *revolução passiva*, de *restauração*, isto é, como um componente da reestruturação capitalista com o objetivo central de limitar a expansão do movimento operário, ampliar a ação capitalista em busca da sua hegemonia. Aqui é importante salientar a diferença entre hegemonia e revolução passiva. Não são sinônimos como muitos propõem ao falar em hegemonia americana. Tratou-se, efetivamente, de uma neutralização do antagonista. Examinando a literatura sobre as três primeiras décadas do século vinte, vemos que apesar do americanismo a classe operária americana travou duríssimas lutas.

A recuperação da Europa e do Japão tinha sido concluída por volta dos anos 1960. Esta restauração bancada pelos EUA, para barrar o inimigo de classe, criou ainda outras contradições no interior do bloco capitalista. A crise dos anos 1970 e 1980 é, em grande medida, resultado do crescimento do poder de concorrência europeia e japonesa. Tendo seus mercados internos saturados *com enormes excedentes de produção baseados em bens duráveis e com um acelerado progresso técnico*, esses países vão, também, criando suas filiais pelo mundo e disputando espaços de investimentos externos com os EUA.

Face aos riscos de expansão das formas de apropriação coletivistas e às pressões sociais internas, as nações capitalistas dominantes (então lideradas pelos EUA) empreenderam uma política de ocupação de novos espaços, conhecida como *estratégia de abertura de novos mercados*, através de um processo de relocalização da produção industrial.

¹⁸ Ver, no Anexo, as fotos 7 e 8.

¹⁹ GRAMSCI, A. *Homens ou máquinas? In: Escritos políticos*, v. 1, p. 73, 2004.

Essa estratégia, principal responsável pela atual diferenciação interna do chamado Terceiro Mundo, resultou em uma nova correlação de forças no interior dos países subalternos do bloco capitalista, como é o caso dos países do Sudeste Asiático e latino-americanos, que viveram sob o regime de acumulação do capital industrial-financeiro, do terror institucional, das ditaduras militares e do silêncio das massas ... enfim, das guerras e conflitos armados porque tantos povos passaram nessas décadas de guerra fria! (TUDE DE SOUSA, 1994, p. 34, grifos da autora).

O dinamismo dos mercados japonês e europeu, possibilitado através do Plano Marshall²⁰, para fazer frente ao projeto antagonista, tornou esses países, uma ameaça ao controle mundial norte-americano. O domínio dos EUA consolidado no imediato pós-guerra foi colocado em xeque pelos seus rivais fortalecidos, obrigando-os a compartilhar o domínio do mundo com os novos competidores imperialistas, controle até então exercido com exclusividade pelos EUA a partir de 1945. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 238),

[...] à medida que a era da Guerra Fria se estendia, abria-se um crescente fosso entre a dominação esmagadoramente militar, e portanto política, que Washington exercia na aliança e o enfraquecimento da predominância econômica dos EUA. O peso econômico da economia mundial passava então dos EUA para as economias européia e japonesa, as quais os EUA julgavam ter salvo e reconstruído.

O aumento da força militar do imperialismo norte-americano era fundamental para garantir a superioridade militar sobre a URSS, reprimir qualquer expansão de movimentos revolucionários na América Latina – vide a duríssima repressão via ditadura militar -, impedir o avanço das lutas anticoloniais e de libertação nacional na África e na Ásia, e a formação de monopólios pelos países exportadores de petróleo, matérias-primas e produtos primários que alterassem o predomínio monopólico dos países imperialistas.

É impossível separar, nesse contexto, os interesses puramente econômicos daqueles político-militares. Importa ressaltar, aqui, que o processo de internacionalização da acumulação capitalista se opera sob a hegemonia não apenas de determinada constelação de países (EUA,

²⁰ Nunca é demais lembrar que o Plano Marshall foi o financiamento americano de reconstrução dos antigos adversários para fazer frente ao “perigo comunista”, financiando a própria indústria americana onde os novos amigos-aliados buscavam os produtos, máquinas, técnicas.

GB, RFA, Fr, Japão), mas especialmente sob a direção de interesses subordinados ao complexo industrial-militar.

O principal sentido dessa expansão foi à *industrialização do Terceiro Mundo simultaneamente à reconstrução européia*, o que permite recompor as relações internacionais com base nas modernas relações industriais próprias das sociedades de produção e de consumo de massa.

O período se inscreve, ainda, na história mundial como o momento a partir do qual se pôde transformar qualitativamente as formas da dominação capitalista, período em que a ciência e a indústria são diretamente alavancadas pela manutenção do equilíbrio internacional de forças entre os blocos de nações capitalistas e socialistas. A importância da guerra fria consistiu exatamente na capacidade de coordenar a forma de expansão econômica com o processo de consolidação do moderno Estado-nação, simultaneamente, no Velho e no Novo Mundo (TUDE DE SOUZA, 1994, p. 34, grifos da autora).

Além desses aspectos da crise, que envolvem o capitalismo como sistema mundial de produção e suas formas de comando global, acrescenta-se a própria “crise do fordismo, vale dizer, do conjunto de antagonismos criados por esse tipo de trabalho parcelado e repetitivo” (SOSA, 1998, p. 229).

Mesmo com a ofensiva taylor-fordista contra os trabalhadores, que resultou na brutal tentativa de desarticulação do seu projeto de classe, esse período assinalou uma série de reações operárias e estudantis que agudizaram, ainda mais, a crise dos anos 70.

Crise que levou ao rompimento com o compromisso fordista, adotou a estratégia da *revolução passiva* para, mais uma vez, responder às necessidades do capital.

Em outras palavras, o fordismo conseguia, de maneira relativa, articular as exigências de reprodução ampliada do ciclo de acumulação às exigências de legitimação da chamada hegemonia fordista. Contudo, a profunda recessão de 1973 detona, como imposição histórica, um conjunto de processos (diríamos, contratendências próprias à estratégia de grande período-revolução passiva das forças produtivas) que, no limite, tende a solapar as bases do compromisso fordista de crescimento com harmonia social, bem como as bases do consentimento das classes subalternas (ou, ao menos, sua parcela branca, masculina e sindicalizada) ao projeto hegemônico expresso pelo fordismo. A crescente regulamentação das conquistas trabalhistas por parte do estado burguês de tipo welfare foi, sem dúvida, um elemento determinante no processo de elevação dos custos sociais do emprego, que tão negativamente influenciou nas sucessivas tentativas de retomadas da alta lucratividade a partir de 1973. Todo o consenso político fordista

podia ser traduzido pelo pressuposto de que as redistribuições deveriam estar fundadas do crescimento econômico significativo e a redução do crescimento implicava em sérios problemas para o Estado burguês de tipo welfare (BRAGA, 1995, p. 98).

O compromisso fordista foi a poderosa articulação entre o imperialismo (a grande burguesia americana, em particular) e as frações social-democratas dos países capitalistas mais importantes, que com a implementação do *welfare* e a conseqüente ampliação dos direitos dos trabalhadores pela via redistributivista, incorporou parte das classes subalternas à sua lógica. Ganhava-se, assim, a direção das classes trabalhadoras para o projeto do capital ao fazê-las ver o Estado Social – capitalista, burguês - como o seu Estado.

Mesmo com todo esse processo, as lutas operárias, em particular as chamadas “lutas de classe *na* produção”, conseguiram modificar relativamente o quadro. O “outono quente” italiano não apenas questionava a concentração monopólica do capital mas, também, o próprio produto a ser produzido: a qualidade, a ecologia, a saúde, etc. Tudo isso tornava mais limitada à capacidade de acumulação capitalista. Foi fundamental, para realização do processo de recuperação do capitalismo, dissolver a importância do papel do Estado na garantia dos direitos da população. Essa dissolução foi feita a partir da condenação do próprio Estado, responsável agora pela limitação da liberdade do mercado.

Sindicatos, partidos e movimentos sociais são considerados, agora, não apenas desnecessários e intoleráveis, mas, fundamentalmente, obstáculos irracionais ao desenvolvimento das novas formas econômicas. Trata-se do ideologicamente chamado ‘Estado Mínimo’, que é na prática o ‘Mercado máximo’. O Estado que sempre foi um instrumento de construção das condições de desenvolvimento máximo da classe capitalista é, agora, apontado como o responsável de todas as crises. As mediações que o Estado fizera, normalmente a serviço do capitalismo, são apresentadas, abstrata e mitificadamente, como tendências estatizantes que cerceiam a liberdade dos indivíduos. Esta condenação retórica (mesmo lembrando sua eficácia ideológica) tem a função de ocultar a minimização do Estado em relação às classes trabalhadoras e a sua maximização na sua articulação com a burguesia. Condenando-se ‘totalmente’ ao Estado oculta-se, ainda uma vez, seu caráter de classe. A base da atual euforia capitalista é, ainda uma vez, a repressão, seja salarial, seja política, sobre o conjunto das classes trabalhadoras. Trata-se de reconstruir o nexu governo da política-governo da economia, sob bases ainda mais totalitárias (DIAS, 1999a, p. 121).

Condenação aparente porque puramente literária e só se torna mais “real” quando afeta os interesses do capital, limitando-os. O capitalismo, mais uma vez, encontrava-se diante da necessidade de se reorganizar, de se reestruturar para sair de sua crise, para resolver a queda tendencial da taxa de lucros e buscar integrar *passivamente* as camadas subalternas à sua ordem.

A estratégia de saída da crise dos anos 1930 pela via da implementação de transformações nas formas de gestão e de tecnologia, também foi adotada na crise que se intensificou, a partir dos anos de 1970, e que se prolonga na contemporaneidade.

Sob o impacto do acirramento do processo de luta de classes, a Toyota promoveu avanço e inovações em matéria de organização da produção que objetivaram incrementar a taxa de lucros através da recomposição social e material da condição da subalternidade das classes trabalhadoras. [...] O caráter de *racionalização do trabalho* levado às últimas conseqüências e da busca do consentimento operário às custas do incremento das faturas da classe e do seu intrínseco poder de manipulação da identidade operária, mediante contrapartidas sutis e essenciais à produção de just-in-time e à automação. A implementação da ‘ortodoxia japonesa’ articula, necessariamente, ataques diretos contra direitos contratualizados à renovação de métodos de controle patronal sobre o trabalhador. Talvez esses elementos ajudem a explicar o fato de existir uma verdadeira ofensiva internacional pela adoção das práticas japonesas de gestão do trabalho e controle dos processos produtivos. Na verdade, tais práticas correspondem à fase contemporânea do capitalismo oligopolista em crise, encerrando um renovado modo de extração do sobretrabalho e mobilização do consentimento operário melhor afinado à fase ultra-reacionária da reestruturação do princípio de universalidade do imperialismo e suas estruturas transnacionais de poder (BRAGA, 1997, p. 31).

Para retomar a produtividade do trabalho, reaver as suas altas taxas lucros e obter a disciplina necessária, o capital faz uso da assim chamada revolução científico-tecnológica. Esta estratégia de passivização via avanço da ciência e da tecnologia, que assumem o papel de protagonistas na dissolução dos conflitos de classes, significa, na realidade, a tentativa de estabelecer a hegemonia capitalista.

Apesar das modificações na forma, a natureza e a via de saída para as crises capitalistas continuam essencialmente as mesmas. As novas formas de gestão e as

novas tecnologias correspondem ao momento contratendencial que não apenas ampliou de forma inaudita a expropriação do trabalho vivo, mas buscou capturar a subjetividade do antagonista.

Uma das aparências necessárias que se cria é a seguinte: enquanto o perfil do trabalhador exigido pelo padrão taylor-fordista de produção é aquele preparado para realizar tarefas repetitivas, parcelares, que dispensam uma formação mais aprofundada, intelectual, no novo padrão atual de acumulação capitalista, o trabalhador precisa desenvolver a capacidade de abstração, demonstrar flexibilidade para solucionar problemas, ser mais participativo, comunicativo, bem como demonstrar outras habilidades próprias do campo interpessoal, o que necessitaria de mais conhecimento, de uma formação mais ampliada.

Ao discutir a questão do trabalho e do trabalhador na sociedade capitalista, Gilberto Luiz Alves (2005), objeta quanto à utilização da categoria de análise *qualificação profissional* como sendo pertinente à sociedade capitalista. Segundo ele, “o movimento da produção capitalista constata que ao seu avanço correspondeu o aprofundamento da *especialização profissional*. *Esta sim, guarda relação direta com a crescente simplificação e objetivação do trabalho*” (*idem*, 2005, p. 2).

Em face desse avanço, ao contrário, a qualificação profissional realiza uma tendência inversa. O desenvolvimento do capitalismo tendeu a destruir os trabalhadores qualificados que operavam instrumentos de trabalho nas oficinas. O modo de produção capitalista, nesse sentido, incorporou como seus elementos distintivos o trabalho simples e o trabalhador especializado que realiza, que se identifica como força de trabalho (*ibidem*).

1. 4 Novo trabalhador ou subsunção real do trabalho ao capital?

O novo perfil do trabalhador requerido na atual fase de desenvolvimento capitalista recupera aparentemente algumas das características do trabalhador de ofício²¹ – como autonomia, mais conhecimento, o domínio do processo produtivo, capacidade de trabalhar em equipe, solidariedade. À primeira vista os referenciais de sociabilidade humana estão dados, mas o que se quer, por mais sofisticado que pareçam os termos que os definem – flexível, polivalente, etc. – é o seu *adestramento*, elevando ao máximo, a desqualificação do trabalhador, ampliando ainda mais sua subordinação ao capital.

Esse aspecto - o da desqualificação máxima do trabalhador - é inerente ao próprio capitalismo que não pode conviver com a expansão máxima do saber operário mas, pelo contrário, com o mínimo – necessário - para o capital. Gramsci ressalta que esse processo é um desenvolvimento das formas já realizadas no solo europeu “apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais” (Cadernos do cárcere, v. 4, p. 266).

Compreendendo as tendências inerentes ao capitalismo, ele antecipou uma das necessidades centrais do capital na atualidade, criar no trabalhador “*um novo nexo psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo superior*”²² (*ibidem*) que corresponda à nova fase de acumulação capitalista. Ao contrário do que é comumente divulgado, quanto à necessidade de uma formação mais aprofundada - sugerindo inclusive a reunificação das funções de concepção e execução – para o novo trabalhador demandado pelo capital, o que Gramsci vai argumentar é que os processos de reorganização do capitalismo atualizam permanentemente uma necessidade - a do trabalhador inteiramente subsumido ao capital.

²¹ Uma espécie de *artesão eletrônico* na síntese de Tude de Souza (1994, p. 32).

²² Superior, nesse contexto, não quer dizer de modo algum que demande uma formação mais qualificada. Diz respeito ao tipo de trabalhador que corresponda a uma fase superior das contradições capitalistas.

Com a incorporação de novas tecnologias, além da expropriação do saber operário, ele próprio é, em grande medida, eliminado do processo produtivo. “A *eliminação impiedosa de uma parte da velha classe trabalhadora do mundo do capital*” (*ibidem*) é uma das estratégias da atual fase do capitalismo para impedir que as classes subalternas construam o seu projeto hegemônico. A diminuição, em termos numéricos, do trabalhador ocupado com a atividade fabril propriamente dita, não pode ser confundida com o *fim da sociedade do trabalho* ou com a *perda de sentido da luta de classes*. O alarde com que isso é proclamado faz parte da tentativa de dissolução dos conflitos classistas, entendidos, na atualidade, como algo ultrapassado, obsoleto.

O “ultramoderno”, o “atual”, é estabelecer a parceria harmônica entre o capital e o trabalho. O antagonismo tem que ser dissolvido, tudo não passa de *diferenças*. Qualquer tentativa das classes subalternas em firmar-se enquanto classe autônoma, com projeto de sociedade próprio, é vista como a manifestação do atraso do modo de fazer política dessa classe, ao não se associar ao capital. Em um interessante texto intitulado “Dialética, Diálogo, Discussão”, François Châtelet (2003, pp. 188-189) trata desta necessidade do capital em diluir o antagonismo entre as classes e estabelecer a prática do *diálogo* nos encontros sócio-políticos. Segundo ele:

Quando Platão e Hegel, irônica e razoavelmente, construíam uma dialética tranquilizadora, tinham pelo menos a seriedade de descrever, de analisar, de sublinhar os antagonismos, ainda que o fizessem para reduzi-los. Hoje, o conceito se apaga. Dialética não é mais do que o adjetivo cômodo que cobre o material sem selecionar da retórica filosófica, do ‘materialismo dialético’ de Roger Garaudy ao ‘hiper-empirismo dialético’ de Georges Gourvitch. Ficam as cinzas; fica a prática hipócrita que as instâncias políticas, os técnicos dos ‘meios de comunicação de massa’, os pedagogos, os professores de moral, os arautos dos diversos economicismos nos impõem. Fica o diálogo. [...] Hoje, o chamamento feito à prática do diálogo sequer tem esta justificação conceitual. Inscreve-se diretamente e sem vergonha no jogo das operações ideológicas. Se um conflito surge, logo logo se chega a um momento no qual algumas almas boas proponham que se institua um diálogo. Supõem, assim, que existe realmente um terreno neutro, exterior às forças em conflito, no seio do qual poderão as posições intercambiarse, no qual cada parte poderá compreender ‘o ponto de vista’ da outra e, com isso, se estabelecerá um ‘encontro’, entendido como caminho empírico da verdade. Em torno à mesa redonda do diálogo, o enfrentamento se torna razoável, as perspectivas tranquilizantes e

sempre renovadas da reconciliação se desenvolvam, a boa vontade do ministro do Trabalho (ou do comissário do povo) está disposta a coincidir com a do secretário geral do Sindicato, a do coronel com a do camponês. [...] É um fato que freqüentemente a opinião do ministro coincida com a do secretário sindical e que há entre eles um terreno de entendimento; mas o é também porque o ministro é um antigo secretário sindical e porque o secretário já se imagina ministro. A coincidência, contudo, é menos freqüente quando se trata do coronel e do camponês! A referência contemporânea ao diálogo é a impostura por excelência. Não há posição neutra, imparcial – tanto faz que se pretenda determiná-la psicologicamente (psico-sociologicamente), logicamente, transcendentalmente, cientificamente: o diálogo (e seus pastiches modernos: a concertação, a participação...) é precisamente uma ilusão, que dá às almas boas e formosas a ocasião de agitar-se moralmente e aos que detêm a força a ocasião de legitimar discursivamente seu poder.

Esta atualíssima reflexão tem direta relação com a questão da hegemonia. Mais que teórica, tem importância estratégico-política. O embate hegemônico que se dá, necessariamente, entre forças distintas e inconciliáveis, à medida que através do simulacro do diálogo tenta combinar o incombinável, dissolve, numa aparência, o antagonismo. O *colaboracionismo* subsume os saberes, os desejos e as práticas, enfim, o projeto hegemônico das classes subalternas, uma vez que segundo Gramsci “as *intenções*’ não podem concordar, sem que uma das partes se suicide”²³.

É nesse sentido que Gramsci²⁴ chama a atenção para a necessidade urgente das classes subalternas *distinguirem-se, diferenciarem-se* das classes burguesas, *subtraírem-se* de sua dominação (*idem*, p. 68). Esse processo de distinção, de subtração às ilusões/dominações político-ideológicas burguesas é elemento fundamental, tarefa impreterível na construção de uma nova hegemonia.

Distinguir-se, diferenciar-se, eis outra idéia fundamental que Gramsci começa a trabalhar. E por toda a sua vida. O proletariado deve distinguir-se da burguesia. [...] A cultura como saber dicionarizável é uma das formas dessas incrustações, da presença da burguesia no seio do proletariado.

Gramsci vai além: a *cultura* não é só dos grandes intelectuais, dos iluminados. *Ela é arma de superação da indiferença*. E para tal todos estão convocados. É necessário superar o estigma e o preconceito que atribui a poucos o direito e o dever de elaborar culturalmente: “dou à cultura este significado: exercício do pensamento, aquisição de idéias gerais, hábito de conectar causas e efeitos. *Para mim, todos já são*

²³ Os propósitos e as necessidades, apud DIAS, p. 106, 2000.

²⁴ Cf. *Socialismo e cultura*, in: *Escritos Políticos*, v. 1, p. 60, 2004.

cultos, porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos. Mas o são empiricamente [...] não organicamente. E assim como sei que a cultura é também um conceito basilar do socialismo, porque integra e concretiza o vago conceito de liberdade de pensamento, assim gostaria também que ele fosse vivificado por outro. Pelo de organização. Organizemos a cultura, assim como buscamos organizar toda atividade prática” (ibidem, grifos nossos).

Aqui ganha todo sentido a afirmação gramsciana segundo a qual “*toda relação hegemônica é necessariamente pedagógica*” (Cadernos do cárcere, v. 1, p. 399). Mais adiante ele esclarece a especificidade que atribui ao termo:

Mas a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente ‘escolares’, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, ‘amadurecendo’ e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército (ibidem).

Organizar-se, tomar posse de sua própria personalidade, conquistar uma consciência superior, em suma, emancipar-se são condições para a construção da hegemonia das classes subalternas, contra as quais a ordem burguesa luta continuamente. O economicismo e o determinismo tecnológico são procedimentos utilizados pelo capitalismo, na atualidade, na sua tentativa permanente de “neutralizar” a luta de classes. O que se quer é dissolver da memória dos trabalhadores as históricas lutas de resistências pela contenção da ação capitalista e afirmar que a tecnologia resolverá, por si só, o antagonismo classista.

Gentili (1995, p. 230) no esforço de “compreender a natureza e o sentido que este projeto assume no contexto mais amplo do sistema mundial”, afirma:

O neoliberalismo expressa uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do fim dos anos 60 e começo dos 70.

O entendimento do autor desmistifica uma possível leitura acerca das mudanças ocorridas no processo em curso, segundo a qual, os aspectos ditos inovadores nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais representam uma ruptura com o modo de produção capitalista. Ao contrário, como venho demonstrando, trata-se de uma *recomposição estrutural*, fruto da própria dinâmica capitalista, motivada pelo embate entre as classes sociais ou no interior de uma classe, com o intuito de superar sua crise hegemônica.

As soluções encontradas pela Toyota, portanto, são um produto direto da intransigência do capital: primeiro, em não ceder à ofensiva sindical contra a reestruturação e, após demitir em massa os operários grevistas, em não voltar a contratá-los, mesmo diante do incremento da demanda engendrada pela Guerra da Coréia. Para os diretores da Toyota, tratava-se de suprir a oferta de produtos sem recorrer à admissão de novos operários. A automação, a reestruturação imposta pelo capital financeiro (com importante redução de pessoal e a adaptação da produção à venda) o método kan-ban (técnica de gestão de estoques inspirada no exemplo dos supermercados norte-americanos) constituíram-se em soluções capitalistas às condições concretas de luta de classes, isto é, em formas de enfrentar a historicidade crítica japonesa das décadas de 50 e 60. [...] A verdade é que tal multiplicidade de iniciativa por parte do patronato busca assentar as bases de um renovado consentimento necessário ao projeto de uma 'nova cultura empresarial' (BRAGA, 1997, p. 31, grifos nossos).

Oliveira (2000, pp. 26-27) afirma que a emergência da nova ordem social fomentou a “crise de governança, as transformações econômicas ocorridas na última década operaram uma mudança no eixo do poder”. Essa constatação serviu de alicerce para a criação, em 1992, da Comissão sobre Governança Global que tinha o objetivo de “examinar as possibilidades criadas com o fim da Guerra Fria e de estabelecer um sistema mais eficaz de segurança e governação mundiais”. A linha de pensamento assumida pela comissão é a de que “a governação global deve adotar uma estratégia multifacetada e flexível, para que possa lidar com novas questões e antigos problemas, sob novas interpretações” (*idem*, p. 28).

A recomposição no modo de governar o capitalismo e suas contradições demonstra a estreita relação entre a economia e a política.

A tese defendida por esta comissão repousa sobre a noção de que houve uma mudança de eixo do poder, operada sobretudo pelas transformações nas últimas décadas. Essas transformações são atribuídas a financeirização da economia, à predominância do livre-mercado e à retração do Estado-nação, ante o poder das grandes corporações e grupos econômicos. Esses fatores trazem à tona a preocupação em repensar as formas de regulação capazes de disciplinar a realidade emergente (*ibidem*).

As conseqüências das transformações econômicas, segundo a autora (*idem*, p. 62), “vem consolidando uma ordem cuja única referência é o mercado, onde o conceito de saúde econômica aparece atrelado às exigências de lucro e não às necessidades humanas”. Ou, em outras palavras,

a inserção no mercado mundial passa a ser uma necessidade premente para os países em desenvolvimento. O mercado mundial afirma-se como uma instituição hierárquica, segmentando-se entre países ricos, emergentes e pobres: o mundo deve ser governado pelas nações ricas, que por sua vez são governadas pelos homens ricos que as habitam (*ibidem*).

O resultado da crise contemporânea é a radicalização da exclusão, do “acirramento das polaridades entre capital e trabalho ou entre ricos e pobres” (*idem*, p. 307). A fragmentação das classes subalternas e do seu projeto de emancipação faz o capitalismo apresentar-se como a única e desejável alternativa para a humanidade.

Conforme vimos, o projeto socialista vem sendo combatido fortemente de modo que no fim deste século deixou, temporariamente, de ser referência para as classes trabalhadoras. Assim, o capitalismo aparece no final do século XX e no início deste século como vitorioso, como síntese do progresso, da modernidade, e da própria história, entendida como experiência humana.

A estratégia ideológica é deslocar a explicação dos fenômenos de suas bases reais, tentando diluir a resistência no âmbito das classes e fomentando a indiferença, como modo adequado de sobreviver às catástrofes produzidas pelo capitalismo.

O extraordinário avanço material dessa fase de desenvolvimento do capitalismo possibilitaria manter toda a humanidade confortavelmente, no entanto, constatamos que a maioria da população sobrevive em condições desumanas e irracionais. Nas palavras de Wood (2003, p.126),

uma consideração cuja importância não deve ser minimizada é que o capitalismo provocou o desenvolvimento de forças produtivas que estabelece uma base material sem precedentes para a emancipação humana. Mas sob o capitalismo, movido pela lógica do lucro, não há correspondência necessária entre a capacidade produtiva e qualidade da vida humana. Uma sociedade com as mais avançadas forças produtivas, com capacidade para alimentar, vestir, abrigar, educar e tratar da saúde de sua população em grau que nem a mais visionária das utopias ousaria sonhar, pode, apesar de tudo, ser castigada por pobreza, decadência, falta de moradias, analfabetismo e até doenças de desnutrição.

O diagnóstico feito por vários estudiosos, além dos já citados neste capítulo, acerca das modificações ocorridas com a reestruturação capitalista e os impactos sofridos pela sociedade de modo geral, corrobora a análise de que a alternativa para superação dessa situação passa pela afirmação plena do projeto hegemônico das classes subalternas. Afirmação que se realiza, necessariamente, pela sua organização. *Organizar-se* requer a negação radical da ordem burguesa, requer formar um novo tipo de trabalhador para novas relações de trabalho.

É necessário negar o meio-homem – forma típica produzida pela escola profissional capitalista – e recuperar os saberes dos trabalhadores de modo que potencializem as condições de superação da sua subalternidade. Segundo Gramsci (Cadernos do cárcere, v. 2, p. 53),

o mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo ou desqualificado, deve construir a base do novo tipo de intelectual [...] O modo de ser do novo intelectual não pode consistir mais na eloquência, motor exterior e momentâneo das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, 'persuasor permanente' [...] – e, todavia, superior ao espírito matemático abstrato. Da técnica-trabalho, chega-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece 'especialista' e não se torna 'dirigente' (especialista + político).

Para isso, é fundamental considerar que o estado atual em que vive grande parte da humanidade não é o seu único e inexorável destino histórico, ou seja, “determinada etapa histórica não é permanente, a sociedade humana é uma estrutura bem-sucedida porque é capaz de mudança e, assim, o presente não é o seu destino final” (HOBSBAWM, 2000, p.13). Mesmo com a aparente vitória do capitalismo, a história não terminou, as possibilidades de transformação ou não dessa forma social dependem, mais do que nunca, da capacidade de constituição de uma racionalidade antagonica²⁵ à ordem atual.

²⁵ Estamos trabalhando com a perspectiva segundo a qual a racionalidade de uma classe é, em suma, produtora e produto da subjetividade das classes, de suas formas de compreender o real e de nele atuar.

CAPÍTULO DOIS:
A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL COMO PROCESSO
TÍPICO DE REVOLUÇÃO PASSIVA

**“O Brasil está exigindo no clima pela passagem da
bólide moral das revoluções, uma redefinição em
termos de cultura, de vontade, de Governo e de
justiça”**

Francisco Campos, *apud* Jarbas Medeiros, 1978, p. 35.

**“Assisti, no curso da minha vida... a passagem do
Brasil de uma semi-Idade Média ao nível dos países
mais progressistas do mundo... até aqui *subsistimos*
com honestidade e decência, embora em grande parte
de maneira manifestamente pouco satisfatória para a
maioria de nossa população, alimentada, vestida e
abrigada em níveis sabidamente marginais, senão ou
quase submarginais” (*idem*, p. 38).**

2. 1 Formação social brasileira e revolução passiva

Discutir o processo de constituição do modo de produzir e viver capitalista e de modernização do seu Estado, em um país como o Brasil, que não herdou a tradição revolucionária francesa de tipo jacobino, implica considerar não apenas o grau mais e mais aprofundado das contradições vivenciadas aqui mas, sobretudo, examinar a singularidade desse processo na historicidade própria da constituição do capitalismo.

A caracterização do modo pelo qual se constituiu o Estado brasileiro remete a um rico debate. Escapando dos raciocínios abstratos, naturalizadores do social e da política, constatamos que o debate sobre a eficácia liberal e a continuidade da linha política que vem desse projeto não encontra no Brasil fundamento sólido. Na história das classes subalternas essas instituições não têm maior aderência. Em uma formação social onde a desigualdade entre as classes é absurda, em que o índice de concentração da riqueza – da colônia até hoje – é marcado por um processo de exclusão da maioria da população, o liberalismo não pode ser senão “um figurino de moda anglo-americana²⁶” como dizia Gramsci.

A “revolução passiva” não é apenas uma caracterização sobre a particularidade italiana. Este conceito ser-nos-á útil para a compreensão da realidade brasileira sem cair no desvio metodológico das analogias fáceis nem na visão de conceito como abstração formal. Ela configura uma nova época histórica.

A tendência dominante na era do imperialismo é a *passivização*. A exploração colonial permitiu, na *belle époque*, incorporar setores ponderáveis das classes subalternas à ordem do capital. Contudo, as contradições fundamentais desta ordem não desapareceram, elas foram marcadas pelas guerras, pela miséria, pela

²⁶ *La democrazia italiana*, Il Grido del Popolo, nº 737, 7-9-1918, *Il Nostro Marx – 1918-1919*, Guilio Einaudi Editore Torino, p. 279, 1984.

superexploração e pela debilidade de algumas classes dominantes²⁷. Processos revolucionários ocorreram na Rússia, na China e etc., eles sofreram, não obstante a ação, tanto internacional, quanto nacional, de novas contradições e acabaram por serem *passivizados*. O que chamamos de stalinismo é prova cabal do que foi dito acima. Com isto, a perspectiva revolucionária aberta em Outubro de 1917, acabou por ser neutralizada, ainda que as contradições e a rebeldia dos dominados não tenham sido extintas.

É exatamente neste cenário – do imperialismo / revolução passiva – traço no qual se insere a formação social brasileira que, de forma inicial, trabalhamos nesta dissertação. Gramsci identificou alguns dos traços que caracterizam a revolução passiva,

Vincenzo Cuoco definiu como revolução passiva a que se verificou na Itália como contragolpe das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva parece-me exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas e de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (Cadernos do cárcere, v. 5, pp. 209-210).

A referência a este conceito permite compreender os processos de transição pelo alto, que resultam de “acordos”, sempre conflitantes, embora não antagônicos, entre frações das classes dominantes e que têm como objetivo principal a exclusão do protagonismo das camadas subalternas, constituindo-se como um dos recursos fundamentais para ajudar a pensar as estratégias da classe burguesa em busca de sua hegemonia. Mantêm-se as formas básicas da dominação das antigas classes dominantes, incorporando subalternamente os dominados e alterando substancialmente as relações de produção, em um momento em que se torna predominante o capitalismo industrial, sem, contudo, romper-se com o universo ideológico anterior.

²⁷ Isto não significa que o processo de passivização tenha ocorrido apenas sob o imperialismo. Trata-se de um procedimento utilizado para frear o protagonismo das classes subalternas, já presente desde o processo de restauração monárquica. E que atuou também na reversão da perspectiva revolucionária russa.

Esse acordo pelo alto sempre foi uma marca distintiva da formação social brasileira, “nascida” sob a forma de um projeto de colonização sem povo²⁸ e sem institucionalidade minimamente interiorizada. O processo de sua constituição esteve marcado predominantemente pela presença do Estado. As desigualdades das rendas e dos poderes são constitutivas da nossa sociedade. A exclusão, portanto, do povo (identificado em outras partes com o cidadão) demonstra como essa centralização não poderia conviver, salvo metaforicamente, com as idéias de liberdade, justiça e igualdade.

O fim da década de 1920 foi marcado por uma profunda crise que assolou o mundo capitalista. No Brasil, a crise foi sentida através do abatimento da economia agro-exportadora. Assim, a crise do capital requereu formas novas para a sua realização.

Até fins da década de 1920, observou-se a predominância do setor cafeeiro, de acordo com Fausto (1987, p. 230):

A um tempo dominante e dependente, a burguesia cafeeira impôs no país, durante os três primeiros decênios do século, sua hegemonia²⁹ social e política. Não se formou no interior da classe dominante, até os fins da década de 20, nenhum grupo que apresentasse uma opção viável, em oposição aos seus interesses. Todos os presidentes da República, não só paulistas e mineiros, como os que não foram apoiados por São Paulo (Hermes da Fonseca, por exemplo), nunca pretenderam alterar a característica básica da vida republicana, atendendo, com primazia o setor do café.

A crise econômica de 1929, no Brasil, agudizada pela superprodução do café, foi o auge de uma crise de estagnação, face à qual o processo de desenvolvimento industrial surgia como alternativa para um novo processo de acumulação capitalista.

²⁸ Sobre essa realidade colonial é importante retomar a produção de Fernando Novais (1987). Em *Brasil em Perspectiva*, sinteticamente, ele trabalha a diferença entre a colonização levada a efeito no Brasil, sem povo, com instituições heterônomas e inteiramente subordinada ao pacto colonial e a compara com o processo de colonização realizado no território do atual Estados Unidos onde houve transplante não apenas de populações, mas de instituições, mercado, etc. Sobre a ausência do povo nos processos políticos em outros períodos da história, ver Carvalho (1998, p. 120) que afirmou que “a República brasileira foi uma originalidade: não tinha povo”.

²⁹ Vale ressaltar, que o tratamento dado pelo autor ao conceito de hegemonia, difere da compreensão gramsciana, uma vez que ele parte da idéia de *imposição de uma ordem*, o que requer dominação e não hegemonia.

Nas palavras de Singer (1985, p. 368) “por menos industrialista que fosse a classe dominante brasileira – ela o foi pouquíssimo antes de 1930 – a *substituição de importações* era a saída que se impunha como única alternativa à estagnação econômica”.

A partir da Abolição e da República, era de se esperar que os principais obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas fossem superados. A substituição da escravatura pelo trabalho livre não somente eliminou a restrição à oferta de força de trabalho, ao possibilitar a imigração em massa de trabalhadores europeus, mas também instituiu relações de produção que, ao determinar a compra e venda do uso da força de trabalho e não mais do próprio trabalhador, deveriam facilitar a introdução no país de técnicas industriais modernas (*idem*, pp. 356-357).

O processo de industrialização aprofundou para além do avanço técnico o avanço das próprias relações capitalistas. O surgimento do trabalho assalariado, decorrente da libertação das amarras do regime de escravidão, complexificou as relações sociais de produção. Mesmo que em um primeiro momento, a força de trabalho liberada não tenha apresentado “nenhuma virtude técnica a transferir para o capital”, senão “a sua força muscular”, condição decorrente da própria escravidão³⁰, o caminho que se seguiu, daí em diante, foi o que levou ao completo domínio do capital sobre o trabalho (OLIVEIRA, 1977, pp. 25-26). Subsumia-se não apenas a capacidade de trabalho dos escravos mas, também, e especialmente, suas culturas e modos de vida.

Além dos aspectos econômicos da crise, é possível observar que outros fatores somaram-se a este, e deram a direção das transformações ocorridas neste período,

Ao fazer a crítica política do sistema, a Aliança [Liberal] sensibilizou uma categoria a um tempo inconformada e limitada em seus objetivos. A tendência à elevação de preços que surge nos anos 20, interrompida momentaneamente em 1921, como conseqüências da repercussão da crise internacional de 1920 na economia brasileira, e nos anos de 1926-1927, atingiu sobretudo os assalariados. Mas seria falso reduzir a insatisfação simplesmente ao ‘econômico’. Na verdade, sem pretender impor uma representação política própria, as classes médias urbanas se sentem marginalizadas da vida política, pela fraude eleitoral, que impede

³⁰ Tal assertiva “esquece” o fato de que algumas nações africanas seqüestradas e transplantadas no solo brasileiro tinham, por exemplo, domínio de conhecimentos e práticas de metalurgia.

o acesso ao poder dos candidatos de oposição do núcleo dominante (FAUSTO, 1987, p. 239).

O descontentamento dos setores de oposição à oligarquia cafeeira ganhou materialidade com o golpe desferido em outubro de 1930, que expressou, entre outros aspectos, uma recomposição³¹ dos setores dominantes, e conforme Fausto (1987, p. 249) resultou “basicamente da aliança temporária entre as facções burguesas não vinculadas ao café, as classes médias e o setor militar tenentista”.

Deslocada do poder, a burguesia cafeeira continuou a ter papel fundamental na economia do país e o que se verifica nos anos anteriores a 1930 não é, mais uma vez, um choque inconciliável entre facção agrária e a industrial, porém uma composição de equilíbrio entre as várias tendências burguesas, passando pela prova da revolução de 1932 (*idem*, p. 247).

A recomposição dos setores dominantes, necessário para a manutenção do controle político-econômico, respondia em certa medida, ao relativo avanço que as lutas operárias vinham obtendo durante as décadas de 1910 e 1920. A expansão do processo de industrialização atraía, através da intensificação do processo imigratório, um contingente de trabalhadores ainda incipiente, mas combativo, pois, fortemente influenciado pelas idéias anarquistas e comunistas³² (SAVIANI, 1996, p. 20).

Um dado oculto na revolução é o papel desempenhado pela classe operária que aparece mais como um problema do que propriamente como personagem. É possível que a definição dos diferentes setores burgueses, na década de 20, se tenham feito levando em conta o proletariado, sobretudo a partir de 1929, quando a crise gera uma série de greves nos grandes centros, tendo por objetivo a luta contra o desemprego e a defesa dos níveis de salário. O inconformismo das classes médias não é estranho a esta presença, embora obedeça a motivos específicos e a Aliança se define, em parte, pela maior atenção dedicada aos problemas sociais [...] a fundação, em 1922, do Partido Comunista, abre a possibilidade de uma nova opção no seio dos movimentos revolucionários existentes, como acontece no caso do tenentismo, quando Prestes se nega a apoiar a Revolução de 1930 e

³¹ Por *recomposição* se entende que o deslocamento de classes no interior do bloco dominante se dá sem a liquidação das classes ou frações enfraquecidas política e economicamente. Esta é, seja dito de passagem, uma das características básicas da revolução passiva teorizada por Gramsci.

³² Segundo Fausto (1987, p. 246), “o proletariado não interveio na revolução como *classe*, tomada a expressão em sentido estrito, isto é, como categoria social composta de indivíduos que não só exercem papel semelhante no processo produtivo, mas têm objetivos definidos na ação, oriundos de uma consciência comum do papel que desempenharam neste processo e na sociedade”.

proclama sua adesão ao socialismo, embora não imediatamente ao P.C.B., o que se verificaria em 1934 (FAUSTO, 1987, pp. 245-246).

A “Revolução de 30”³³ expressou, a um só tempo, a precaução dos setores dominantes e emergentes em resolver os impasses nos âmbitos econômicos, políticos e sociais, contendo as agitações sociais das décadas dos anos 10 e 20 do século XX.³⁴ Esses episódios demonstraram os limites da própria burguesia em constituir-se enquanto classe social hegemônica.

O presidente da Província de Minas Gerais, Antônio Carlos, também presidente do Partido Republicano Mineiro, proferiu discurso às vésperas daquele movimento e disse na ocasião *“façamos a revolução antes que o povo a faça”*, manifestando explicitamente, que a preocupação com a manutenção do controle político-econômico passava pela repressão ao avanço das forças antagônicas.

A “recomendação” de Antônio Carlos expressa a necessidade de uma “revolução pelo alto”, ou em outros termos, de uma *revolução passiva*, procedimento central da política burguesa, conforme passagem já citada (DIAS, 2003, pp. 8-9). *“Façamos a revolução antes que o povo a faça”* é a versão brasileira, à época, do *transformismo*³⁵ que expressa, no fundamental, o projeto de modernização típico das classes dominantes. Sobre este aspecto, Gama Cerqueira em discurso pronunciado por ocasião do sexto Congresso do Partido Democrático afirmou (*apud*, FAUSTO, 1987, p. 236):

Assim como realizamos, sem dilacerações sociais, sem lutas fratricidas, sem derramamento de sangue, as mais importantes reformas sociais, como a abolição da escravatura e a proclamação do regime republicano, assim a evolução para a verdadeira implantação da República nos moldes

³³ Registramos a generalização da idéia de “revolução” na vida social e na bibliografia como forma de expressão da ruptura (muito parcial) com as antigas estruturas. Apesar de contraditório (a revolução – em sentido clássico - não é a estratégia política dos dominantes) essa expressão dá legitimidade àquelas alterações como se uma nova realidade estivesse plenamente conformada.

³⁴ Refiro-me à constituição do PCB – Partido Comunista Brasileiro, que vinha organizando seus adeptos desde 1922; ao expressivo movimento sindical que certamente ainda recrutando partes muito exíguas da população brasileira, teve o êxito ao promover duas greves gerais significativas, uma delas a 1917, famosa pelo grau de mobilização.

³⁵ “É preciso que tudo mude para que tudo permaneça como está”, é a sua síntese (*ibidem*).

liberais e democráticos da nossa Constituição está seguindo o mesmo caminho.

Desse modo, os acontecimentos ocorridos no início dos anos 30, resultaram em uma recomposição no interior do bloco do poder, com maior atendimento aos interesses dos setores desvinculados da produção cafeeira. O choque armado – ainda que restrito - não era o método desejado pela maioria do grupo de oposição, embora as circunstâncias tenham impedido que a alteração da ordem fosse feita de forma puramente pacífica.

O avanço das lutas operárias, reforçado em boa medida pelo achatamento das condições de vida das classes populares e o tratamento político dispensado aos conflitos sociais, sintetizados na afamada frase de Washington Luís que disse *ser a questão social caso de polícia*, serviram de experiência para que a burguesia industrial compreendesse a necessidade de estabelecer novos mecanismos de controle que tornasse possível a reordenação do cenário social.

A compreensão de que os mecanismos de repressão já não eram suficientes para garantir o controle sobre um proletariado, com experiências de lutas sociais acumuladas desde meados dos anos 10 e 20 do século XX, impôs às classes dominantes a necessidade de sofisticar seus recursos de intervenção política. Além de reprimir, era fundamental reordenar o processo de trabalho, através de novos princípios, que resultassem, na diluição do antagonismo, sempre existente, nas relações de trabalho e capital.

Acerca da clareza dessa necessidade no interior do Estado, Boris Fausto fez as seguintes considerações,

Entre as incertezas dos primeiros anos do período pós-revolucionário, o governo definiu, com segurança, a política do estabelecimento de um novo tipo de relações entre o Estado e a classe operária. [...] Não se trata da aplicação imediata de um plano global, tateia-se em muitos pontos, mas os objetivos estão definidos: institucionalizar a pressão da classe operária, transformando-a de categoria social marginalizada, cuja súbita intervenção política autônoma podia tornar-se perigosa, em um setor

controlável, no jogo das forças sociais. O Estado não procura transformar o proletariado em base de sustentação do poder, incentivando, por exemplo, a sindicalização em massa, a formação de organizações sindicais de cúpula que detenham efetivo poder. A fraqueza do movimento operário brasileiro torna desnecessário uma política deste tipo que comportaria muitos riscos. Visa-se a ajustar as relações entre patrões e empregados na área do trabalho e, sobretudo, a anular, no campo sindical, a velha influência anarquista e a influência comunista nascente, transformando os sindicatos em organismos oficializados, numericamente restritos, apolíticos, voltados exclusivamente para as reivindicações profissionais (1987, p. 253).

Era necessário conter o antagonismo capital / trabalho através do novo ordenamento econômico do país. Para isso, “a recomposição da classe dominante, depois de 1930, se faz pela mediação do Estado que, passo a passo, liquida os vários ‘excessos revolucionários’” (*idem*, p. 255).

Tornou-se fundamental, conforme vimos, podar os “excessos”, mesmo incipientes, que poderiam levar as classes subalternas a ultrapassar o momento econômico-corporativo. As rearticulações feitas nesse período e sobretudo durante o período do Estado Novo foram no sentido de quebrar a organização classista, impedindo que estas alcançassem patamares considerados ainda mais “excessivos”, mantendo-a nos estreitos limites econômico-corporativos.

O cerceamento do exercício da autonomia da classe operária se faz pela sua recomposição, pela prescrição de um modo de fazer política e viver, de intervir nos conflitos sociais, de requerer as suas demandas. Fez-se necessário, a diluição da forte influência dos imigrantes e suas idéias. Se no período anterior a década de 1930 a presença dos imigrantes trazia o incremento necessário à economia, em tempos de “excessos revolucionários” sua presença era considerada dispensável e nociva.

Na medida em que desalojavam os ex-escravos das atividades produtivas nas áreas mais avançadas, e, em especial, nos centros urbanos (para onde afluíam em crescente número a partir do início desse século, em face da retração da cafeicultura) esses imigrantes se constituíam em elemento reforçador das mudanças nos padrões na atividade econômica e de dominação social, de vez que se tratava de portadores de hábitos de consumo diversificados em relação aos dos extratos mais baixos da sociedade brasileira da época, mas ainda bem menos exigentes do que os grupos senhoriais, consumidores de produtos importados; vale dizer,

constituíam uma conjugação ideal da capacidade produtiva e disposição para consumir manufaturas pouco requintadas, ao alcance da produção local. [...] Com efeito, os trabalhadores fabris da década de 30 em diante eram de origem essencialmente diversa daquela dos operários da fase anterior. Até a década de 20, inclusive, predominavam os operários de origem estrangeira, ao passo que, tendo-se sustado o fluxo imigratório após 1930, desse momento em diante o predomínio numérico na composição do operariado caberia aos trabalhadores brasileiros, em regra de origem rural. Isto contribuiria para facilitar a adoção de uma política trabalhista de cunho marcadamente ‘paternalista’ pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Com isso, marcava-se bem a diferença em relação à fase ‘selvagem’ das relações trabalhistas, na fase anterior a 1930 (COHN, 1987, pp. 288–301).

A fase “selvagem” referida pelo autor se diferencia do período da ditadura Vargas pelo grau de sofisticação dos dominantes, e do seu estado, utilizado para alcançar o controle sobre as massas não significou de modo algum ausência de repressão aos movimentos de oposição, mas adoção de outras medidas, associadas a esta.

Além da própria recomposição social do operariado, o grau de sofisticação pode ser identificado a partir da tentativa de modificação do modo de viver, compreender e intervir no mundo das classes subalternas. Nas palavras de Gramsci, o capitalismo necessitava formar um *novo homem*, adequado às necessidades do capital: operários dóceis, saudáveis e produtivos.

A política implementada durante o longo período do governo varguista buscou obter o consenso espontâneo junto às camadas populares e, quando não foi possível, utilizou-se do aparato estatal para assegurar “legalmente” a disciplina dos grupos que não aderiam.

A aparência necessária³⁶ criada pelos intelectuais coletivos do período (imprensa em geral e particularmente o uso do rádio – A voz do Brasil, as inúmeras publicações que atingiam todos os níveis de escolaridade, inclusive o ensino primário com os

³⁶ O ocultamento do caráter autoritário do governo de Vargas era uma necessidade objetiva, uma vez que deu ao real um novo significado. Lembremos que, segundo Marx e Engels, esse é um dos elementos constitutivos de uma sociedade de classes, em que a classe fundamental necessita criar aparências que ocultem a sua dominação e que buscam apresentar seu projeto como o projeto da sociedade (1998, p. 44).

famosos livros didáticos e os “recados do presidente”)³⁷ acerca do caráter “democrático” das políticas de Vargas, que teria logrado, de acordo com este ideário, oferecer aos trabalhadores uma série de direitos até então não obtidos, faz parte dessa tentativa de obtenção do consenso, de trazer para o campo dos dominantes, os saberes, desejos e lutas dos dominados, redimensionados e ressignificados sob a lógica da relação estabelecida entre capital e trabalho. Os intelectuais vinculados ao Estado – a burocracia de novo tipo que surgiu – criaram um projeto para o desenvolvimento capitalista mesmo tendo que enfrentar setores da classe burguesa que, prisioneiros do seu projeto corporativo, tendiam a ver o Estado como interferindo abusivamente na “sua” sociedade.

A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos, os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. Não se explicaria a posição conservada pela Igreja na sociedade moderna se não conhecessem os esforços diuturnos e pacientes que ela faz para desenvolver continuamente sua seção particular desta estrutura material da ideologia. Um tal estudo, feito com seriedade, teria uma certa importância: além de dar um modelo histórico vivo de uma tal estrutura, formaria o hábito de um cálculo mais cuidadoso e exato das forças ativas da sociedade. O que se pode contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isto requer um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana (GRAMSCI, Cadernos do cárcere, v. 2, p. 78).

A concepção de hegemonia, entendida em termos gramscianos, parte da necessidade da universalização de um projeto de classe. O processo de constituição de classe da burguesia, no Brasil, foi marcado predominantemente, pela via da *dominação* embora estivessem presentes poderosos instrumentos de construção de consenso. Apesar da pretensão de universalidade por parte da sua elite, as contradições peculiares à realidade brasileira, entre as quais devemos explicitar o baixíssimo nível de aceitação de qualquer processo minimamente regulador do poder da maioria da classe

³⁷ Para além desses mecanismos não podemos nos esquecer do famoso Departamento de Imprensa e Propaganda – o DIP – e sua revista Cultura Política.

burguesa, impediram que o consenso predominasse sobre a violência como elemento do exercício de poder da classe. A própria presença marcante de ditaduras em vários momentos da história brasileira ilustra a incapacidade da burguesia em controlar os conflitos sociais e se colocar, pela via do consenso, como alternativa.

É nesse sentido, que Francisco de Oliveira (1998, p. 199) afirma, que “o vasto, amplo e profundo processo” que deu centralidade à classe burguesa no Brasil requerendo, “por duas vezes no curso de sessenta anos, duas ditaduras cujos períodos somam trinta e cinco anos”, impediu a obtenção da sua hegemonia, em sentido gramsciano, uma vez que o componente predominante foi o *domínio*, isto é, a *ditadura sem hegemonia*.

Embora Oliveira reconheça que o “longo processo desatado nos anos trinta”, e profundamente acelerado com a ditadura militar de 1964, tenha alterado radicalmente a sociedade brasileira “nas bases materiais, sociais, regionais, territoriais da dominação burguesa”, isto não permite caracterizar tal processo como sendo de obtenção de hegemonia dessa classe. A aceleração da expansão capitalista pelas ditaduras (1930-45 e 1964-84) para realizar-se necessitou “mover tanques” (*idem*, p. 197).

Observadas pelo ângulo das contas nacionais, a dominação burguesa ampliou-se notavelmente: a ampliação do setor industrial no PIB, hoje por volta dos 34%, a própria industrialização das atividades primárias (agricultura, pecuária, silvicultura etc.) hoje fundamentalmente de reprodução ampliada, a igual industrialização dos serviços, revela uma economia fundamentalmente capitalista, cuja produção e reprodução é conduzida pela burguesia como proprietária e cuja relação social básica é o assalariamento. [...] Em suma, há uma burguesia, hoje nacional. [...] Fazendo-se uma simples operação de proporção, significa que 60% do período em que se consumou a radical transformação da economia e da sociedade ocorreram em regimes de exceção, claramente antidemocrático, em que um pesado ajuste de contas no interior do bloco dominante *requereu o braço armado não apenas para reprimir a nova classe dominada, o operariado, mas para operar, pela força a acumulação, uma integração, uma concentração de capitais, com mudanças drásticas no controle de patrimônios crescente.* [...] *Estariamos em presença de um típico processo de ‘revolução pelo alto’, ‘passiva’ nos termos gramscianos* [...] O deslocamento no interior do bloco dominante, o pesado ajuste de contas, *não teve nada de harmônico; talvez tenha passado sempre sob o signo da ‘cordialidade’ tematizada por Sérgio Buarque de Holanda. De fato, entre 30 e 84, anota-se um golpe de Estado, ou tentativas de golpe, numa proporção de 1 para*

3, isto é, um golpe/tentativa a cada 3 anos... Isto refletia, de algum modo, a radicalidade da transformação e a contradição entre as forças políticas em que ela se operava, o clássico problema entre economia e política (idem, pp. 198-199, grifos nossos).

2. 2 A busca da hegemonia no interior do processo produtivo

As tentativas realizadas no interior do Estado, que misturavam autoritarismo, repressão e o atendimento de algumas das demandas dos trabalhadores, ilustram, conforme Florestan Fernandes (*apud* OLIVEIRA, 1998, p. 225), que a busca da hegemonia burguesa foi quase sempre incompatível com a democracia, vale dizer, com a democracia formal, vide os já mencionados trinta e cinco anos de ditadura aberta.

Com a atenção voltada para este aspecto, o setor mais consciente do bloco dominante, a burguesia industrial, deu sinais de que percebia a necessidade de levar o consenso para o interior da fábrica. É o que se compreende da fala de um de seus principais porta-vozes à época, Roberto Simonsen (*apud* PICHELI, 1997, p. 4):

Os industriais de hoje têm de abandonar os moldes antigos para considerar como força nova, o descontentamento do operário; e proporcionar com desassombro a justa remuneração no trabalho, se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas (...) compete aos industriais, no seu próprio interesse, evitar que de seus principais colaboradores se forme uma massa hostil buscando remédios para o seu mal-estar em conquistas políticas perturbadoras da produção.

A “receita” oferecida por Roberto Simonsen em seu texto intitulado “Pela Administração Científica” indica a proximidade de parcelas da burguesia industrial brasileira com os autodenominados princípios racionais e métodos científicos de administração taylor-fordista, baseados no novo paradigma da burguesia internacional de organização do espaço fabril e do cotidiano da classe operária. Para além da repressão ou vigilância militar no interior do espaço fabril, era necessário minimizar a conflituosa relação entre capital e trabalho e estabelecer a cara parceria entre essas forças antagônicas (PICHELI, 1997, pp. 4-5).

Foi com esse propósito que a vanguarda da burguesia industrial paulistana criou, em 1931, o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho). Aparelho privado de hegemonia, o IDORT expressou, à época, a organização ofensiva da burguesia em fazer valer o seu projeto de classe. A divulgação do projeto da burguesia industrial, que estava em torno do Instituto, era feita mediante a publicação da Revista do IDORT. No seu primeiro número, intitulado "O Que Somos", apresentava no editorial, seus propósitos de forma inequívoca:

O IDORT [...] é uma sociedade de estudos e de acção voltada, imediatamente, ao melhor aproveitamento de todo esforço humano empregado em qualquer das múltiplas manifestações da actividade moderna, não só na industria mas tambem no commercio e na agricultura, na administração publica, na propria sciencia e no trabalho intellectual, em tudo enfim, onde a arte de fazer e de administrar tenha de se fazer sentir. Em uma palavra, *Racionalisação* exprime nosso programma.

Segundo Picheli (1997, pp. 30-31), o instituto se organizou em duas frentes: a primeira, objetivava a reprodução e elaboração de estudos que possibilitassem ao empresariado nacional racionalizar o modo de administrar suas próprias empresas para a obtenção de taxas maiores de lucros. Para a realização deste objetivo foi criada a Divisão de Organização Administrativa do Trabalho.

A segunda frente tinha como finalidade atender às necessidades empresariais no que diz respeito à organização técnica do trabalho, e para isso, criou no interior do IDORT, a Divisão de Organização Técnica do Trabalho que deveria centrar suas atividades na elaboração de estudos e experiências ligadas à qualificação da força de trabalho. Esta Divisão se estruturou para atuar na: orientação profissional, na seleção e educação profissional, tecnopsicologia e higiene do trabalho. Como é possível observar, a Divisão criada pela segunda frente tinha funções especificamente pedagógicas com forte conteúdo político e ideológico, ou seja, visava formar os futuros operários com o perfil requerido pelo capital.

Picheli (*idem*, p. 34) em seu trabalho de investigação acerca da influência do ideário do IDORT para a organização do modelo educacional brasileiro nos anos trinta e quarenta, afirma ainda,

Em 1933, os diretores do IDORT criaram uma nova divisão preocupada com a reorganização do serviço público nos moldes das bandeiras do taylorismo e do fordismo. A partir daí, O IDORT passou a defender uma ampla reorganização do Estado nos níveis nacional, estadual e municipal, como forma de torná-lo mais adequado aos objetivos: ‘a reorganização racional da administração pública constitui o único caminho possível para obter economias efetivas e duráveis’ (*ibidem*).

Aos intelectuais do Instituto estava colocada a tarefa de fornecer subsídios teóricos e práticos para uma Reforma do Estado. Tarefa que será elaborada também, pela nova burocracia criada pelo governo dito revolucionário. Público e privado estavam indissolúvelmente ligados. Isto era uma necessidade orgânica do capital.

Para além das relações estabelecidas no interior da fábrica, importava à burguesia industrial construir a totalidade social, *à sua própria imagem* (MARX & ENGELS, 1998, p. 44). A sua preocupação em *estudar, aplicar e difundir os métodos de organização científica de trabalho, no público e no privado*, demonstrava o grau de clareza que sua parcela mais consciente tinha sobre a importância da formação do novo trabalhador na construção do seu projeto de hegemonia. Aqui fica claro o objetivo da intervenção dos intelectuais na prática social. Obviamente essa clareza não era partilhada pelo conjunto da classe considerado em sua individualidade. O processo de construção dessa hegemonia levava à possibilidade de elevação da classe como um todo a um nível superior ao meramente econômico-corporativo.

Atenta à dupla necessidade de formar o operário tendo como base a instrução racional e formar elites³⁸ para comandarem a sociedade dentro dos novos princípios da ordem capitalista, a burguesia industrial soube dar passos fundamentais na tentativa de construção de sua hegemonia.

³⁸ Essa concepção de elites, que circulavam – insisto – entre o público e o privado consubstanciava não apenas a idéia do governo dos técnicos, dos competentes, dos sábios, mas, também, a penetração

Data deste período à criação da Escola de Sociologia e Política, da Universidade de São Paulo e do Centro Ferroviário e Seleção Profissional, expressões da necessidade em dar homogeneidade, sentido e universalidade ao projeto da burguesia industrial (PICHELI, 1997, p. 14).

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou pelo menos, devem possuir capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais ‘orgânicos’, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz (GRAMSCI, Cadernos do cárcere, v. 2, p. 15).

Desde então, observa-se um crescente perfilamento entre o projeto da burguesia industrial e as políticas implementadas pelo Estado, a partir de 1930 e especialmente, a partir de 1937, durante o Estado Novo³⁹.

Como enfrentamento às mobilizações sociais de oposição, era estratégico estender os princípios racionais como fundamentos da mentalidade social. Na síntese de Tude de Sousa (1991, p. 55), as classes dominantes necessitavam incorporar a *racionalidade* dos métodos industriais, visando sobretudo, impedir a “*irracionalidade*” da *luta de classes*.

O Estado Novo foi, no entanto, um momento de recrudescimento da luta de classes⁴⁰ e de ofensiva dos setores empresariais aliados ao aparato estatal para fazer

da ideologia fascista que trabalhava na diluição das contradições privilegiando a noção de produtores racionais.

³⁹ “[...] as funções da Divisão de Organização Técnica do Trabalho (orientação profissional, seleção e educação profissional, tecnopsicologia do trabalho e higiene do trabalho) (...) constituíam-se em um grande programa educacional, cuja viabilização foi pretendida durante a divisão do Estado-Novo (1937-1945), através das Leis Orgânicas do Ensino Profissionalizante, editadas no ano de 1942” (PICHELI, 1997, pp. 30-31).

do seu projeto de classe, expressão dos interesses do conjunto da sociedade. A partir deste período as idéias do IDORT foram assumidas como projeto nacional, ou seja, passaram a ser adotadas para “viabilizar aquilo que se configurava como sendo os verdadeiros anseios da nação brasileira, segundo a burguesia: o desenvolvimento industrial e a harmonia entre as classes sociais” (PICHELI, 1997, p. 83).

A Constituição de 1937 ratificou as idéias do IDORT, desempenhando um papel fundamental na consolidação da classe burguesa no Brasil. O conjunto de demandas dos trabalhadores atendidas por Vargas, foi à estratégia utilizada pelo Estado para diluir o conflito, que de modo algum colocava em risco o desenvolvimento do capital e sua lucratividade.

Na contramão de autores como Celso Frederico (1997, p. 184) que alerta para o cuidado que devemos ter ao interpretar esse momento histórico destacando do longo período getulista apenas os horrores repressivos do Estado Novo “deixando de lado o conteúdo social das políticas públicas de Vargas”⁴¹, temos uma análise na direção da que é feita por Francisco de Oliveira (1998, p. 225), segundo a qual a tentativa de Getúlio Vargas ao ensaiar implementar uma versão particular do Estado do Bem Estar Social no Brasil, resultou em um *Estado de Mal Estar Social*, tamanha a palidez da herança trabalhista, e da desarticulação dos trabalhadores, em face de ofensiva político-ideológica da classe burguesa.

⁴⁰ De acordo com Sola (1987, pp. 258-260) “a revolução de 1930 continuara e produziu novos desdobramentos: sucessivas divisões e reaglutinamentos das forças políticas e sociais, nela unificadas. E mais ainda, aquelas oposições se generalizavam e, ao alcançar as camadas populares urbanas, se radicalizavam. A polarização dessas novas forças em estado e disponibilidade política, também elas heterogêneas (operários, indivíduos da classe média, incluindo profissionais liberais e militares), representava um grave problema para as novas e velhas oligarquias e para os grupos financeiros, porque frustrava as expectativas de resolver *intramuros* os principais problemas políticos e econômicos do ‘país’ [...] Os programas da ANL (Aliança Nacional Libertadora), embora heterogêneos, apontavam para a mesma ‘perigosa’ direção, porque incluíam, sobre o denominador comum do nacionalismo, a liquidação dos latifúndios, extinção de tributo dos aforantes, cancelamento das dívidas imperialistas – contestação indireta da estrutura rural existente; reivindicavam também a nacionalização das empresas estrangeiras, salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas – palavras de ordem que poderiam mobilizar um proletariado urbano em crescimento e fazê-lo adquirir experiência política, ameaçando assim os grupos industriais necessitados de capital e de paz”.

⁴¹ A afirmação de Frederico não é desprovida de sentido. Contudo é necessário dar inteligibilidade àquelas políticas para compreender como e porque elas atuaram poderosamente como formas de minimização dos antagonismos, ou seja, como formas de conservação da dominação.

É notável e reconhecido na literatura que tanto as sociedades de ajuda mútua organizadas pelo proletariado quanto os próprios sindicatos, anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas e posteriormente comunistas, foram anulados e transformados pela ditadura de Vargas nos Institutos de Previdência e nos sindicatos tutelados. Essa grande operação de silêncio, de roubo da fala, que se sintetiza na busca da 'harmonia social', é bem o signo da anulação da política (OLIVEIRA, 1999, p. 61).

Conforme já anunciado, a ofensiva do Estado Novo não ficou restrita às ações no âmbito do processo do trabalho. A desarticulação dos trabalhadores foi feita através da própria reconstrução da classe trabalhadora, pela proibição da entrada de imigrantes portadores de uma concepção mais avançada e mais experiente no grau de organização das lutas sociais; através do processo de formação de um operário racional, vale dizer, produtivo, dócil e obediente; bem como a conformação da sociedade aos interesses dos dominantes, buscando transformá-los em "senso comum" dos dominados.

Inúmeras estratégias foram criadas no sentido de formar esse trabalhador requerido pelo capital. Vejamos de que modo isso foi feito no sistema educacional, propriamente dito, a partir de 1930.

2. 3 A construção/estruturação do sistema educacional face às necessidades do capital

Em conformidade com os interesses da burguesia industrial, a construção do sistema escolar foi feita de modo que atendesse a dupla necessidade do capital: formar um novo trabalhador e uma nova elite capaz de comandar a sociedade dentro dos novos princípios da ordem burguesa.

A criação de um órgão que pudesse dar as diretrizes gerais a serem implementadas, em âmbito nacional, - o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública⁴² - foi uma das primeiras medidas tomadas com a deflagração do golpe em 1930, e expressou a necessidade de atender às novas demandas tendo como referência as transformações vivenciadas pela sociedade à época.

O discurso de Francisco Campos, um dos intelectuais mais destacados do longo período de ditadura varguista e que assumiu o comando do MEC, logo na sua criação, evidencia a necessidade de mudanças que atendesse à nova orientação político-econômica:

O espírito e os princípios, em nome dos quais a revolução ascendeu ao poder, a constituem, porém, na irrecusável obrigação de cuidar, com maior rigor e o mais apurado devotamento, da obra, capital para o Brasil, de remodelar o seu sistema de educação, do qual dependem não apenas os destinos da nossa cultura moral e intelectual, senão o nosso desenvolvimento econômico e o crescimento da nossa riqueza pública e privada (CAMPOS, 1941, p. 55)⁴³.

Empenhado em dar corpo ao sistema educacional, Francisco Campos, decretou um conjunto de seis medidas, apontadas a seguir:

a) Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional da Educação;

⁴² É sintomática a redução da Educação e da Saúde à condição de negócio.

⁴³ Conservarei sempre a ortografia original.

- b) Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
- c) Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- d) Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
- e) Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
- f) Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário; (SAVIANI, 2004, p. 32).

Alinhada aos reclamos da burguesia ligada ao IDORT, a chamada *Reforma Francisco Campos* atendia às duas orientações deste instituto em formar elite dirigente e a massa trabalhadora a ser conduzida.

O ensino secundário, dotado de especificidade, é realçado pelo então ministro de Educação:

De todos os ramos de nosso sistema de educação é exactamente, o ensino secundario o de maior importancia, não apenas do ponto de vista quantitativo, como do qualitativo, destinando-se ao maior numero e exercendo, durante a phase mais propicia do crescimento physico e mental, a sua influencia na formação das qualidades fundamentaes da intelligencia, do julgamento e do carater. [...] Via de regra, o ensino secundario tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezando-se, assim, a sua função eminentemente educativa, que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo e criterio essenciaes a todos os ramos da actividade humana, e, particularmente, no treino da intelligencia em collocar os problemas nos seus termos exactos e procurar as suas soluções mais adequadas (CAMPOS, 1941, p. 46).

A crítica do ministro Francisco Campos à tradição do ensino secundário *como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior*, e a convocação desse nível de ensino ao exercício da *sua função eminentemente educativa*, diz respeito, à histórica função que o ensino secundário exerceu e exerce, na sociedade. Lourenço Filho, em estudo realizado acerca dos problemas da educação brasileira, concluiu, “chegamos, pois, a este triste resultado: só fazem estudos até o 5º ou 4º ano primário os meninos brasileiros cujas famílias pretendem levá-los a estudos ulteriores” (*apud*, SILVA, 1959, p. 31).

A função predominante de preparação para o ensino superior, fato que é acessível a pouquíssimos, choca com a necessidade de formar trabalhadores nos vários níveis demandados pelos novos setores da vida urbana, cada vez mais complexa com o crescente processo de industrialização e urbanização.

O discurso de Campos tem o papel ideológico de conformar uma parcela significativa dos ingressantes que não chegava a concluir o nível médio de ensino, e que deveria servir de força de trabalho para o capital, expressando a necessidade definida pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais.

Quanto ao ensino superior, Francisco Campos (1941, p. 60) esclarece o seu duplo objetivo:

[...] equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura.

É interessante ressaltar, que a ênfase “em equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas”, tem estreita relação com alguns mitos criados e freqüentemente recriados pela ideologia dominante.

Ao restringir o acesso ao nível de ensino superior às elites, dando somente a alguns poucos, o direito de ter acesso ao conhecimento que foi produzido pela humanidade, a ideologia dominante naturaliza a histórica relação entre o saber e o poder. Ao admitir a existência de uma elite condutora, como algo natural, busca negar-se às classes trabalhadoras a possibilidade de construção do seu projeto hegemônico.

O ‘poder’ intelectual (leia-se político) pode ser exercido de múltiplas formas. O simples domínio dos ideogramas elaborados ao longo da civilização clássica chinesa, pela sua complexidade e pelo tempo necessário para aprendê-los, fazia dos intelectuais membros do poder e não apenas portadores do conhecimento. Na outra ponta desse esquema

veremos a situação dos analfabetos que se perdem no emaranhado dos signos urbanos, os quais são, na maioria das vezes, memorizados como possibilidade de sobrevivência. Tornados estrangeiros em sua própria terra eles encontram nestes signos uma violência simbólico-política a lembrar-lhes, cotidianamente, que não pertencem a esse universo a não ser pela venda da sua capacidade de trabalho e pela obediência. É necessário construir um mapa dessa situação (acesso ou não ao saber codificado) para entendermos como e porque a maioria da população tornada massa eleitoral que de tempos em tempos escolhe entre os dominantes quem vai tocar a gestão da sociedade, quando não são, pura e simplesmente, declarada e tornada supérflua, dispensável (DIAS, 2005, texto não publicado e cedido pelo autor).

Outro aspecto presente nesta concepção, diz respeito ao suposto “desinteresse” do saber. O que se quer, é fomentar a concepção de que os intelectuais são seres desenraizados do mundo concreto, sem qualquer vínculo com os projetos classistas, técnicos possuidores de um saber racional, científico tal como postulavam os intelectuais ligados ao IDORT.

Em contraposição a aparente neutralidade da função do intelectual, podemos utilizar o exemplo do próprio Campos. Para além da competência técnica que supostamente asseguraria o recebimento da pasta da educação, durante o período conhecido como Segunda República, o caráter estratégico de suas reformas evidencia os *vínculos orgânicos* que ele mantinha com os interesses das classes dominantes. É válido destacar, que mesmo desligado formalmente do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde, Francisco Campos continuou exercendo papel central na definição política de todo o período varguista.

Raquel Gandini (1995, p. 129), em seu livro que trata da relação entre intelectuais, estado e educação destaca as principais realizações de Campos cuja atuação foi decisiva para a “efetivação da reforma das instituições legais e da modernização da máquina administrativa do Estado”, em especial na segunda fase de sua trajetória:

a) reformador do sistema educacional; b) reformador das instituições jurídicas (códigos de processo penal e civil, lei de contravenções, leis e crimes contra a economia popular, nova Lei do Júri, Lei Orgânica do Ministério Público Federal, Lei da Sociedade Anônima, Lei das Fronteiras,

nova Lei de Segurança, reorganização do Tribunal de Segurança, Lei das Nacionalidades, Lei de Extradicação e Expulsão Estrangeiros, Lei de Imigração, Lei de Atividades Políticas de Estrangeiros, Lei Orgânica dos Estados (interventorias) e anteprojeto do Código Civil e Comercial); c) reformador das instituições políticas (Constituição de 1937). Na terceira fase destacou-se como autor do Ato Institucional n. 1 de 1964⁴⁴.

O estudo da obra de Francisco Campos “que sustentaria e procuraria legitimar as decisões adotadas”, realizado pela autora, revela “o seu conceito sobre o povo e sua dignidade, bem como sobre a democracia e o papel das elites” (*idem*, p. 131):

A linguagem política do liberalismo só tem um conteúdo de significação didática, ou onde reinam os professores, cuja função é conjugar o presente e o futuro nos tempos do pretérito. Para as decisões políticas, uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância que uma sala de museu... Ora, a máquina democrática pode produzir e tem efetivamente produzido o contrário da democracia ou do ideal democrático... O regime político das massas é o da ditadura... Não há hoje um povo que não clame por um César [...] Uma Nação vale o que valem suas elites.

Em um contexto de sociedade de massas populares, Campos dizia predominar a irracionalidade “e por esta razão, a integração política deveria se efetivar também por meios irracionais: unificação em torno do líder, culto aos símbolos da pátria e ênfase em determinados rituais” (SCHWARTZAMN, 2000, p. 81).

O grande perigo para Francisco Campos consiste na preservação do equívoco sério que é o de educar para a democracia, quando esta está sofrendo uma revisão substancial em seus termos. Sua preocupação é com a integração política, tendo em vista arregimentá-la segundo o ideário comum (*idem*, pp. 80-81).

Jarbas Medeiros (1978, p. 12) considera Francisco Campos uma figura diferenciada para a década de 1920, “porque ao contrário da grande maioria dos componentes das elites políticas que então dirigiam o país, ele já defendia um Estado nacional, antiliberal, autoritário e moderno”.

⁴⁴ Segundo Jarbas Medeiros, em seu livro *Ideologia Autoritária no Brasil* (1978, pp. 10-11), a atuação política de Campos é anterior ao seu trabalho no Ministério da Educação. Entre 1918 a 1930 – professor de filosofia do direito (1917); deputado estadual por Minas Gerais (1919 – 1921); deputado federal por Minas Gerais (1922-1926); secretário do Interior no governo Antônio Carlos (1926-1930) e ministro da Educação e Saúde do governo ditatorial provisório (1930).

investindo contra aspectos específicos que caracterizariam uma estrutura política liberal-democrática: autonomia dos estados e municípios, contra o voto secreto, contra os direitos do cidadão e as liberdades individuais, contra o sistema de partidos, contra os parlamentos. Defendia o princípio da autoridade, da disciplina, o monopólio da legislação pelo executivo, a competência técnica, a democracia ‘substantiva’ e não apenas ‘formal’, moldada na unidade nacional, a duração longa do mandato presidencial... Enfim, defendia a centralização e concentração do poder e, em certas passagens, a argumentação é característica da mentalidade legalístico-burocrática: ‘A administração tende, portanto, a monopolizar em suas mãos o trabalho legislativo, com grandes vantagens para sua simplicidade e regularidade’ (MEDEIROS *apud* GANDINI, p. 130).

Francisco Campos era aparentemente “atípico” pois, ao analisarmos todos os seus projetos e arenas de atuação, veremos que ele conseguiu fazer a transição do Estado anterior a 1930, que sequer possuía uma contabilidade nacional, em um Estado marcado pela combinação contraditória entre o “liberalismo” vigente na Europa e as transformações em curso naquele continente. Mais do que atípico, ele captou as determinações objetivas do Estado capitalista na Itália e na Alemanha. Em sua importante obra “Antecipações a Reforma Política” (1940), Campos exerceu a *função típica de um intelectual orgânico*, ao antecipar as necessidades da classe a que estava vinculado, ao demonstrar, segundo Gramsci (Cadernos do cárcere, v. 2, p. 15) a “capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal”. Criando, assim, “as condições favoráveis à expansão de sua classe”, fazendo-a desenvolver mais plenamente, a partir da criação e implementação do conjunto de reformas citadas acima.

Sobre o descompasso entre o sistema produtivo e educacional e a necessidade veemente em readequá-lo com base nos princípios da racionalização do trabalho, Campos (1941, p. 125), em discurso proferido durante a sua visita à Faculdade de Ciências Econômicas na Bahia, afirmou:

O mundo vive hoje sob o signal do econômico como já viveu em outros tempos sob o signal do religioso e do político. A passagem da economia de consumo à economia de produção, deu à vida humana uma tal densidade de problemas sociaes, technicos, políticos e jurídicos, que os estudos economicos constituem hoje uma das necessarias e indispensaveis preparações para a mocidade, seja qual fôr a carreira a

que se destine e, muito particularmente, si fôr a da sua escolha a da industria ou do commercio. Quando chamado a ocupar a pasta da Educação no Governo Provisório, impressionou-me desde logo o facto do desequilíbrio existente entre a nossa já intensa vida economica e a ausencia de uma educação adequada às novas formas de actividade commercial e industrial, para as quais, em todo o mundo, haviam sido creadas categorias especiaes de escolas, destinadas à racionalização do trabalho intelectual na industria e no commercio, ainda entregue entre nós ao acaso das vocações e ao empirismo do aprendizado rotineiro.

A burguesia industrial tinha seus interesses atendidos através da reforma de Francisco Campos: “modernização” do ensino superior com base nos princípios do trabalho racional, como instrumento eficiente no cumprimento da tarefa histórica de formar elites nacionais para conduzir a nação rumo aos interesses “universais”. Vale dizer: produzir os intelectuais necessários à expansão da classe capitalista.

A reforma empreendida por Campos não deu ênfase à expansão das escolas técnico-profissionalizantes – embora tenha regulamentado o ensino comercial e a profissão de contador - voltadas para os filhos da classe trabalhadora, aspecto que marcou fortemente a estruturação do sistema educacional realizada durante o Estado Novo, através da criação das Leis Orgânicas, e do Sistema S⁴⁵.

Com a adoção da “pedagogia racionalizadora” o capitalismo pretende lograr sua hegemonia e incrementar a economia. Para tal, era necessário formar o trabalhador, conformá-lo, ajustá-lo politicamente à cidadania burguesa.

Data também deste período, a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que reuniu vários educadores, mais ou menos alinhados, com a perspectiva liberal e segundo Picheli (1997, p. 95) “simpatizantes ou envolvidos diretamente na criação do IDORT” tais como Lourenço Filho, Júlio de Mesquita Filho, Raul Briquet e Noemy M. da Silveira. Essa dupla inserção permitiu uma maior efetividade do projeto seja no plano escolar (formação intelectual e de “cidadania”), seja na produção material (em especial a fabril).

⁴⁵ O Sistema S é formado pelo SENAI, SENAC, SENAR e SENAT e são entidades de formação profissional dirigida pela burguesia brasileira ligada, respectivamente, à indústria, ao comércio, à agricultura e ao transporte, conforme Rodrigues (1998, p. 8).

De acordo com Warde (1982, p. 8) a origem mais imediata da sistematização do documento “está na IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em dezembro de 1931”, e foi em certa medida - resguardada a heterogeneidade do grupo dos pioneiros - “a tentativa de dar o ‘sentido pedagógico’ da Revolução, ou melhor, o sentido educacional da reconstrução nacional, na qual estava proclamadamente empenhado o governo provisório”.

Da abertura dessa Conferência participaram Getúlio Vargas – Chefe do Governo Provisório – e Francisco Campos – titular do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública – que expuseram para os profissionais da educação ali reunidos as expectativas do governo quanto àquele encontro. Ao que parece, isso desencadeou entre os presentes – com derivações mais amplas – a eclosão de fortes oposições instaladas no seio do grupo de intelectuais articulados na e em torno da ABE.

Getúlio Vargas – mais direto que o seu ministro – solicitou aos conferencistas que colaborassem com o governo provisório na definição da política educacional, que buscassem ‘por todos os meios a fórmula mais feliz’ para ‘a unidade da educação nacional’ [...] as oposições que eclodiram na IV Conferência impossibilitaram que dela saíssem uma resposta às solicitações de Vargas. Entretanto, através de uma certa composição entre os educadores mais afeitos à posição liberal, foi redigido o Manifesto (*ibidem*).

A definição de uma política educacional que buscasse “‘por todos os meios a fórmula mais feliz’ para ‘a unidade da educação nacional’”, ou em outras palavras, que possibilitasse um acordo entre as classes dominantes, expressa a necessidade de resolver pelo “alto” os conflitos entre os seus diferentes setores. O atendimento das demandas dos setores ligados à Igreja Católica que à época, segundo Warde (*idem*, p. 9) controlavam 75% das escolas particulares em nível secundário foi feito mediante a manutenção deste percentual, bem como através da reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas oficiais sob forma facultativa, ganho significativo uma vez que, desde a Constituição de 1891 as escolas públicas eram formalmente leigas. Quanto aos setores ligados ao ideário liberal veremos o estreitamento progressivo entre suas propostas e as demandas da propalada “reconstrução nacional”.

As propostas liberais, sintetizadas no Manifesto, respondiam em grande medida, às necessidades da burguesia industrial. Além da confluência de idéias contidas no

Manifesto e as demandas da burguesia industrial, Picheli (1997, p. 102) afirma que a polarização no campo das classes dominantes, em torno do embate católicos *versus* renovadores, “excluiu qualquer possibilidade de emergência de propostas mais radicais sobre a organização educacional”. Sobre esse mesmo assunto, Warde entende que:

[O grupo contribui] para o abafamento e exclusão de outras perspectivas ideológicas [...] capazes de colocar devidamente as questões educacionais no interior de uma análise concreta das condições econômicas, sociais e políticas do Brasil. Ao manter o confronto com o grupo católico como confronto fundamental; ao aceitar a interlocução e as negociações com o governo provisório⁴⁶ pondo-se como os únicos interlocutores credenciados (porque científicos e tecnicamente habilitados) para traduzir os interesses educacionais do conjunto da população, os liberais facilitaram o trabalho desse mesmo governo de afastar – na rearticulação do novo Estado – as forças populares, impedindo-as de expressarem, sob uma perspectiva politicamente compatível, seus interesses educacionais [...] Isto porque os liberais – enquanto *liberais* – homogeneizaram, teoricamente, a população e falaram em nome “dela”, politicamente, porque em verdade, acreditavam (com diferentes ênfases) que a educação devia e podia atender a todos identicamente se assumida por um Estado supranacional, baseado na ciência neutra, incontaminado dos interesses econômicos e sociais classistas. Isto é, um Estado à semelhança da representação que o grupo tinha de si mesmo (WARDE, 1982, p. 10).

O exame do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova confirma a análise segundo a qual as propostas dos pioneiros expressavam, fortemente, os interesses do setor industrial no âmbito da educação, vejamos algumas passagens do documento:

De fato, a Universidade, que se encontra no ápice de todas as instituições educativas, está destinada, nas sociedades modernas a desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos, e educadores, de que elas precisam para o estudo e solução de suas questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas. Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa (apud XAVIER, 2002, p. 106).

A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril [...] A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade

⁴⁶ Na realidade, não se trata, como afirma Warde de “aceitar” a interlocução e as negociações com o governo provisório. O Manifesto dos Pioneiros é a expressão nacional, no âmbito da educação, do projeto das classes dominantes.

humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes (idem, pp. 91-92, grifos nossos).

A necessidade de *formar as elites para exercer o comando das massas populares*, revela a compreensão que os renovadores tem de democracia e da política. A afirmação textual "os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa" expressava com clareza o quanto esse ideário estava de acordo com o projeto das classes dominantes.

As idéias de *disciplina, solidariedade e cooperação* exprimem a necessidade da adesão ao projeto das elites burguesas, conformando no imaginário social a inevitabilidade das relações sociais da produção capitalista.

Desprendendo-se dos interesses de classes [...] a educação perde o 'sentido aristológico' [...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um 'caráter biológico', com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social (idem, p. 91).

Nota-se que os privilégios decorrentes da condição de classe são subsumidos nos privilégios de caráter biológico, ou seja, privilégios assentados nas ditas capacidades individuais.

Uma análise descolada do real, ou seja, das condições concretas e das demandas a que os liberais atendiam, pode levar a uma compreensão equivocada do papel deste movimento na história da educação brasileira. Embora reconhecendo uma certa heterogeneidade na orientação teórica e ideológica adotada por cada um dos pioneiros, a assinatura conjunta de um documento elaborado com o intuito de ser apresentado *ao governo e ao povo brasileiro*, expressa o grau de unidade existente no grupo.

Jamil Cury (1978, p. 91), ao tratar de algumas das divergências existentes entre os pioneiros afirmou que a adesão ao manifesto significou um “momento de compromisso”. Segundo ele, apesar de haver “uma homogeneidade no grupo reformador quanto ao papel centralizador do Estado na direção do plano nacional de educação”, esta não é sentida “no que se refere ao alcance e extensão do papel frente à educação”.

A divergência em torno do *alcance e da extensão do papel do Estado frente à educação* estabelece diferenças entre as tendências do grupo que vão desde àqueles que defendem uma tímida intervenção estatal, como no caso de Lourenço Filho que se posicionava favorável à iniciativa privada, como também uma tendência radicalmente intervencionista que defendia o monopólio pedagógico através do Estado. No Manifesto predominou a posição conciliatória, segundo a qual era tolerada a existência de escolas particulares desde que submetidas à fiscalização do Estado (CURY, 1978, p. 91).

As bandeiras liberais, de *ensino público, gratuito e para todos*, omitiam diferenças fundamentais entre eles mas, unificava-os no tocante ao avanço do projeto de sociedade da burguesia. Para Anísio Teixeira (2000, p. 54), um dos signatários do grupo, “a escola deve preparar para viver as transformações e o progresso que a era industrial inaugurou”, deve formar o homem para engendrar o capital.

Em seu livro, cujo título sugestivo é, “Para Além do Campo Educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, Libânia Xavier (2002, p. 73), chama atenção para a força simbólica⁴⁷ que adquiriu a proposta educacional dos renovadores, o que se explica pela consonância com as transformações vividas à época, isto é, o conteúdo progressista com que foi tratada a proposta educacional dos

⁴⁷ A força simbólica e o tratamento progressista que deram ao Manifesto, chegou a render uma bizarra aproximação de Anísio Teixeira com o comunismo. Delação infundada feita pelo pensamento conservador, é óbvio. A obra intelectual e a atuação política de Anísio Teixeira, cuja filiação estava entre os que levavam às últimas conseqüências a face democrática dos liberais são merecedoras de uma atenção especial dos educadores contemporâneos, uma vez que se apresenta como um importante contraponto aos neoliberais atuais. Acerca desse assunto consultar o texto de Saviani, intitulado: *Sobre a atualidade de Anísio Teixeira*. In: Anísio Teixeira, 1900 – 2000. Provocações em Educação. Campinas - SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

liberais corresponde ao fato de representarem a nova sociedade – industrial, capitalista, burguesa.

Certamente o projeto dos pioneiros não era revolucionário na medida em que não rompia com as concepções autoritárias que marcaram o pensamento da época. A proposta de “modernização pelo alto”, a concepção elitista e a perspectiva de uma simbiose entre as elites industriais e Estado na condução das massas constituem o núcleo central da modernização proposta. Entretanto, [...] não podemos negar o seu caráter inovador. Não se trata aqui de reabilitar os pioneiros do ponto de vista da educação e da política contemporâneas, mas de procurar entendê-los dentro da rede de relações tecidas no contexto em que viveram (*ibidem*).

A via passiva da revolução burguesa no Brasil, impediu que as bandeiras mais democráticas – a de defesa da instrução pública para todos, por exemplo - erguidas pelos renovadores fossem concretizadas. Não se tratava de revolucionar a sociedade, mas “de uma época de grande expectativa de renovação, de esperança por parte da elite intelectual de interferir na organização da sociedade brasileira por ocasião do rearranjo político decorrente da revolução de 30” (*idem*, p. 8).

Como as demandas liberais de proclamação de educação pública, gratuita, laica e para todos, iam muito além das reivindicações de classe da burguesia, operou-se, segundo Saviani (1995a, p. 22) “o deslocamento no eixo das preocupações do âmbito político (relativo à sociedade em seu conjunto) para o âmbito técnico-pedagógico (relativo ao interior da escola)”.

Este fenômeno, entendido pelo autor como “mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante”⁴⁸, se traduziu pelo refluxo do movimento denominado de “entusiasmo pela educação”, marcante na década de 1920, e em seu lugar, o que ficou conhecido por “otimismo pedagógico”, predominante a partir da década de 1930, com o movimento renovador.

⁴⁸ O domínio ideológico e a neutralização dos subalternos remete a uma concepção reduzida de hegemonia. No sentido pleno, tal como Gramsci define, hegemonia significa que os subalternos aceitam como seu o discurso e as práticas dos dominantes e os praticam efetivamente.

O importante do ponto de vista político a salientar aqui é que nessa fase do entusiasmo pela educação se pensava a escola como instrumento de participação política, isto é, se pensava a escola como uma função explicitamente política; a primeira década deste século, a segunda, a década de 10, e a terceira, a década 20, foram muito ricas em movimentos populares que reivindicavam uma participação maior na sociedade, e faziam reivindicações do ponto de vista escolar. Com o escolanovismo, o que ocorreu foi que a preocupação política em relação à escola refluíu. De uma preocupação em articular a escola como um instrumento de participação, de participação democrática, passou-se para o plano técnico-pedagógico (*idem*, pp. 61-62).

Este movimento – deslocamento do eixo do político para o técnico-pedagógico - apesar da aparência despolitizante, cumpre uma função política fundamental para a ideologia dominante.

Em verdade, o significado político, basicamente, é o seguinte: é que quando a burguesia acenava com a escola para todos (é por isso que era instrumento de hegemonia), ela estava num período capaz de expressar os seus interesses abarcando também os interesses das demais classes. Nesse sentido, advogar escola para todos correspondia ao interesse da burguesia, porque era importante uma ordem democrática consolidada e correspondia também ao interesse do operariado, do proletariado, porque para eles era importante participar do processo político, participar das decisões. Ocorre que, na medida em que eles começam a participar, as contradições de interesses que estavam submersas sob aquele objetivo comum vêm à tona e fazem submergir o comum; o que sobressai, agora, é a contradição de interesses (*idem*, pp. 62-63).

A contradição de interesses e, conseqüentemente, a estratégia desse deslocamento de eixo, expressa a necessidade de *racionalizar* as relações pedagógicas. O movimento racionalizador que extrapolava os muros das fábricas, chegava no interior da instituição escolar, através do ideário escolanovista.

A compatibilidade entre o escolanovismo e o projeto de hegemonia da burguesia industrial explica, em larga medida, a constatação feita por Xavier (1990, pp. 81-82):

O movimento escolanovista [...] acabou encontrando resistências explícitas apenas entre representantes da Igreja e do ensino confessional, que se opunham basicamente ao princípio da laicidade do ensino e a um possível monopólio estatal da educação, descartado no próprio Manifesto. De resto, o próprio Estado, mesmo em sua fase autoritária pós 37, que suspendeu temporariamente a democracia formal vigente, incorporou o novo ideário a sua retórica [...] o discurso educacional liberal, com a nova roupagem e eficientemente articulado

(em prejuízo da reclamada “consistência doutrinária”) aos interesses dominantes na ordem que se consolidava, continuava conveniente, como no passado, às elites dirigentes.

Desse modo, de acordo com Picheli (1997, p. 102) o Manifesto realizou no campo educacional àquilo que a Legislação Trabalhista fez no campo político:

Não há dúvidas que o marco divisor das águas é o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Ao incorporar bandeiras populares como ‘escola para todos, laica e gratuita’, esse documento assume conotações ideológicas semelhantes à Legislação Trabalhista no meio operário. Reivindicações tradicionais do proletariado como: a jornada de 8 horas, férias, controle sobre o trabalho de menores e mulheres, etc., foram atendidas pelo Estado revolucionário, em contrapartida houve perda da autonomia sindical, propiciando a organização de uma estrutura pautada em sindicais oficiais comprometidos com os interesses da burguesia. Dessa maneira, o Manifesto, como se viu anteriormente, expressavam os interesses da burguesia industrial [...]. Por meio de operação ideológica, representativa da maturidade intelectual da burguesia industrial, os renovadores criaram a polarização com os tradicionalistas, banindo do cenário das discussões educacionais as bandeiras libertárias. Fizeram dos tradicionalistas os ‘inimigos objetivos’ da revolução, fato que justificava a aliança de amplos setores representantes do progresso contra esse tenebroso inimigo (ibidem, grifos nossos).

Em artigo escrito por ocasião do cinquentenário do Manifesto de 1932, Cury (1982, p. 9) afirmou, também nessa direção, que o manifesto expressou, no âmbito educacional, a célebre frase já citada “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

No início da década de 40, nos últimos anos da ditadura Vargas, deu-se um importante passo na estruturação do sistema educacional, através da reforma conhecida na literatura educacional, como *Reforma Capanema*. Voltada prioritariamente para o ensino secundário, a reforma, não obstante o seu caráter eminentemente antiliberal e autoritário, conviveu sem problemas com as diretrizes enunciadas no Manifesto de 1932.

Respondendo às demandas do Estado Novo, a reforma Capanema consubstanciou a organização do sistema de ensino, iniciada por Francisco Campos, expandindo nacionalmente o ensino técnico-profissional, além de introduzir o que ficou conhecido por nacionalismo estratégico (XAVIER, 1990, p. 105).

Para “prevenir a propaganda de doutrinas consideradas perigosas para a nacionalidade”, era necessário fomentar a *consciência patriótica*, elemento típico do projeto pedagógico do Estado Novo.

Em análise acerca do conjunto de medidas tomadas durante a gestão Capanema, Gandini (1995, p. 137) destaca “três aspectos da sua ação pedagógica que foram decisivos e certamente influenciaram várias gerações de educadores em sua maneira de encarar a educação pública”:

O primeiro, a orientação no sentido de dar um ‘conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas’; o segundo aspecto, a ‘padronização’ e o terceiro, ‘a erradicação das minorias étnicas’. Esses três aspectos da orientação do Ministério da Educação incluíam-se no projeto nacionalista do Estado Novo que, em sua definição antiliberal e autoritária, valorizava ‘a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade, que não fosse na forma de corporações rigorosamente perfiladas com o Estado. Daí o seu caráter excludente e portanto repressor’ (*ibidem*).

A reforma do ensino secundário que mereceu grande atenção do ministro Capanema, atendia à atmosfera ideológica do Estado Novo, seguindo as linhas apontadas abaixo:

- ênfase no ensino humanístico de tipo clássico (latim e grego) em vez de formação técnica;
- destinava-se à formação de elite (‘condutoras das massas’) que deveria ser dotada de consciência patriótica: ‘Tratava-se de transferir as ‘fidelidades’ familiares e locais ou regionais para a nação e para a pátria’;
- atribuição de grande importância à educação moral e cívica, que não deveria ser dada em uma disciplina, mas permear todo o sistema educacional no sentido da formação do cidadão, cujo caráter seria dotado de virtudes individuais e coletivas: ‘a disciplina, o sentimento do dever, a resignação nas adversidades nacionais, a clareza nos propósitos, a presteza na ação, a exaltação patriótica’;
- obrigatoriedade de frequência à escola secundária;
- os programas deveriam ter como diretrizes: servir à finalidade política de o Estado educar o cidadão para a pátria; utilizar para o mesmo fim a instrução pré-militar, que inicialmente tinha sido adotada para adaptar os descendentes de estrangeiros ao meio nacional. Essa resolução parece não ter sido bem-sucedida;
- manutenção de inspeção escolar, que já havia sido estabelecida por Francisco Campos (*idem*, pp. 137-138).

O atendimento das demandas da vanguarda do setor empresarial, através da criação do Sistema S e da Lei Orgânica do Ensino Industrial⁴⁹, demonstra a preocupação em “cuidar” da formação do trabalhador nos moldes perfilados pelo capital.

Esta marcada separação em duas vertentes distintas para atender à demanda bem definida da divisão social e técnica do trabalho organizado e gerido pelo paradigma taylorista/fordista como resposta ao crescente desenvolvimento industrial, se complementa com a criação dos sistemas SENAI, em 1942, e SENAC, em 1946, pela iniciativa privada, como forma de atender às demandas de mão-de-obra qualificada. É neste período, também que as escolas de aprendizes artífices transformam-se em Escolas Técnicas Federais, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (KUENZER, 2000, p. 14).

É importante ressaltar que apesar de ser essa uma demanda dos empresários, a criação do Sistema S foi alvo de muitas resistências na base desse setor, uma vez que sua manutenção seria bancada pela iniciativa privada, ou seja, por eles próprios. A criação via decreto expressa essa dificuldade, explicitando o peso do pensamento corporativo de parte do setor empresarial, ainda calcado nos valores do patronato cafeeiro, bem como evidencia a expansão das atividades do aparelho estatal necessária para a potencialização dos interesses burgueses.⁵⁰ A criação de medidas e a sua efetivação via decreto, tal como ocorreu com o Sistema S, também ilustra uma tendência permanente⁵¹ em vários momentos da história da educação brasileira, que é o que Saviani chamou de *primazia da iniciativa do Executivo sobre o Legislativo*,

⁴⁹ A reforma Capanema forma um conjunto de leis que regulamentou os ensinos industrial e secundário (1942), comercial (1943), normal e primário e agrícola (1946), complementados pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), (1942) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1946) (SAVIANI, 2004, p. 27).

⁵⁰ Novamente se explicita o alcance das atividades dos intelectuais orgânicos buscando elevar ao momento ético-político aqueles que entregues a si mesmos permaneceriam prisioneiros do primitivismo corporativo.

⁵¹ Essa prática política não é uma peculiaridade apenas das ditaduras abertas. Os regimes ditos “democráticos” também fazem uso regular dela. Basta uma rápida mirada na nossa história da educação mais recente para isso ficar evidente e para percebermos que não se trata de uma anomalia, mas de uma constante. Senão vejamos: EC nº 14, que deu origem ao FUNDEF; Decreto 2208/97 que regulamentou o ensino técnico-profissionalizante, o Plano Nacional de Educação (PNE) elaborado e aprovado sem qualquer referência ao PNE elaborado pelos intelectuais coletivos reunidos em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a quebra da autonomia universitária na eleição para reitores, a alteração do sistema de avaliação nacional (SAEB, ENEM, Provão), e o famoso projeto de Reforma Universitária do governo Luiz Inácio da Silva – o Prouni. Ver, além disso, as chamadas reformas da previdência, sindical e trabalhista.

expressão da necessidade das classes dominantes fazerem valer o seu projeto de sociedade:

[...] todo esse período, desde o final do Primeiro Império até os nossos dias, ressalta a primazia da iniciativa do Executivo sobre o Legislativo em matéria de educação. Isso é evidenciado inclusive pelo fato de que a maioria das reformas ficaram conhecidas pelos nomes de seus proponentes, em geral ministros de Estado. (SAVIANI, 1996, p. 28).

A ênfase da reforma Capanema na *consciência patriótica* estava relacionada com a preocupação em formar elites para assumir o comando da nação, e com a formação dos filhos dos trabalhadores para saberem escolher melhor seus dirigentes (XAVIER, 1990, p. 111).

Outro intelectual que se destacou significativamente neste período, e que forneceu subsídios ao ministro Capanema para formulação do projeto educacional estadonovista, foi Lourenço Filho⁵², cuja concepção tinha estreita ligação com a linha adotada pelo IDORT. Vejamos quais seriam os propósitos do projeto educacional do governo, segundo ele:

[...] a educação deverá ter, por sua organização e por seus propósitos um profundo cunho social *que interesse à organização econômica do país, condição de manutenção e fortalecimento da própria unidade política e moral da nação.* Assim sendo, o plano em que se compendiam as bases, os quadros e as diretrizes de educação nacional, deverá ser um estatuto de educação para o trabalho [...]. Para que esse venha a possuir sentido verdadeiramente nacional, não bastará, com efeito, que tenha suas diretrizes emanadas do Governo Federal, *mas sim, e também,* que elas atendam, da melhor forma, *ao desenvolvimento e aos reclamos das novas técnicas a serem utilizadas pela produção do país. O problema da educação nacional, nesse ponto, vem a confundir-se com o da organização do próprio trabalho e com o da renovação e aperfeiçoamento das formas e tipos da produção (apud GANDINI, 1995, pp. 109 –111, grifos nossos).*

⁵²

Em seu livro *Memórias* Paschoal Lemme criticou frontalmente o Lourenço Filho pelo apoio “técnico” que deu às orientações do Estado Novo (BRANDÃO, 2002).

Para Lourenço Filho a questão da organização da educação confundia-se com a questão da organização do trabalho. Em sintonia com a concepção de educação estadonovista, ele afirmava que o Estado “não é somente educador, mas educador em tempo integral” (*apud* GANDINI, 1995, p. 107),

Em termos amplos, o problema da educação há de confundir-se com o da organização social. A compreensão histórica, a feição do Estado e a concepção de economia, em que se apóiem à organização administrativa, as aspirações, métodos e formas de vida comum ao povo – tudo nele importará. O Estado não educa apenas as instituições a que explicitamente chamamos educativas, mas toda sua configuração político-social, desde que interprete os ideais e sentimentos do povo, acentuando-lhe a unidade. Terá de ser assim, obra de integração social e liberação humana (*ibidem*).

O Estado deveria assumir através de todas as suas ações a tarefa de educar - leia-se conformar -, o conjunto social de acordo com seus interesses. Aqui, de modo cristalino, Lourenço Filho, coloca a questão da hegemonia, como horizonte permanentemente perseguido pela burguesia. Superando a visão liberal do Estado “guardião noturno”, “garantidor dos contratos”, Lourenço Filho percebe claramente a importância do Estado como intelectual coletivo, partido e gerente da propriedade da classe burguesa como um todo.

O dualismo do sistema de ensino foi levado às últimas conseqüências na gestão de Capanema (XAVIER, 1990, p. 111). Nesse sentido, o balanço das duas reformas permite afirmar que “além de regenerar e revigorar o tradicional ensino de elite, [...] a política educacional nacional definia-se, cada vez mais nitidamente, como instrumento de cimentação da ordem econômico-social vigente” (*idem*, p. 119).

Sabe-se que a formação profissional no Brasil, surgiu no contexto da industrialização dos anos 30 para atender aos ditames do modelo econômico de ‘substituição das importações’. O seu objetivo tem sido, desde então, preparar para as atividades produtivas e para o mercado de trabalho, como se pode analisar nas sucessivas legislações educacionais, a partir da década de 40. O sistema educacional brasileiro, nacionalmente organizado desde então, consolidou uma estrutura dual e elitizante (educação para o trabalho pelo chamado ensino profissionalizante e educação para a cidadania via ensino propedêutico regular), caracterizando-se, sobretudo, por sua função de reprodução da força de trabalho, da estrutura de classes e das relações de dominação capitalistas (FÉLIX *et al.*, 1993, p. 69).

Desse modo, observa-se como o campo da educação foi sempre considerado especialíssimo para a construção de um projeto hegemônico. Construção que, por um lado, foi feita, à época, através da própria criação / estruturação do sistema nacional de ensino, visando redesenhar o perfil do trabalhador, formar as novas gerações das elites dominantes para comandarem, e por outro, via cimentação de uma concepção de mundo burguesa, ou nas palavras de Gramsci, construção feita através da realização de uma reforma intelectual e moral, condição necessária para qualquer projeto classista tornar-se hegemônico.

Aprofundando a estratégia da racionalização como forma de elevar o grau de eficiência administrativa, o Estado Novo, operou o redesenho do aparato estatal burguês⁵³ de modo a garantir a manutenção e expansão da ordem capitalista.

As políticas implementadas a partir de 1937 significaram uma investida, ainda mais intensiva, na tentativa de conformação das classes trabalhadoras. Por meio da intensificação da industrialização, verificada durante o Estado Novo, da Consolidação das Leis Trabalhistas e da reforma educacional implementada pelo ministro Gustavo Capanema foram realizadas verdadeiras “revoluções pelo alto” (PICHELI, 1997, p. 109).

Essas transformações, ao mesmo tempo em que introduzem novidades, conservam muitos elementos da velha ordem⁵⁴, as “revoluções pelo alto” ou *revoluções*

⁵³ O Estado Novo criou entre outros: o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e, para tratar especificamente dos problemas educacionais, o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). Foi também nesse período que o tímido Centro Industrial do Brasil (CBI), fundado em 1904, foi transformado na imponente Confederação Nacional da Indústria. Segundo Rodrigues (1998, p. 7) “emblemático sinal da força social da Confederação é a tríade pedagógica do Sistema CNI, composta pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL)”.

⁵⁴ Conforme Christine Buci-Glucksmann (1977, p.119), “Está claro que o lucro e a direção das classes dominantes e dirigentes tradicionais não se modificaram, pois a ‘revolução’ permanece passiva e as forças produtivas se desenvolvem sob direção delas. Entretanto, algumas formas de aliança podem ser vinculadas a ela: já que a revolução passiva cria ilusões, esperanças em alguns grupos, particularmente na ‘grande massa’ de pequeno-burgueses urbanos e rurais”. É importante, contudo, ter presente que nesse processo os ‘intelectuais da indústria’ não se convertem necessariamente em ‘intelectuais do Estado’ (Cf. GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 2).

passivas, como já foi assinalado, são mecanismos típicos da burguesia em busca da consolidação do seu projeto classista.

Os aspectos modernizadores empreendidos pelo mecanismo da revolução passiva, desde o início do governo Vargas e mais amplamente durante o Estado Novo, cumpriu o papel fundamental de refundar o capital. Vale ressaltar que a modernização é, desde logo, atualização de um processo em curso, retificação de elementos problemáticos da dominação e não tem, necessariamente, correlação com a idéia de modernidade sendo mesmo, quase sempre, sua negação.

A realização dessas “revoluções pelo alto” conta com um personagem que desempenha um papel de relevo no esforço de construção da hegemonia: o técnico.

Pode-se observar, também, que os órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos ‘orgânicos’: o deliberativo, que lhe é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar decisões são inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente [...]. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e o parlamento; atualmente, o mecanismo vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim os regimes e a burocracia. Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes complexas sociedades nacionais modernas (GRAMSCI, Cadernos do cárcere, v. 2, p. 34).

O técnico, longe de exercer o papel que lhe é comumente atribuído, pela ideologia dominante, ou seja, do exercício de uma função especializada, neutra, aparentemente isenta de interesses classistas, está, na realidade, a serviço da burguesia industrial, empenhado organicamente em tornar hegemônico o seu projeto de classe.

De modo geral, contudo, o setor industrial foi o grande beneficiário das transformações ocorridas nesse período [...]. Essas condições refletiam na crescente organização interna do setor, ao nível de sua representação na sociedade. No final do período, entre 1943 e 1945, importantes reuniões empresariais de âmbito nacional se realizaram, das quais a

principal foi a Conferência das Classes Produtoras no Brasil, reunida em Teresópolis em 1945. Nessas reuniões, os empresários industriais articularam os seus interesses em relação à sociedade global e marcaram bem as suas relações com o Estado, através de teses em cuja elaboração seguramente tiveram papel importante as suas assessorias técnicas, que daí por diante sempre definiram o grau externo da polarização da consciência empresarial no país; vale dizer, formularam-se aspirações e interesses que iam bem além daqueles imputáveis ao empresário ‘médio’ da época (COHN, 1987, p. 303).

Gramsci⁵⁵ ao tratar da necessidade de desmistificar as concepções de competência e neutralidade técnica, tarefa fundamental na construção da hegemonia das classes subalternas, adverte:

A fase mais inteligente da luta contra o despotismo dos intelectuais de carreira e das competências por direito divino é constituída pela ação de intensificar a cultura, para aprofundar a consciência. E essa obra não pode ser postergada para amanhã, quando formos politicamente livres. Ela própria é liberdade, ela mesma é estímulo à ação e condição de ação. Mais do que direito é dever: a preparação para ‘assumir a gestão social’.

Para além de toda essa construção, outra se fazia necessária: a aparência de um Estado benfeitor em relação à classe trabalhadora. Vargas “aparece”, no campo ideológico, como “o pai dos pobres” quando, na realidade, implantava uma política que a um só tempo buscava estabelecer a classe trabalhadora nas relações de produção material bem como reduzi-las simbólica e politicamente no plano organizativo. Como disse Antonio Luis de Souza Mello “O Estado cria as classes e as traz para o seu seio”.⁵⁶

Ao fazer um balanço da chamada Era Vargas, Octavio Ianni (1968, p. 61) em sua obra *O colapso do populismo*, questionou o propalado “distributivismo” do governo Vargas, afirmando mesmo sua irrealdade:

⁵⁵ GRAMSCI, A. *Prima Liberi, Il Grido del Popolo, 31-8-1918, in Il nostro Marx*, p. 275, apud DIAS, E. F. *Gramsci em Turim*, Xamã Editora, São Paulo, 2000, p. 75. Dias fez os grifos.

⁵⁶ O autor da frase foi diretor do CREA (Crédito Rural, Agrícola e Industrial) do Estado Novo. Uma forma atual dessa problemática ideológica pode ser vista na afirmação do Custo Brasil. Publicamente se afirma ser uma política que visa criar as condições para os pequenos e micro empresários. Na realidade trata-se de uma política determinada pelos organismos financeiros internacionais e serve apenas para ampliar o processo de valorização do capital.

O regime do salário mínimo, iniciado em 1940, e as conquistas consubstanciadas na Consolidação das Leis do Trabalho, posta de vigência em 1943, tiveram o objetivo – entre outros - de preservar a classe operária de uma pauperização drástica. Ao mesmo tempo, destinavam-se a manter as relações de produção em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico. Convém observar que a legislação trabalhista, formalizando jurídica e politicamente as relações das classes assalariadas entre si e com os empresários e o poder público foi consolidada durante o período do Estado Novo, isto é, da ditadura Vargas. Entretanto, essa legislação não impediu que os níveis do salário real continuassem a situar-se abaixo dos índices de custo de vida. Deste modo, teve continuidade o confisco salarial e, em consequência, o progresso da reprodução do capital.

O que se observa é que o conjunto de medidas implementadas durante o Estado Novo foi utilizado habilmente pelas classes dominantes para a capitulação dos movimentos de oposição. Além de todo choque militar e a reordenação do sindicalismo como medidas para conter o antagonismo – e o conteve, eficientemente – as direções sindicais “comovidas” com as “benesses” conquistadas, aderiram à política varguista, fazendo recuar uma organização operária mais avançada e contundente.

Este intercâmbio entre as classes foi executado com eficácia, em boa parte ao menos, devido ao *peleguismo*. Trata-se de uma política inerente à estrutura da legislação trabalhista. Mantinham-se os sindicatos operários e os setores médios dependentes do Ministério (inicialmente, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, depois, apenas do Ministério do Trabalho) pelo controle dos recursos financeiros exercidos por este. O imposto sindical – importância equivalente ao salário de um dia de trabalho, em cada ano – criado pelo Governo, depositado e controlado pelo Ministério do Trabalho, é a fonte dos recursos financeiros do sindicato. Aí está um dos elementos mais importantes do peleguismo. Acresce que os dirigentes sindicais são eleitos, em geral, com base na anuência e fiscalização do Ministério, isto é, do Governo. Nessas condições, os sindicatos e seus dirigentes reduzem-se a instrumentos de manobras políticas às vezes totalmente alheias aos interesses dos assalariados. Ou então, as lideranças operárias e comerciárias são obrigadas a formular uma linha de atuação congruente, de alguma forma, com os interesses governamentais. Como vemos, a formalização das relações de trabalho, nos termos em que é feita - tanto na Consolidação das Leis do Trabalho como no Estatuto do Trabalhador Rural – implica na delimitação das condições de atuação política das classes assalariadas (*idem*, pp. 56-57).

Além de não ter alterado efetivamente o precário nível de vida da população assalariada, foi possível por meio destas medidas, que lograram realizar “o intercâmbio entre as classes”, manter as altas taxas de lucro da burguesia industrial.

Portanto, graças em parte à política de massas, foi possível efetivar determinadas etapas do desenvolvimento industrial. Por meio das técnicas jurídicas e políticas inerentes ao populismo, manteve-se em nível adequado ao progresso industrial a relação entre custo de vida e salário real. Em âmbito mais largo, foi a *democracia populista* que propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista. No Brasil, pois, o getulismo, em sentido lato, fornece as bases políticas e ideológicas para a realização dos índices de poupança adequados à manufatura dos níveis de investimentos exigidos para acelerar a industrialização. [...] Em suma, a política de massas funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização de força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado. (*idem*, pp. 61-63).

Com o controle efetivo dos movimentos - inclusive do PCB, que chegou mesmo a declarar apoio incondicional a Vargas -, e as altas taxas de lucros garantidas, era possível e desejável que o Estado Novo fosse substituído por um regime “democrático” de modo “pacífico”.

Em meados da década de 1940, uma atmosfera “liberal-democrática”, começava a espalhar-se pelo mundo. Aqui, voltava a reinar o civismo, reunindo todos em prol de uma Constituinte que atendesse ao novo clima de democracia liberal-burguesa, encolhida mundialmente e durante décadas, pelos regimes nazi-fascistas, ou inspirados neles.

O enfraquecimento do DIP, a anistia para os presos políticos, o reconhecimento do PCB e da URSS, tudo isso visto como obra pessoal de Getúlio, levou o movimento de oposição ao refluxo, ao esvaziamento das suas bandeiras mais fundamentais, mais centrais e em seu lugar “surgira a política de ordem e tranquilidade e a nova palavra de ordem passou a ser apertar o cinto”, leia-se, greves a evitar, adiar lutas pela melhoria de salários (BASBAUM, 1975, p. 138). Isto é uma constante na política brasileira. O “tempo”, a “hora” e a “vez” dos subalternos sempre “atrapalha” a democracia formal.

Com o *transformismo* sendo atualizado como prática política e o antagonismo sendo subsumido pela política de aliança, o viés tendencialmente fascista/populista de Getúlio Vargas, perde o sentido, torna-se dispensável.

A expressão mais significativa da política aliancista, implementada pelos sindicatos *colaboracionistas* e pelo PCB, foi o fato de que “o intervencionismo estatal, as tentativas de planificação econômica, as práticas da política de massas, o reformismo, o florescimento cultural e político, etc” foram encarados, segundo Ianni (1968, p. 55), “como pré-requisitos ou mesmo conquistas de tipo socialista”.

O modelo socialista foi durante muito tempo uma possibilidade real. Elaborou-se desde os primeiros anos do século XX, mas adquiriu perfil e estrutura posteriormente à Revolução de 1930. Entretanto, não foi levado à prática, devido à forma pela qual as organizações de esquerda interpretavam o caráter e o sentido da industrialização no Brasil. É inegável que em algumas ocasiões críticas constituíram-se condições de tipo revolucionário, que as esquerdas não souberam ou não tiveram condições para aproveitar (*idem*, p. 11).

A aliança Vargas/PCB atendia a orientação do Partido Comunista Russo que, sob o comando de Stalin, passou a defender teses etapistas. Esta concepção tática era necessária para fazer da particularidade russa uma “universalidade abstrata”. Isto permitia desenvolver uma tática aliancista. Se para chegarmos ao socialismo tínhamos de passar pelo capitalismo era necessário colocar a burguesia “nacional” como aliada estratégica contra o latifúndio e o sistema financeiro vistos como anti-povo. Para haver um proletariado moderno era necessário uma indústria moderna, para haver democracia fazia-se necessário aliar-se, no plano político nacional, com os setores da elite burguesa interessadas no desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo e, se possível, democrático⁵⁷.

Desse modo, com o modelo nacional-desenvolvimentista passando, a partir da década de 1930, a ser ingrediente fundamental na política do partido comunista (HOBSBAWM, 1995, p. 202), operou-se a diluição dos projetos hegemônicos, empalidecendo a possibilidade de construção de um projeto de emancipação das

⁵⁷ Obviamente não se trata do nosso interesse central mas essa política, exercida planetariamente pela Internacional, denunciava os que se posicionassem contrariamente como inimigos do povo. O caso de Andrew Gunder Frank, denunciado como agente americano por combater o mito do feudalismo no Brasil, é exemplar.

classes trabalhadoras e fortalecendo, por sua vez, o projeto hegemônico das classes dominantes.

Assim, em 1945, deu-se fim a longa ditadura Vargas, que durou, parafraseando Basbaum, com sua refinada ironia, “provisórios” quinze anos (1975, p. 148). A partir desse período, o capitalismo em sua fase monopolista e com base no modelo nacional desenvolvimentista foi aprofundado em condições muito mais favoráveis, considerando os alicerces *institucionais, econômicas e políticos* construídos na / pela Era Vargas.

A Constituição de 1946, selava o pacto “democrático” entre as direções partidárias/ sindicais, o Estado, e os setores da burguesia industrial, na chamada “democracia populista”. Na realidade, a Constituição e a sua “inspiração democrática”, foi um recurso ideológico necessário, porque fazia oposição a ditadura Vargas. Exemplo da fragilidade do caráter democrático da Carta Constitucional foi a lei federal nº 9070, decretada nos primeiros meses do governo Dutra, em março de 1946, que “tornou as greves praticamente ilegais, proibindo-as para os amplos setores definidos como ‘estratégicos’”, tal como afirma Weinstein (2000, p. 164).

Apesar de todo esforço em “resolver” os problemas pelo alto, e em grande medida, conseguir em aparência, diluir o conflito, a realidade com movimento contraditório que lhe é peculiar, construída cotidianamente pelo embate entre os projetos classistas, lança novas perspectivas:

A partir da Segunda Guerra Mundial, esse quadro se modifica tornando-se mais complexo. Já estavam formadas, então, as condições institucionais, econômicas e políticas para o desenvolvimento do setor industrial. A própria derrubada do Governo de Getúlio Vargas reflete os conflitos de interesses e as lutas que transcenderam o âmbito nacional. Entre 1945 e 1964 entram em cena, em escala bem maior que antes, as massas assalariadas em geral. A partir do golpe de Estado contra Getúlio e o Estado Novo, em 29 de outubro de 1945, o processo político brasileiro abrange amplamente os operários, os setores médios da sociedade e grupos de trabalhadores agrícolas. Isto significa que entram em jogo as aspirações de bem-estar social de um proletariado cada vez mais numeroso, ao lado de uma classe-média numericamente crescente. Além disso, colocam-se de modo jamais conhecido antes as reivindicações dos trabalhadores agrícolas, em várias regiões do país. É ainda nesse período que se multiplicam os grupos políticos de esquerda; e a

juventude universitária impõe-se ainda mais, como força política ativa e organizada (IANNI, 1968, p. 17).

Embora o governo de Juscelino Kubitschek tenha criado as condições mais importantes para a futura liquidação do modelo adotado desde 1930, instaurando de modo agudo, o antagonismo entre o padrão nacionalista de desenvolvimento e o padrão de desenvolvimento associado e dependente (IANNI, 1968, p.10) a tendência predominante deste período (1945 a 1964), era o nacional-desenvolvimentismo.

O desenvolvimento das bases industriais (de bens de consumo e de produção) ocorrido entre 1945 e 1964, fez crescer, em escala bem maior que antes, as massas assalariadas em geral, gerando uma efervescência no seio da sociedade que, em certa medida, acelerou o arrefecimento do modelo nacionalista.

“As aspirações de bem-estar social de um proletariado cada vez mais numeroso [...] de uma classe-média numericamente crescente, as reivindicações dos trabalhadores agrícolas, em várias regiões do país”, a multiplicação “de grupos políticos de esquerda; e a juventude universitária mobilizada”, associados ao “terror comunista” chegando ainda mais perto com a Revolução Socialista de 1959, concretizada pelos vizinhos cubanos, criava um clima de agitação no país que fez intensificar ainda mais a necessidade das classes dominantes em implementar seu projeto de sociedade.

A contenção do crescente protagonismo das classes subalternas era, ainda uma vez, fundamental. Nada poderia entrar a expansão do capitalismo e tudo foi feito para impedir qualquer obstrução.

CAPÍTULO TRÊS: EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES DA BURGUESIA INDUSTRIAL E A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA PARA O CAPITAL

“A escola média e superior, que são estatais – ou seja, pagas com os recursos do Tesouro Nacional e, portanto, também com os impostos diretos pagos pelo proletariado – não podem ser freqüentadas senão pelos jovens filhos da burguesia, que desfrutam da independência econômica necessária para a tranqüilidade dos estudos. Um proletário, ainda que inteligente, ainda que de posse de todas as condições necessárias para tornar-se um homem de cultura, é coagido ou a desperdiçar suas qualidades em outra atividade, ou tornar-se um refratário, um autodidata, ou seja, *feitas as devidas exceções, um meio homem*, um homem que não pode dar tudo o que teria podido se se tivesse completado e robustecido na disciplina da escola. A cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E não queremos que assim seja [...]. *Para o proletariado é necessária uma escola desinteressada.* Uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de tornar-se homem. De adquirir aqueles critérios gerais que servem ao desenvolvimento do caráter. Uma escola humanística, em suma, como a entendiam os antigos e os mais recente homens do Renascimento. *Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constranja a sua inteligência, a sua consciência em formação, em um caminho com estações pré-fixadas.* [...] A escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas apenas com o olho infalível e mão firme. Mesmo através da cultura profissional *surja da criança o homem*, desde que seja cultura educativa e não só informativa, ou não só prática manual”.

Antonio Gramsci, *Uomine o Macchine?*, Avanti!, nº 351, 24-12-1916, in: *Cronache Torinesi – 1913-1917*, Giulio Einaudi Editore, Torino, grifos nossos.

3. 1 IDORT: A PROPOSTA DE RACIONALIZAÇÃO DO PÚBLICO E DO PRIVADO

O problema da formação da classe trabalhadora é fundamental para a constituição da sociabilidade requerida pelo capital. Há, contudo, uma questão preliminar. Somente as classes fundamentais, disse Gramsci, podem ter projeto de sociedade. E isso coloca para a burguesia o problema de tentar construir um horizonte social único, mesmo que ela se apresente apenas como dominante e não como dirigente. Isto faria com que as classes trabalhadoras não ultrapassassem o momento econômico-corporativo e seriam então obrigadas a pensar e agir como os seus antagonistas. Para romper esses limites elas precisam desenvolver a capacidade de formar seus intelectuais, isto é, “‘prepostos’ em quem confiar” a “atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica” (GRAMSCI, Cadernos do cárcere, v. 2, p. 15):

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.,etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e da sua iniciativa, mas também, em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.) (*ibidem*).

Todas as classes têm que construir seus intelectuais. A vanguarda da burguesia industrial deu os mais claros sinais pela sua organização classista a partir de 1931, com a criação do IDORT. Este, nos primeiros anos após a sua criação, despertou pouco entusiasmo nos setores menos representativos da burguesia, “não obstante o fato de que muitos industriais importantes estivessem em sua liderança, e de que as atividades do instituto fossem amplamente divulgadas no meio industrial” (WEINSTEIN, 2000, p.

91). Essa observação foi claramente elaborada pela Revista do IDORT que, no seu nº 7, de julho de 1932, tematiza esse obstáculo⁵⁸, examinando o tema *Racionalização; Um Mal?*:

O maior argumento que se tem levantado contra a 'racionalização', o mais impressionante e, sem dúvida, o mais razoável, é o da desocupação em grande escala, que se presume ser uma consequência dos processos científicos de organização e execução do trabalho. Superprodução e desocupação andam hoje juntas formando um par fatídico para a humanidade [...] assistimos a uma crise econômica geral, mundial, cujo fator predominante deve ser procurado em toda parte, menos no campo da racionalização.

Essa observação, se do ponto de vista capitalista pode aparecer como vagamente humanista, revela a perspectiva operária que sofre a reestruturação capitalista como limitação à sua sobrevivência. É, sem dúvida alguma, a *substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto* o que se anuncia nessa "racionalização".

As resistências enfrentadas pela vanguarda da burguesia organizada através de um dos seus *aparelhos privados de hegemonia* são marcadas pelo fato dos setores menos expressivos desta classe estarem presos ao momento *econômico-corporativo*, isto é, eles ainda não se colocavam no plano *ético-político*. O problema da aparente contradição entre a vontade expressa pela direção da classe e a dos setores menos expressivos se deve à percepção diferencial do horizonte político-industrial vivido. Seus intelectuais, e isso é uma condição necessária à direção, tem uma visão mais ampla, enquanto que a maior parte da classe (seu corpo difuso) está marcado fortemente pela imediatividade e pela sua localização provinciana na totalidade social.

O processo de construção dessa hegemonia levado a efeito por aquela intelectualidade permitia o acesso da classe a um nível superior ao meramente econômico-corporativo, ao plano ético-político. Esse processo tem uma temporalidade

⁵⁸ Se a crise de 1929 era vista pela base desta classe como resultado da adoção dos métodos científicos e racionais, e portando da desocupação gerada como consequência dela, a vanguarda, ao contrário, utilizou-a favoravelmente à racionalização. Segundo Cunha (2000, p. 97), "os efeitos da crise econômica de 1929 se somavam aos movimentos reivindicatórios de trabalhadores, provocando a diminuição da taxa de lucro" o que levou gradativamente a entidade a ganhar mais influência.

distinta: a exigência de uma “reflexão inteligente, primeiro de alguns, depois de toda classe” (GRAMSCI, Cadernos do cárcere, v. 1, pp. 58-59) é que constituía esse diferencial.

A crise de 1929 foi interpretada pela vanguarda da burguesia industrial “como resultado da actual desorganização administrativa” (Revista do IDORT, nº 1, p. 36), e os princípios racionais como “procedimento científico para a solução dos problemas nacionais” (*idem*, p. 2)⁵⁹. Era necessário subordinar ao credo do IDORT de maior eficiência, pelo uso de métodos científicos, toda atividade econômica e social, “dado o mau aproveitamento da matéria prima e da mão de obra; a má utilização da energia motriz; a falta de controle eficiente da produção, do seu custo e do consumo” (*idem*, p. 36).

Vemos, sem analogias fáceis, como a crise capitalista está normalmente associada seja às lutas dos trabalhadores, seja à “desorganização administrativa”. A reforma do Estado está permanentemente colocada como necessidade para a recomposição / superação dos limites da classe e do modo de produção.

As experiências vividas pelos representantes mais destacados da burguesia industrial associada à resistência por parte da base deste setor, levou à compreensão da urgente necessidade de formar uma elite intelectual mais afeita aos princípios da organização científica e racional do trabalho, que pudesse espaiá-los no interior da fábrica e fora dela.

Nesse sentido, “como parte deste amplo movimento para sedimentar a pedagogia do industrialismo” foi criada, no ano de 1933, em São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política. Segundo Miceli (*apud* ZANATTA, 1991, p. 100), “destinada à formação de quadros dirigentes e inspirada no modelo norte-americano, a nova escola

⁵⁹ Na realidade a questão, naquela época, como hoje, para a burguesia significava, em última instância, a superação de critérios puramente políticos pela introdução de critérios empresariais, ditos científicos.

superior contou com o apoio de um significativo grupo de empresários, professores e jornalistas”⁶⁰.

Nas palavras do manifesto de criação da Escola Livre, a escola iria formar ‘uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos... capaz de compreender o meio social’. Inspirados na sociologia positivista, os fundadores da escola consideravam a pesquisa ‘apolítica’ e científica feita por especialistas o instrumento adequado para resolver conflitos sociais e também uma forma de eliminar temas controversos como salários, condições de trabalho, e padrão de vida da arena política e da luta de classes. Esses objetivos estavam em plena sintonia com o ponto de vista dos que defendiam a racionalização (WEINSTEIN, 2000, p. 94).

Roberto Simonsen (1933, p. 7) em discurso proferido por ocasião da fundação da mencionada escola, referiu-se desse modo sobre a importância estratégica de formação de elites:

A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente construídas. [...] A formação das elites deve pois constituir uma das preocupações primárias das sociedades modernas. Qualquer instituição social, qualquer escola doutrinária que inspire ser adotada, qualquer associação industrial ou comercial, para colimar seus objetivos, todas necessitam e exigem, cada vez mais, elementos da elite em sua direção. Possuindo escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais fielmente aparelhar a convenientemente escolha de seus homens de governo (grifos nossos).

A necessidade de *sedimentar a pedagogia do industrialismo*, a qual a criação do IDORT, da Escola Livre de Sociologia e Política, bem como os intelectuais e educadores escolanovistas, entre outros, são manifestações em âmbito nacional, que fazem parte desse *amplo movimento* para uma organização internacional pela racionalização.

⁶⁰ Não é nosso objetivo, neste trabalho, examinar a relação entre Universidade e capitalismo. Vale, porém, notar a associação entre a criação de universidades públicas e de escolas superiores com as necessidades burguesas, seja pela criação de “elites” governamentais, seja por “elites” empresariais.

A filiação do IDORT ao “Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho” exprimiu a articulação entre os intelectuais da burguesia, em nível mundial, para elaborarem *soluções que fizessem prevalecer os seus interesses sobre os de outras classes* (PEREIRA, 2001. p. 34). A exaltação da importância acerca dessa filiação pode ser observada na Revista do IDORT, nº 6 (1932, p. 3),

Como os leitores sabem, o Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho representa, ao par da Repartição Internacional do Trabalho, uma das grandes instituições universaes, que, com a Liga das Nações e sob os seus auspícios, appareceram depois da guerra, com o intuito de centralisar o movimento de ideias e realização de interesse mundial, a primeira do terreno da produção organizada e a segunda no do trabalho, assim, como a Liga das Nações na esfera da alta política internacional.

Desde então, em todos os paizes, se organisaram instituições congeneres àquella, com o fim de divulgar a pratica dos methodos racionais de produção. Fundado, o Instituto de São Paulo⁶¹, acaba de ser reconhecido pelo Instituto Internacional de Genebra.

A articulação com a burguesia internacional era fundamental no sentido de ser uma referência em relação à aplicação dos métodos de racionalização, entretanto, para Simonsen:

Ao invés de servilmente copiarmos os modelos estranhos, com a preocupação de implantar aqui a grande indústria, sem corrigir os seus inconvenientes, aproveitemos apenas os seus ensinamentos técnicos e adotemos os necessários corretivos de ordem política e social, para evitar a transplantação correlata dos males verificados alhures, no supercapitalismo industrial (*apud* MICELI, 1992, p. 113).

De acordo com a vanguarda da burguesia nacional - que teve em Roberto Simonsen, entre outros, a síntese do seu ideário - a experiência dos países de capitalismo avançado guardava algumas peculiaridades “perigosas” e que precisavam ser evitadas. Os princípios da racionalização deveriam ser a principal arma no sentido de impedir que o conflito extrapolasse o interior da fábrica, a exemplo do que *aconteceu alhures, no supercapitalismo industrial (ibidem)*.

⁶¹ Vale ressaltar que “o Estado de São Paulo é a primeira circumscrição política da América do Sul onde se creou um instituto de organização científica. Ha, pois, motivo para crer que o exemplo dado por esse Estado progressista constituirá um acontecimento da maior importancia em um paiz onde os methodos modernos ainda são pouco conhecidos” (Revista do IDORT, nº 6, p. 3).

[...] A organização do trabalho, conforme as posições exemplares de Roberto Simonsen, era apresentada como alternativa aos conflitos internos à produção, constituindo a base da harmonização das classes sociais e o elemento promotor da unidade nacional, obviamente identificada ao projeto industrialista. A racionalização dispensava, ainda, a interferência do Estado como agente regulador das relações sociais, pois os conflitos seriam resolvidos no âmbito da própria produção, prescindindo-se da tutela estatal, por exemplo, na elaboração de leis que disciplinassem o trabalho (MICELI, 1992, p. 125).

“Sob a impressão da forte agitação operária, que culminou com as greves de 1917, e ante o impacto de uma revolução ocorrida na Rússia, que - segundo se acreditava - subverteria totalmente as relações entre patrões e operários” (*idem*, p. 113) associados ao desenvolvimento material já alcançado nos países de capitalismo avançado e o caráter promissor do desenvolvimento do capitalismo nacional, ideário generalizado à época, Simonsen se perguntava: “*não se terá desenvolvido o aspecto material em desproporção com outros fatores essenciais e se criado uma civilização sem alma?*” (*idem*, p. 101, grifos nossos).

Às dificuldades enfrentadas, Simonsen atribuía-lhes origem subjetiva, e dizia: *não culpemos a máquina!* (*ibidem*). Nesse sentido, era indispensável *formar uma elite, à altura das exigências modernas*. Aqui se revela outra faceta da “alma” da civilização capitalista: a elite moderna, competente, racionalizadora.

Em sua obra “O trabalho moderno” (1919, p. 40), o empresário Roberto Simonsen defende o taylorismo e o fordismo como os únicos métodos capazes de fazer aumentar a riqueza, elevar a produtividade, reduzir os preços dos produtos, diluindo, dessa maneira, os conflitos no interior da fábrica⁶².

⁶² “Em nenhum lugar havia uma consideração explícita ou legitimação dos direitos ou necessidades do trabalhador, que normalmente era o ponto de partida para a legislação social. *Vista pela lente dos defensores da racionalização, ‘a questão social’ se tornava um problema técnico [...] Na verdade, a tendência dominante era no sentido de retirar o debate sobre as condições de trabalho da arena política e discutir essas questões num contexto científico e despolitizado. Não há dúvidas de que, privilegiando a produtividade e a rentabilidade, os tayloristas e fordistas estavam tendo o cuidado de disfarçá-la com a linguagem de ciência e de sua contribuição para o bem-estar social*” (WEINSTEIN, 2000, pp. 74-75).

A “cooperação cordial entre os patrões e operários”⁶³ (*idem*, p. 9) era o que propunha esse expoente da burguesia industrial:

Agindo com esse pensamento, sempre unidos, contribuamos para evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classes, as organizações artificiais, os entraves à verdadeira noção de liberdade, que foram, em grande parte, as causas dessa campanha sangrenta que custou milhões de vidas de nossos semelhantes (*idem*, p. 10).

Desse modo, a *luta de classes* aparece para Roberto Simonsen como algo *artificial* ao processo de produção, pautada pela *escolha* da classe trabalhadora. Escolha essa responsável pelo entrave da “verdadeira” liberdade.

Quando Karl Marx observou as lutas de classes na Inglaterra, perduravam, incontestavelmente, há muito tempo, ásperas condições de comando patronal. E, não obstante a conceituação científica de que procurou lançar mão e a sua fulgente inteligência, deixou-se ele influenciar pelas impressões dominantes do ambiente em que viveu, vindo, assim, a construir a sua doutrina com dados nitidamente circunstanciais.

Não é admissível que possa haver exploração do homem pelo homem. Justiça e Liberdade são conceitos que se irmanam e – completam. A possibilidade de coação econômica tende a desaparecer em função das afirmações da justiça social, que se inspira, numa perfeita conciliação de meios e fins, nos superiores princípios da moral cristã (Discurso pronunciado na sessão do Senado Federal de 2/6/1947).

Para Gramsci, ao contrário,

Se os operários organizados aceitassem ‘unir-se’ nos propósitos, ‘concordar’ nas intenções por um contrato que anulasse a sua vontade específica de classe, a mola do progresso econômico se despedaçaria; de resto os proletários não se ‘propõem’ a luta de classes; ela lhes vem ‘imposta’ pelas condições em que se realiza a produção. Os operários ‘resistem’ ao ambiente econômico para não serem esmagados⁶⁴.

⁶³ Como vemos, a ideologia da colaboração entre patrões e operários, tão em moda nos dias de hoje como condição de êxito do capitalismo, é pouco mais que secular, nada tendo de novo. É a recriação do velho com a cara do novo, operação ideológica vital.

⁶⁴ GRAMSCI, A. *I propositi e le necessità*, Avanti!, 12-11-1918, in *Il nostro Marx*, p. 395. Ao final do movimento dos Conselhos de Fábrica o Cavaliere Agnelli, proprietário da FIAT, fez aos operários a proposta de uma “cooperativa” para salvar a empresa. A busca permanente da parceria, como instituidora de uma paz social na produção, é uma das mais velhas formas de controle do operariado pela organização patronal.

A esta imposição resultante das condições de produção capitalista, era necessário responder com a adoção dos princípios racionais. Para Simonsen, o fundamental seria evitar o antagonismo, impedindo sua extrapolação do núcleo fabril. Por isso considerava tão importante “munir” o empresariado, os administradores, técnicos e intelectuais com os princípios da racionalização.

Acerca da importância de um certo grau de unidade entre esses “comissários de hegemonia”, tão claramente perseguida por Simonsen, Acácia Kuenzer (1995, p. 63), alicerçada no pensamento gramsciano, afirmou:

Como mostra Gramsci, esses agentes são os intelectuais orgânicos da classe dominante, ou seja, aqueles que, mantendo com ela uma relação orgânica, lhe conferem homogeneidade e consciência de sua função, no campo econômico, social e político. Nesse sentido, os empresários e técnicos são os intelectuais do capitalismo, cuja função é organizar a sociedade em geral, inclusive o Estado, no sentido da criação de condições favoráveis à expansão de sua própria classe.

Até o primeiro quinquênio da década de 1930, a embaraçosa relação entre Vargas, seus aliados e os líderes da burguesia industrial dificultou uma unidade mais favorável na articulação de uma política social para o país pautada na racionalização.

Uma forte tendência a privilegiar a região em relação ao país, assim como relações conflituosas intermitentes com o governo federal fizeram com que as iniciativas dos defensores da racionalização durante os primeiros anos da década de 1930 só muito raramente tivessem alcance nacional. Os últimos anos da década, porém, iriam inaugurar um período de estreita cooperação entre os líderes da burguesia industrial e o regime de Vargas e aumentar o campo para as inovações e propostas dos defensores da racionalização nas áreas da educação e política social (WEINSTEIN, 2000, p. 98).

A desconfiança dos industriais em relação a Vargas devido a sua *demagogia populista*, característica dos primeiros anos de seu governo, foi sendo pouco a pouco desfeita, notadamente a partir do Estado Novo, quando a demagogia foi substituída pela repressão aberta.

É compreensível que o regime de Vargas desse período se afigurasse mais aceitável a Simonsen e aos seus seguidores que o regime de Vargas do começo da década de 1930. Os receios que os industriais tinham nos primeiros tempos, despertados pela demagogia populista de Vargas⁶⁵, foram sendo dissipados pela política adotada por este em relação aos trabalhadores e à esquerda, a partir de meados da década de 1930. Depois do malogrado levante da esquerda nacionalista de 1935, o governo Vargas baniu brutalmente o PCB e extirpou os comunistas e simpatizantes de esquerda das lideranças sindicais. A repressão e o controle policial reduziram alguns sindicatos antes importantes a meras estruturas desencarnadas, existentes apenas no papel, enquanto outras associações de trabalhadores sobreviveram porque suas lideranças, de forma tácita, e às vezes até entusiástica, aceitaram as restrições impostas pelo regime Vargas. Em tais circunstâncias, os industriais tinham poucos motivos para se preocupar com novas concessões significativas do regime Vargas à classe trabalhadora ou mesmo com a aplicação rigorosa da legislação trabalhista (*idem*, p. 103).

A clara demonstração do governo Vargas⁶⁶ em atender os interesses das classes dominantes, tranqüilizava, em certa medida, os industriais:

A guinada de Simonsen aproximando-se de Vargas não foi um caso isolado. Muitas figuras proeminentes da comunidade industrial paulista estreitamente ligadas a Simonsen mudaram de posição nesse período, entre as quais Morvan Dias de Figueiredo e o seu irmão Nadir, principal porta-voz dos pequenos e médios industriais. É particularmente significativo o fato de que os membros da FIESP tenham eleito Simonsen presidente – uma posição que ele ocupou por todo o período do Estado Novo – em 1937, justamente à época de seu rompimento com os liberais paulistas. Embora a colaboração cada vez mais estreita de Simonsen com Vargas tenham causado muita insatisfação dentro da FIESP, Simonsen conseguiu não apenas se eleger, mas também duplicar o número de membros da federação nos dois anos seguintes (*ibidem*).

Com a repressão aberta sendo utilizada como medida de contenção da luta travada pelas classes trabalhadoras, e o conseqüente arrefecimento da resistência operária, a liderança industrial sentia-se pouca estimulada em iniciar grandes programas sociais (*ibidem*) embora viesse sempre destacando a importância de também formar a classe trabalhadora de acordo com o perfil requerido pelo capital.

⁶⁵ A explicação dos temores “despertados pela demagogia populista de Vargas” é recorrente na dominação burguesa no Brasil. É a reação típica à ameaça, simbólica ou real, da perda do que eles consideram seus direitos, ou seja, das formas pelas quais eles mantêm sua dominação sobre a totalidade da formação social. Esse tipo de ideologia reacionária veio sendo atualizada ao longo dos períodos de maior tensão político-eleitoral. Sobre a permanência dessa ideologia do “receio” veja-se a campanha eleitoral de 2002 e nas anteriores em que Mário Amato, presidente da FIESP à época, ameaçava com a retirada dos empresários, caso Luiz Inácio da Silva vencesse.

O destaque dado à educação profissional era muito significativo e revelava a própria confluência de interesses. O reconhecimento de Vargas em relação a essa necessidade vinha sendo feito ainda nos primeiros anos da década de 1930. Em discurso pronunciado no ano de 1932, ele afirmou: “a instrução que precisamos desenvolver até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e a técnica” (VARGAS, 1942, p. 12).

Rodolfo Fuchs, inspetor da educação industrial, compartilhava da mesma preocupação de Vargas, em formar *adequadamente* a classe trabalhadora. Ele defendeu com ênfase em um relatório de 1938, intitulado “Os Defeitos do Ensino Profissionalizante Brasileiro”, que a reforma do ensino industrial no Brasil deveria inspirar-se na experiência alemã⁶⁷, segundo a qual o treinamento prático ocorreria dentro da fábrica e com parte da carga horária – a mínima necessária - destinada aos ensinamentos teóricos e “uma boa formação cívico-moral e física” (WEINSTEIN, 2000, p. 108). A justificativa para inclinação à experiência da Alemanha era:

Porque não tenhamos a menor ilusão a esse respeito: ou o Brasil resolve dar um rumo seguro e acertado ao ensino profissional, ou dentro em pouco estaremos presenciando servirem tais reivindicações de arma de combate dos incansáveis agitadores comunistas (FUCHS apud WEINSTEIN, 2000, pp. 108-109).

“Fuchs criticava a atenção descabida que as escolas profissionais dispensavam a matérias escolares” (*idem*, p. 107)⁶⁶. O inspetor da educação industrial compreendia que o modelo de ensino profissionalizante alemão ao ser adotado no Brasil traria

⁶⁶ Ver a atual administração federal do PT. Como disse Hegel, citado por Marx em O 18 Brumário de Luís Bonaparte: “A história se repete. A primeira como tragédia, a segunda como farsa”.

⁶⁷ É sintomática a admiração de algumas lideranças do Estado Novo em relação às experiências nazi-fascistas. De acordo com Lucília Machado (1989, pp. 35-36), a reforma Capanema teve inspiração na Reforma Gentili, “aplicada por Mussolini, na Itália”. Também o escolanovista brasileiro, Lourenço Filho (1967, p. 168), disse ter tido inspiração na reforma italiana, para implementação da reforma Capanema aqui no Brasil. Na realidade não é mera simpatia a uma experiência ou outra, trata-se de uma referência para dominação burguesa em âmbito mundial.

⁶⁸ Essa preocupação se atualiza permanentemente. Ver a Reforma do Ensino Técnico e Tecnológico do governo Fernando Henrique Cardoso.

resultados favoráveis à indústria, uma vez que além dos desdobramentos econômicos, tinha importantes implicações políticas e sociais.

Este entendimento em relação à formação profissional passou a ser predominante a partir do Estado Novo⁶⁹, quando Capanema assumiu a pasta da educação.

Ainda aparecia, de modo evidente, na Constituição de Francisco Campos a concepção de ensino profissional como medida saneadora dos desníveis sociais, mas já existiam ali alguns pressupostos básicos de visão industrialista, na medida em que se previam mecanismos de envolvimento direto das indústrias e associações de classe, certamente defensoras de objetivos mais amplos para a formação profissional (MICELI, 1992, p. 149).

O estudo realizado por Miceli cujo título sugestivo é “Além da Fábrica: o projeto industrialista em São Paulo (1928-1948)”, é bastante elucidativo no que diz respeito às mudanças ocorridas na concepção e função da educação profissional do começo a meados do século XX. Segundo ele, a Constituição de 1937, que ele “batizou” de Constituição de Francisco Campos, notável a influência deste intelectual orgânico da burguesia neste período de nossa história, “expressou alguma mudança no velho conceito assistencialista-correcional do ensino profissional, aproximando-o da concepção defendida pelos industrialistas” (*idem*, p. 148).

Em 1909, o presidente Nilo Peçanha criou, em quase todos os estados da federação as Escolas de Aprendizes Artífices, com a justificativa de formar os trabalhadores para superarem sua condição econômica e afastar-se da *ociosidade*, que era, para ele, a *escola de vício e do crime*. Considerando, segundo o referido presidente, que “é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação” (MACHADO, 1989, p. 25), são apresentadas as seguintes justificativas no decreto nº 7566:

⁶⁹ Os intelectuais ligados ao IDORT destacam, na revista nº 72 (1937, p. 20), o fato do texto constitucional ter contemplado a questão do ensino profissional: “Vemos, pois, consignada nesse texto a importantíssima questão do ensino profissional que, no Brasil, constitui um dos primordiais fatores do progresso e de sua prosperidade”.

O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência [...] *para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola de vício e do crime (ibidem, grifos da autora).*

O caráter *assistencialista-correcional* do ensino profissionalizante destinado aos *desfavorecidos pela fortuna*⁷⁰ - logo considerados potencialmente viciados e criminosos - baseado no modelo artesanal de aprendizagem do ofício e característico das três primeiras décadas do século XX, vai gradativamente mudando de feição dado o avanço das forças produtivas e a exigência de formação de força de trabalho para as indústrias segundo a racionalidade capitalista, o que conforme Machado:

Não quer dizer que o Estado após 30 deixa de se pautar por esta visão; esta vai ainda predominar por muito tempo até quando, politicamente, se mostrar como um empecilho para a dominação ideológica, até quando as contradições de classe passarem a exigir do Estado ocultamento refinado da sua política de classe. Em 1937, por exemplo, sob o Estado Novo, esta concepção sobre o ensino técnico podia ser até incluída no texto da Constituição do País, em seu artigo 129. Mas, pouco a pouco, com o desenvolvimento do capitalismo no País, que passa a exigir um avanço das forças produtivas – ou seja, um aumento e melhoria da capacidade dos trabalhadores de produzir, em níveis cada vez elevados de produtividade e de acordo com os padrões de comportamento desejados pela organização da produção – o Estado passa a assumir uma outra posição e a divulgar outras concepções e valores a respeito deste ensino. Agora é necessário que mais e mais pessoas se interessem em se constituir como força de trabalho qualificada para as necessidades do sistema produtivo. (*ibidem*).

O histórico tratamento dado ao *trabalho manual* e ao ensino profissionalizante, destinado aos filhos dos trabalhadores, passa por uma refinada modificação: era necessário estimular a procura por estes cursos profissionalizantes, bem como fomentar o “orgulho” de ser trabalhador, brasileiro, portador de um dever cívico a ser cumprido à nação. Concepção abstrata, mas que cumpre um importante papel ideológico.

70

A expressão é típica: oculta a questão das classes e dá uma “naturalidade” ao capitalismo.

A necessidade de construir uma nação, forte, rica, da ordem e do progresso, foi capilarmente fomentada através da ideologia nacional-desenvolvimentista.

Na sociedade capitalista, a idéia de pátria é uma idéia central. Ela marca concretamente um espaço político: o da nação. Essa idéia, cara à burguesia, serve como elemento unificador dos indivíduos em um espaço territorial. A pátria serve assim para separar o nacional do não nacional. Mas se em relação ao exterior ela marca uma separação, no interior ela marca uma integração, um 'apagamento' de diferenças (DIAS, 2000, p. 142).

A reforma educacional empreendida durante o Estado Novo, além de avançar na conformação da classe trabalhadora, também demonstra claramente a compreensão do papel histórico que ela deveria cumprir na construção da racionalidade capitalista. Segundo Schwartzman (2000, p. 31) em livro por ele organizado e intitulado "Tempos de Capanema":

[...] As esperanças postas na educação eram enormes, e todos esperavam, cada uma à sua maneira, que o Ministério da Educação desempenhasse um papel na formação profissional, moral e política da população brasileira, e na constituição do próprio Estado nacional. Era natural, assim, que as atividades do Ministério se desdobrassem em dois grandes planos, que na realidade eram percebidos como profundamente interligados: em um nível mais concreto, era necessário dar forma e conteúdo a todo o sistema educativo. Desde seu ápice, a universidade, até o ensino industrial e agrícola para os trabalhadores urbanos e rurais, passando por sua espinha dorsal, o ensino secundário. Em um nível mais amplo, era necessário ir além das escolas e universidades. Era preciso atuar diretamente sobre a cultura e a sociedade, criando as normas e instituições que mobilizassem os jovens, definissem o papel e o lugar das mulheres e trouxessem os imigrantes estrangeiros para o grande projeto de construção nacional.

O ambiente ideológico nacional-desenvolvimentista ressaltava a importância da educação no projeto de construção social. Em texto elaborado por Octávio Ianni, em parceria com o Fernando Henrique Cardoso, os autores destacam:

O processo de industrialização é recente e não apresenta um desenvolvimento uniforme. Até 1940 mais ou menos este processo caracterizou-se por um crescimento descontínuo, que se evidenciou nos diversos 'surto de industrialização' pelos quais o País passou. [...] Como não poderia deixar de ocorrer, essas transformações provocam desajustamentos entre algumas esferas da cultura, chegando, em certos casos, a criar situações que podem ser definidas em termos de

problemas sociais. [...] O problema que se coloca ao educador não é, pois, o de elaborar e organizar um sistema de ensino que sirva à industrialização isoladamente, como um setor independente da economia e da sociedade, mas projetar um tipo de educação que sirva à industrialização enquanto um processo integrado noutra mais geral: o de transformação de toda uma estrutura social econômica (IANNI & CARDOSO, 1963, pp. 206-207-210).

A concepção de educação como alavanca do processo de transformação social, é presença permanente nos discursos dos intelectuais mais destacados da época, e entre os situados nos matizes teórico-metodológicos mais diversos. No afã de consolidar a racionalidade capitalista e de ofuscar o antagonismo capital-trabalho, as classes dominantes tinham a clara compreensão da importância que tinha a educação das classes subalternas na sua conformação ao projeto burguês.

No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (*apud* XAVIER, 2002, p. 85), que unificou os educadores afeitos à *pedagogia do industrialismo*, esta concepção é realçada, logo nas primeiras linhas:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. A situação atual, criada pela sucessão periódica de reformas parciais e freqüentemente arbitrarias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruína, outras abandonadas em seus alicerces, e as melhores, ainda não em termos de serem despojadas de seus andaimes.

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação. Ou, em poucas

palavras, na falta de espírito filosófico e científico, na resolução dos problemas da administração escolar (grifos nossos).

O documento dos pioneiros, lançado ainda no início de 1930, expressava também o descompasso do sistema educacional face às necessidades do capitalismo. O esforço que se tem realizado neste trabalho é de mostrar que a construção/estruturação do sistema educacional a partir desse período e mais notadamente o avanço logrado durante o período do Estado Novo em diante, foi no sentido de responder a essas demandas e teve como objetivo central a busca da *hegemonia* pela classe burguesa.

Os primeiros sinais de compreensão e reação a esse descompasso são dados através da organização do projeto de classe burguês. O IDORT e o Manifesto dos Pioneiros indicam, no âmbito da fábrica e da educação escolar, a ofensiva desse projeto classista. A afinidade entre esses intelectuais fica ainda mais clara a partir de meados da década de 1930.

As idéias e propostas, entretanto, custavam a transformar-se em ações efetivas⁷¹. Em meados da década de trinta, o problema passou a ser considerado mais diretamente, quando Vargas incumbiu uma comissão de elaborar o programa destinado a ampliar e consolidar o sistema de ensino profissional, principalmente aquele relacionado às atividades industriais. Entre os integrantes dessa comissão, estavam Roberto Mange⁷², Lourenço Filho, que então presidia o IEP – Instituto de Estudos Pedagógicos, e Joaquim Faria Góes Filho, discípulo e íntimo colaborador de Anísio Teixeira, o que relaciona a iniciativa ao CIESP-FIESP, IDORT, Escola de Sociologia e Política e o Centro Ferroviário, além incorporá-la

⁷¹ Vale ressaltar que *a demora em transformar as idéias e propostas da burguesia em ações efetivas* a que o autor se refere, diz respeito a ações de conjunto que expressem unidade de um projeto classista. Significativos estudos revelaram que esses “comissários da hegemonia” vinham de experiências localizadas bastante significativas, que renderam inclusive a projeção dos seus nomes para assumirem posições de liderança no aparelho estatal. Ver entre outros: Bryan (1983), Buffa & Nosella (1991), Carvalho (2000), Cunha (2000), Cury (1978), Draibe (1985), Evangelista (2003), L.Filho (1967), Freitas (2002), Freitag (1986), Gandini (1995), Horta (1982), Machado (1989), Nagle (1976), Nunes (2000), Ribeiro (1979), Rocha (2004), Rodrigues (1998), Romanelli (1978), Silva (1959), Teixeira (1977), Weinstein (2000), Vidal (2001), Xavier (2002), Zanatta (1991).

⁷² Outro elemento que demonstra o estreitamento político-ideológico entre os industriais e os educadores foi apontado por Zanatta (1991, pp. 89-90): “Roberto Mange acompanhou de perto o debate cultural que culminou com o manifesto, tendo participado mais ativamente das discussões sobre o ensino profissional. Segundo seu filho Roger Mange, seu nome não figura entre os signatários porque, nessa época, Mange ainda não havia optado pela cidadania brasileira, estando portanto impedido de firmar documentos de natureza política”. O impedimento formal que se colocou para Mange somente ratifica a sua afinidade com o grupo escolanovista.

ao projeto dos intelectuais da chamada Escola Nova (MICELI, 1992, p. 148).

Partindo da concepção de *hegemonia* em Gramsci é possível afirmar que a fábrica é um espaço privilegiado de obtenção do *consenso*. É dele o aforismo “a hegemonia nasce na fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (Cadernos do cárcere, v. 4, pp. 247-248)⁷³.

Embora a hegemonia se dê ao nível do conjunto das relações sociais, Gramsci mostra que na sociedade capitalista o processo pedagógico que ocorre na fábrica é uma das modalidades privilegiadas de concretização, pelo desenvolvimento de um trabalho intencional e sistematizado de obtenção de consenso pela veiculação de uma concepção de mundo que se apresenta como uma verdadeira revolução econômica e moral, complementada por mecanismos de coerção, com o objetivo de formar um tipo de homem em conformidade com as necessidades capitalistas (KUENZER, 1995, p. 63).

Compreendido em uma perspectiva ampla, o projeto pedagógico das classes dominantes, não fica restrito às instituições formalmente educativas (escola, família, igreja). A estruturação do sistema educacional operado com o intuito de dar centralidade ao projeto burguês e lograr a hegemonia desta classe, indicam a importância de sintonizar a formação da classe trabalhadora com a racionalidade capitalista, isto é, importava realizar um processo pedagógico de tipo hegemônico e não simplesmente dominante em termos ideológicos.

O avanço das forças produtivas exigiu a edificação de um novo homem, adequado ao novo padrão societário, isto é, ao bloco histórico capitalista.

A racionalização da produção, tomada como ponta de lança das reformas sociais que atingiam o conjunto da vida nacional, determinava, assim, ‘a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho’, capaz de por si mesmo levar a cabo o estrangulamento e a

⁷³ Existem leituras que dão uma universalidade descabida a essa afirmação de Gramsci como se com isso se resolvesse o problema. Isto se deve à perda do princípio de totalidade, ainda que, por vezes, este seja até mesmo mencionado. São aqueles que vêem Gramsci de modo determinista. O que Gramsci chama a atenção é a socialização feita pelo sistema fabril, socialização não apenas industrial, mas urbana, da família e mesmo do corpo dos trabalhadores. Merece atenção especial a socialização fabril como substitutiva da família e mesmo daquela realizada pelo sistema escolar.

'liquidação' das antigas organizações de defesa dos interesses operários na sociedade americana.

Deste ponto de vista, o fordismo se constitui em uma poderosa arma política nas mãos da burguesia industrial, operando uma série de ajustamentos entre 'estrutura' e 'superestruturas', através da introjeção de novos requisitos técnicos e culturais (morais e materiais) no seio do salariado industrial (TUDE DE SOUSA, 1991, p. 54).

Ainda que o reconhecimento e a preocupação com a formação profissional fossem marcantes nos discursos dos principais partidários da racionalização, a organização do ensino técnico industrial, a partir de 1942, foi resposta à demanda criada pela expansão da produção industrial, decorrente da Segunda Grande Guerra.

A expansão da produção industrial impôs às classes dominantes a necessidade de pensar a formação deste trabalhador, que tivesse em conformidade com o que Taylor desejava, "levar o trabalhador ao máximo da desqualificação, fazendo dele o *gorila amestrado*" (DIAS, 1999a, pp. 100-101).

Esse processo, na realidade, traz uma dupla possibilidade⁷⁴: a limitação maior da possibilidade de uma cidadania dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, sua integração à ordem. Tudo isso articulado pela gestão do trabalho. [...] Daí a necessidade do taylor-fordismo; que contrariamente às análises dominantes não é um conjunto de técnicas de gestão e de produção mas, fundamentalmente, um modo de vida: O americanismo mais do que mera propaganda foi condição de domínio do Capital e ideologia constituidora dessa nova sociabilidade (*ibidem*, grifos do autor).

A formação profissional capitalista voltada para o trabalhador, é sempre uma forma de adestramento. Roberto Mange, "através do estudo das relações homem-máquina⁷⁵ e do modo pelo qual os trabalhadores se inserem na hierarquia da empresa,

⁷⁴ Entendo que a *possibilidade* a que o autor se refere diz respeito a pelo menos duas observações de Gramsci contidas nos Cadernos do Cárcere: "Não existe trabalho puramente físico, e de que mesmo a expressão de Taylor, do 'gorila amestrado', é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora" (v. 2, p. 18). No Caderno em que aborda o Americanismo e fordismo, Gramsci volta a refletir acerca desta questão: "Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética presente nos novos métodos industriais. Compreenderam que a 'gorila amestrado' é uma frase, que o operário 'infelizmente' continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidades de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado [...] e não só pensa [...] como pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas" (v. 4, p. 272).

⁷⁵ Sobre a relação homem-máquina, ver AZEVEDO, Aldo Mario de. *A humanização da machina e a mecanização do homem* (Revista do IDORT, nº 56 de agosto de 1936 e nº 64 de abril de 1937).

onde são considerados meras encarnações de funções diretivas e funcionais” (BRYAN, 1983, p. 30), estabeleceu uma classificação dos trabalhadores industriais, alicerçado na “seleção racional”. As cinco categorias, conforme Mange (*idem*, pp. 30-31), são:

1. **‘Cérebro idealizador’**: são os que exercem atividades de concepção dos planos de produção embasados em conhecimentos técnico-científicos. Este grupo é composto principalmente por engenheiros e outros profissionais de formação universitária.
2. **‘Cérebro executor’**: é constituído pelos que implantaram os planos concebidos pelos ‘cérebros idealizadores’ e controlam a sua execução.
3. **‘Braço-pensante’**: são trabalhadores que planejam, executam e controlam o próprio trabalho. Os artífices ou oficiais são os trabalhadores típicos desta categoria e seu trabalho ‘solicita energia física ou muscular e atividade mental’.
4. **‘Braço atento’**: a esta categoria pertencem os operários ‘que executam operações simples que exigem certo discernimento de ordem mental, características de atenção, memória e sanidade sensorial’.
5. **‘Braço anatômico’**: é constituído pelos trabalhadores cujas funções resumem-se a atividades físicas, executando ‘movimentos simples, uniformes e constantes’ (grifos do autor).

A preocupação de Roberto Mange era aproveitar ao máximo a força de trabalho de acordo com as suas próprias “aptidões individuais”.⁷⁶ O fundamental era “obter-se o maior rendimento com o menor esforço”, seguindo, para isso, os princípios da *psicotécnica*⁷⁷ “estudada e aplicada em quase todos os países civilizados” e que serviria

⁷⁶ Mais evidências de que os industriais e educadores transitavam no mesmo ambiente ideológico, podem ser observadas através de algumas passagens do Manifesto: “[...] Mas, se a escola deve ser uma comunidade em miniatura, e se em toda a comunidade as atividades manuais, motoras ou construtoras ‘constituem as funções predominantes da vida’, é natural que ela inicie os alunos nessas atividades, pondo-os em contato com o ambiente e com a vida ativa que os rodeia, para que eles possam, desta forma, possuí-la, apreciá-la e senti-la de acordo com as *aptidões* e *possibilidades* [...] Ora, a solução dada, neste plano, ao problema do ensino secundário, levantando os obstáculos opostos pela escola tradicional à interpenetração das classes sociais, se inspira na necessidade de adaptar essa educação à *diversidade nascente de gostos* e à *variedade crescente de aptidões que a observação psicológica registra nos adolescentes* e que *representam as únicas forças capazes de arrastar o espírito dos jovens à cultura superior*” (apud XAVIER, 2002, pp. 100-106, grifos nossos). Ver também SILVEIRA, Noemy M. da. *Da homogeneização das classes escolares* (Revista do IDORT, nº 17, p. 92), a autora deste texto tinha dupla inserção: além de ter sido uma das signatárias do Manifesto dos Pioneiros, publicava frequentemente na Revista do IDORT, evidenciando sua estreita relação com o grupo.

⁷⁷ Conforme Luiz Antônio Cunha (2000, p. 97) “os exames psicotécnicos serviriam, também, para evitar a contratação de ‘agitadores’, medida convergente com a adoção de fichas de identificação datiloscópica destinadas a evitar a reentrada de trabalhadores despedidos por razões político-ideológicas”. Em outras palavras, serviria para compor a “ficha” do trabalhador. O critério adotado é exemplar da chamada cientificidade da organização racional do trabalho.

de complemento ao taylorismo (ZANATTA, 1991, p. 101). Nas palavras do próprio educador-industrial⁷⁸:

Para compensar o desfalque do tempo de trabalho e as suas conseqüências econômicas, é necessário procurar os meios de, por um trabalho acurado, perfeito e rápido, *em que todo movimento inútil seja eliminado*, produzir mais e produzir melhor em um lapso de tempo mais curto. Isso nos conduz ao estudo fisiológico do trabalho, nos leva a considerar a *organização profissional do ponto de vista das aptidões físicas, psicofisiológicas e profissionais*, com o intuito de poder proporcionar a todo o candidato às profissões mecânicas o lugar mais adequado às suas capacidades, satisfazendo assim o dizer proverbial: 'The right man in the right place'. Esse desideratum consegui-lo-emos, no caso especial das profissões mecânicas, *pela organização racional das escolas (grifos nossos)*.

Segundo ele, “seria inútil formar elementos que não apresentassem, de saída, aptidões em um certo grau; seria malhar em ferro frio”. Não obstante o esquema elaborado, Mange não reconhece o adestramento, ao contrário, nega-o, “além do que o adestramento de tais elementos viria a constituir, para eles mesmos, antes um prejuízo do que um benefício” (*apud* BRYAN, 1983, p. 32).

Assim [Mange] empenha-se em introduzir no Brasil o esquema organizacional taylorista com seu complemento, a psicotécnica: a seleção ‘científica’ do trabalhador ou aprendiz; a programação do trabalho a ser ensinado ou realizado, a partir da sua análise e planejamento; a supervisão e avaliação do desempenho do aprendiz ou do trabalhador mediante a avaliação de tarefa; e a adaptação do trabalhador a uma função específica ‘num conjunto de lugares encadeados, de funções perfeitamente definidas’ na unidade de produção. O resultado da aplicação dessas fases intimamente conectadas, que tornam ‘cada homem, em cada lugar, apto ao exercício de sua função específica’, é a consecução da ‘produtividade’ ou ‘eficiência’, expressa na sua equação: ‘Seleção + Formação + Adaptação = Eficiência’ (BRYAN, 1983, p. 29).

Com Mange, não é mais às “classes menos favorecidas” que esse tipo de ensino se dirige, mas àqueles que significativamente ele chama de os aproveitáveis (*idem*, p.35). A inserção dos elementos da *psicotécnica* no esquema formulado por Roberto Mange, dá aparência de um tratamento diferenciado, mais humanizado e, portanto, menos adestrador.

⁷⁸

Roberto Mange citado por Bryan (1983, p. 37).

O fascínio que a psicotécnica exercia sobre Mange e seus auxiliares também deve ser situado num contexto mais amplo de compromisso com a racionalização e a convicção de que praticamente todas as questões relacionadas à educação e à produção podiam ser resolvidas pela aplicação de técnicas adequadas e eficientes (WEINSTEIN, 2000, p. 156).

Dias (1999a, p. 48) chama atenção para mais uma dimensão desse processo, ao afirmar que “essa racionalidade foi além e definiu a própria noção de Corpo⁷⁹, fazendo-o assumir os ritmos e a forma do Capital”. A redefinição feita sob o molde capitalista visa formar os “corpos dóceis”⁸⁰ que “são o produto, a síntese, do adensamento dessa malha institucional que, a um só tempo, definiu o social e o particular” (*idem*, p. 48). Gramsci, em correspondência enviada a sua cunhada Tatiana Schucht, mostrou com lucidez, que o controle operado por industriais americanos, como Ford, visava formar homens adaptados à produção industrial:

Ford tem um corpo de inspetores que controlam a vida particular dos funcionários e lhes impõem um regime de vida: controlam também os alimentos, os ambientes domésticos, as horas de repouso e mesmo os afazeres mais íntimos; quem não se enquadra é despedido e não recebe os seis dólares por dia de salário mínimo. Ford dá um mínimo de seis dólares, mas quer gente que saiba trabalhar e esteja sempre em condições de o fazer, isto é, que saiba coordenar o trabalho com o regime de vida (Cartas do cárcere, 20/10/1930).

Em suma, para além das aparências necessárias criadas pelo capitalismo, não se pode perder de vista que, mesmo nos mais sofisticados esquemas e/ou modernos processos de “formação profissional” busca-se “fabricar” o trabalhador, sob a ótica do capital ou nas palavras de Braverman (1981, p. 124) “o processo de transformação da humanidade trabalhadora em uma força de trabalho, em fator de produção, como instrumento do capital, é incessante e interminável”.

O taylorismo, pela institucionalização da heterogestão, constitui-se em uma ainda mais refinada forma de exploração do trabalho pelo capital. Daí ter-se afirmado anteriormente que a heterogestão é a lógica de desqualificação do trabalho, e portanto, da alienação [...]. O seu objetivo central é a constituição de um trabalhador que *combine a posse de um*

⁷⁹ Acerca desse aspecto, ver MANGE, Roberto (Revista do IDORT, nº 66, p. 148) e OLIVEIRA, Antonio Bernardes de. *Exame de Sanidade dos Operários*. (*idem*, n. 20, p. 185).

⁸⁰ Escapa aos propósitos deste trabalho, mas seguramente as formas de expressão são um excelente material para o estudo da construção de uma hegemonia.

conjunto de habilidades técnicas necessárias – e não mais que isto – a um conjunto de condutas convenientes, de modo a assumir, o mais espontaneamente possível, sua função de trabalhador alienado ao mesmo tempo que assegure as condições necessárias à sua própria reprodução (KUENZER, 1995, pp. 30-78, grifos nossos).

3. 2 O SENAI e o SESI: um projeto político-pedagógico

Importava às classes dominantes dar continuidade ao seu projeto de sociedade. Para isso, era fundamental expandir o ensino técnico-profissional para as indústrias, formando “técnica e moralmente” a força de trabalho para o capital.

Foi esse, entre outros, o sentido da reforma do ensino profissionalizante, realizada durante o Estado Novo. Com as Leis Orgânicas e a criação do Sistema S, a formação do trabalhador estava sob o controle do capital.

Do mesmo modo que a base da burguesia industrial apresentou resistência quanto à adoção dos princípios racionais e científicos para a organização do trabalho fabril, também a formação dos trabalhadores, não foi acalentada por esta fração da classe. “A idéia de que a formação do trabalhador, assim como outras esferas da sua atividade social e política, não deveria se processar autonomamente em relação ao capital” (BRYAN, 1983, p. 88), era da vanguarda articulada ao IDORT, bem como fazia parte do ideário do governo que tomou posse do aparelho estatal a partir de 1930.

Considerando o trabalho operário em suas empresas como de natureza estritamente manual, não demandando, portanto, o concurso de um cérebro educado para a sua execução, o empresariado industrial, em nenhum momento dessa polêmica com o Estado, sugere as atividades escolares como forma desejável de ocupação do tempo livre previsto na lei, demonstrando claramente que a formação da classe operária não faz parte do seu ideário [...] (*idem*, p. 58).

A *polêmica* a que o autor se refere, diz respeito à divergência entre a base, a vanguarda da burguesia industrial e o Estado com relação ao “ônus” da formação profissionalizante da força de trabalho. O fato do Sistema S ter sido criado via decreto revela a calorosa polêmica entre o setor mais atrasado desta classe, o setor de vanguarda e os representantes do aparelho estatal.

Governo que procurou opor⁸¹ à postura das velhas oligarquias, de que a questão social se reduzia a um “caso de polícia”, a montagem de dispositivos que permitissem a substituição da repressão direta pelo controle institucional. E foi para a substituir a formação mimética que ocorria no próprio local de trabalho, sob o controle dos artífices, onde, juntamente com o aprendizado técnico, o aprendiz absorvia uma cultura operária de teor anticapitalista, que o Estado impôs à burguesia industrial⁸² a criação do SENAI como meio de garantir a formação da força de trabalho, a partir do trabalhador recém-urbanizado, na quantidade e com as qualidades adequadas ao seu projeto de desenvolvimento econômico dentro dos moldes capitalistas (*idem*, p. 88).

Weinstein alerta para o fato de que os industriais estavam diretamente ligados ao processo “legislativo” e foi Simonsen quem propôs que os patrões se responsabilizassem pelo financiamento do novo programa de treinamento, ainda que a decisão representasse uma ‘grande despesa’ para eles (2000, p. 116).

Roberto Simonsen, em ofício⁸³ dirigido ao ministro Capanema, afirma que a elaboração do projeto de criação de uma instituição promotora da formação da força de trabalho nacional, pelas corporações patronais (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP e Confederação Nacional da Indústria - CNI), era oportuna, dado o

agravamento da conjuntura internacional em relação à existente, quando da promulgação do decreto 1238⁸⁴, decorrente do estado de guerra em vigor nos países que, tradicionalmente, alimentavam a indústria nacional com trabalhadores dotados de formação técnica, configurando uma situação que torna oportuna a criação de uma instituição, tendo por objetivo promover a formação de trabalho nacional.

⁸¹ A oposição do governo Vargas à postura das velhas oligarquias era relativa, uma vez que diante das agitações político-sociais ele não abriu mão da repressão direta, mas procurou entremeá-la com a tentativa de consenso.

⁸² Com o acordo da vanguarda e com a oposição da base.

⁸³ Citado por Bryan (1983, p. 76).

⁸⁴ O decreto 1.238, de 2 maio de 1939, obrigou as empresas a manterem cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores. Conforme Cunha (2000, p. 100), “essa medida pretendia assegurar aos trabalhadores, fora do lar, condições mais favoráveis e higiênicas para a sua alimentação e propiciar-lhe, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento profissional. Para tanto, obrigava as empresas com mais de 500 empregados (de todos os setores econômicos) a reservar locais para refeição dos trabalhadores e a promover o aperfeiçoamento profissional não só de menores, como no projeto rejeitado, mas também de adultos”.

O interesse por parte da fração dirigente da burguesia industrial pela organização do ensino técnico-profissional, pode ser explicado, entre outros aspectos, pela necessidade de ter o controle das escolas profissionalizantes, vale dizer, controlar a formação do trabalhador. Controle que poderia ser, em alguma medida ameaçado, considerando que existiam outros projetos em andamento que previam a participação dos sindicatos dos empregadores e até mesmo de sindicatos operários nos órgãos diretores.

Existe uma polêmica na historiografia que trata do SENAI acerca de qual setor, se o governamental ou empresarial, teve a iniciativa de criá-lo. A esse respeito Luis Antônio Cunha (2000, p. 99) na tentativa de explicar os meandros ocorridos no debate sobre o custeio e o controle da formação do trabalhador, afirma que em um primeiro momento os líderes industriais se colocaram contrários ao decreto elaborado pelo Ministério da Educação “devido às despesas que as empresas teriam de arcar com o pagamento dos salários dos aprendizes e dos mestres, com os gastos de instalação e de operação das oficinas”.

Essa versão, que aparentemente contradita com as considerações feitas por Weinstein (2000, p. 116), segundo a qual foi Simonsen quem propôs que os patrões assumissem a responsabilidade pelo financiamento do novo programa de formação da força de trabalho especializada, revela os vários momentos vividos pela vanguarda da burguesia industrial.

Se em um primeiro momento os líderes industriais se colocaram contra as propostas apresentadas pelo Ministério da Educação “que preconizavam a supervisão direta do governo, educação profissional obrigatória para grande parcela da força juvenil” e “mesmo a intervenção do governo no mercado de trabalho, obrigando as empresas à contratação de operários especializados” (WEINSTEIN, 2000, p. 116), depois, com a ameaça de perder o controle, “assumiram como criação sua o sistema

SENAI que resultou do decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942” (CUNHA, 2000, p. 100).

[...] O próprio presidente da República Getúlio Vargas lhes teria dito que ou eles aceitavam assumir a formação profissional prevista pela Constituição, incluindo o custeio financeiro, ou o governo manteria a forma definida pelo último decreto. Poderia haver até mesmo a atribuição da gestão de todo sistema aos sindicatos dos trabalhadores. Sem melhor alternativa, a CNI e a FIESP consentiram (*ibidem*).

Parcelas da vanguarda da burguesia industrial, além de alijar a burocracia estatal e tirar o controle das mãos dos operários, queriam também *disciplinar* a base da sua própria classe ainda presa ao *momento econômico-corporativo*. O Estado, não obstante sua clara intervenção no processo de formação da classe trabalhadora não teve sua ação aceita de forma incontestada. A burocracia governamental encontrou a resistência de setores burgueses acostumados a um domínio total sobre a vida nacional.

Essa burocracia se defrontou com as diferenças internas à burguesia. E, também, além disso, no jogo complexo das políticas classistas com as contradições (não antagônicas) das frações burguesas com suas representações políticas. O Estado, contrariamente ao que pensam os deterministas⁸⁵, não é um puro aparelho que expresse a vontade das classes dominantes, mero aparato repressivo pura e simplesmente. Ele não é um espelho das vontades classistas tomadas abstratamente, mas um ativo mediador das chamadas políticas sociais.

O resultado da antecipação da vanguarda em relação à sua base foi a de, entre outros aspectos, garantir o controle do ensino técnico-profissionalizante em suas mãos, subordinando-o, em âmbito nacional, à Confederação Nacional da Indústria, e em âmbito regional aos Conselhos, que tinham composição majoritária de representantes das Federações da Indústria (3 + 1 de cada sindicato patronal da região), 1 técnico do

⁸⁵ Estamos chamando de determinista a produção da II Internacional, no período conhecido como intervencionista e da III Internacional sob a égide do stalinismo.

Ministério da Educação e 1 técnico indicado pelo governo estadual (BRYAN, 1983, p. 83).

Em publicação feita pelo SENAI (1992, p. 25), intitulada “O Giz & a graxa: meio século de educação para o trabalho”, o Presidente do Conselho Nacional do SENAI em visita ao Departamento Regional de São Paulo, à época, declarou⁸⁶:

Graças à boa vontade do Sr. Presidente da República e do Sr. Ministro Gustavo Capanema, conseguiu a indústria aquilo que por mais empenhadamente se batia: organizar sozinha, por delegação do poder público e sem nenhuma interferência sua, a aprendizagem nas fábricas. A indústria, feita, assim, órgão do poder público, ministrando no país inteiro a educação técnico-profissional, consistia em exemplo a ser imitado, e este exemplo era considerado de muito agrado pelo Sr. Chefe da nação. Tivemos, pois, com a criação do SENAI, o decreto federal que aprovou o seu regimento interno, tudo feito de acordo com os pontos de vista manifestados pela Confederação Nacional da Indústria. Removidas que foram as dificuldades iniciais, começou então o SENAI vida fecunda.

Ainda que a ação estatal em decretar a formação técnica para as indústrias “seja percebida pelos capitalistas individuais como opressora e como barreira à livre acumulação do capital”, na verdade, o Estado age, conforme Bryan (1983, p. 82), como “capitalista coletivo em idéia”⁸⁷.

Esse Estado atua como garantidor das políticas de acumulação e reprodução da burguesia e de suas frações, sustenta o arrocho salarial, impõe um modelo educacional e de saúde: nega, continua e historicamente, as identidades e os direitos dos trabalhadores. Foi, e continua a ser, decisivo na conformação do chamado capital privado, um superparceiro das empresas capitalistas, individual ou coletivamente. Por fim, mas não menos importante, busca interditar, através de suas políticas, os movimentos da sociedade contrários à racionalidade capitalista. O mercado não se implementou de maneira natural, mais foi basicamente uma construção efetiva do Estado: foi sendo ampliado progressivamente. Lembremos que esta é uma velha lição: desde a abertura dos portos japoneses na base da intervenção militar até a “recriação” do próprio Japão, após a derrota na Segunda Guerra, pela mesma intervenção que, desta vez, pariu da Reforma Agrária às formas político-sindicais. O Estado sempre escamoteou que a racionalidade do mercado estava rigorosamente calcada na sua intervenção, que decidia e decide a quem beneficiar e/ou

⁸⁶ A declaração do presidente Euvaldo Lodi foi extraída da Ata da Reunião do Conselho Regional, realizada em 10/11/1943.

⁸⁷ Na formulação gramsciana ele é o intelectual coletivo da classe. Atua, *na prática*, como o articulador dos interesses contraditórios dessa classe.

controlar. Sem a criação dessa institucionalidade, o capitalismo não seria possível (DIAS, 1999a, p. 45).

O Estado, portanto, ao decretar a instalação das escolas técnico-profissionalizantes para formar a classe trabalhadora, “onerando” a burguesia industrial, objetivava, na realidade, “dar maior potencialidade e coerência às classes dominantes e à implementação do monopólio da racionalidade capitalista” (*idem*, p. 27). Nas palavras de Gramsci, o Estado:

opera essencialmente sobre forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir conseqüentemente que os fatos da superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, mesmo neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita, e ‘pune’ (Cadernos do cárcere, v. 3, p. 28).

Nesse sentido, não é possível analisar a atuação do Estado, no contexto da polêmica de criação do SENAI, como meramente repressora ou arbitrária mas “entendê-lo como o grande articulador das práticas classistas, portanto, realizando tarefas que ultrapassam em muito o horizonte meramente corporativo que o reducionismo glorificou” (DIAS, 1999a, p. 50). Como dizia Gramsci, um Estado *educador*, que “fabrica o fabricante” (Cadernos do cárcere, v. 3, p. 23). “Nesta perspectiva, ele se apresenta como o Partido do Capital, o construtor da racionalidade classista” (DIAS, 1999a, p. 50).

A organização do ensino técnico-profissionalizante como um sistema, a partir de 1942, foi uma demanda do capital em formar a força de trabalho a partir de outra racionalidade⁸⁸. Conforme o editorial da Revista do IDORT nº 3, que data de março de 1932, a adoção dos princípios racionais na organização do trabalho fabril e na formação do trabalhador significava a possibilidade de plantar uma *semente que brotará no*

⁸⁸ “Uma hegemonia se constrói na luta contra as formas institucionais da anterior, na crítica das formas de conceber o mundo, de atualizar suas possibilidades de transformação” (*idem*, p. 146).

futuro, isto é, lançar as bases para a consolidação da produção e do modo de viver capitalista⁸⁹.

A criação do SENAI, portanto, constitui a extensão a todo o setor industrial da experiência, cuja eficiência já havia sido comprovada, do ensino ferroviário. Extensão tornada compulsória pela ação do Estado, tendo como principal objetivo assegurar ao capital o controle da formação técnica e ideológica da força de trabalho. A forma final em que se cristalizou esse objetivo foi produzido da conciliação das propostas da burocracia governamental e dos representantes do capital industrial (BRYAN, 1983, p. 88).

A confluência de interesses entre a burocracia governamental varguista e os representantes da burguesia industrial que resultou na criação do SENAI, foi antecedida por um caloroso debate acerca do *caráter* que deveria ter esta instituição. Na realidade, o desacordo existia também entre os próprios representantes da burocracia governamental. A idéia que Vargas fazia a respeito desta instituição conflitava com a concepção do seu ministro da Educação, Gustavo Capanema.

O consenso que estava se formando sobre como deveria ser a educação profissional, e que endossado pelo ministro do Trabalho, pela comissão interministerial e pelos representantes da indústria, não contava com o apoio do influente ministro da Educação. Em julho de 1940, Capanema escreveu a Vargas reclamando das novas diretrizes que estavam sendo traçadas para o ensino profissional [...] Numa carta posterior a Vargas, ele condenava todo e qualquer programa que ministrasse ‘um ensino de mera transmissão de processos técnicos inidôneos’ e exigia um controle federal direto do novo sistema de aprendizagem (WEINSTEIN, 2000, p. 115).

Capanema discordava do ensino meramente técnico, voltado puramente para as demandas imediatistas das indústrias, era partidário de uma formação pautada na *consciência patriótica* e considerava ineficiente formar tecnicamente o trabalhador, sem formar seu caráter. Cunha (2000, p. 101) chama atenção para o fato de que Capanema tenha defendido que o controle do ensino industrial ficasse nas mãos do Ministério da Educação colidia com o posicionamento de Getúlio Vargas, segundo o qual a direção – e o custeio - deveria ficar com as entidades patronais via Ministério do Trabalho.

⁸⁹ A construção da racionalidade capitalista se faz “desorganizando” o trabalhador de ofício, tentando incorporá-lo subjetiva e objetivamente à ordem capitalista.

O fato de os projetos da 'lei' orgânica e do SENAI terem sido levados pelo Ministro Capanema ao presidente no mesmo dia (5 de janeiro) e assinados em dias diferentes – o decreto-lei de criação do SENAI (22 de janeiro) antes da 'lei' orgânica (30 de janeiro) - é resultado do forte e direto protagonismo de Vargas na solução desse conflito (*ibidem*).

Também existiam divergências entre os líderes da burguesia industrial. Segundo Weinstein (2000, pp. 119-120), para Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, o SENAI foi uma clara vitória, pois era um programa de formação perfeitamente ajustado às necessidades e interesses imediatos da indústria e praticamente livre da interferência do Estado. Assim como Capanema, Roberto Mange também era defensor de que o SENAI deveria dar “aos aprendizes uma formação integral, em todos os aspectos do trabalho e da vida” (*idem*, p. 142)⁹⁰.

Se esses desacordos tiveram em um primeiro momento uma dimensão significativa, logo depois foram diluídos, uma vez que passada a situação de emergência do período da guerra, o SENAI deslocou sua maior atenção de cursos rápidos para adultos, para programas extensivos de aprendizagem para menores.

Ansiosos para formular políticas coerentes para o período do pós-guerra, os líderes da CNI e FIESP convocaram o I Congresso Industrial Brasileiro em dezembro de 1944. A principal preocupação da conferência era discutir maneiras de evitar a perda dos novos mercados estrangeiros e promover o aumento do consumo interno, uma vez que os produtos brasileiros eram obrigados a voltar a competir com os europeus e norte-americanos. Nesse contexto, duas questões constituíam preocupações maiores: produtividade e paz social (*idem*, p. 124).

A guinada de Vargas para uma estratégia política de tipo transformista⁹¹ selou o seu destino. “Concessões aos operários, grandes concentrações de *queremistas*⁹² e

⁹⁰ Sobre isso ver a problemática da chamada sarneyzação dos CEFETs. Cunha (1998) trabalha essa questão a partir da noção de *Senaização*. As pretensas reformas do ensino técnico e tecnológico, sob Collor, FHC e Lula, são, sem dúvida alguma, ainda que de forma atualizada, uma nova versão dessa problemática.

⁹¹ Nunca é demais lembrar que a prática do *transformismo* como modalidade de desenvolvimento histórico implica a exclusão das massas populares, portanto, as concessões getulistas devem ser analisadas com cuidado.

⁹² O movimento queremista respondeu a uma necessidade de apoio político a Vargas ao final do período ditatorial. Movimento contraditório do qual uma das expressões mais significativas foi o apoio

uma aliança tática com o PCB levantaram a suspeita de que Vargas planejava continuar no poder” (*idem*, p. 128) e desta vez com uma base política bem menos tolerável pelas elites e pelas forças armadas.

Durante os últimos meses de 1945, os industriais paulistas defrontaram-se com uma série de novos desafios em várias frentes. Em nível nacional, as forças armadas puseram termo ao governo Vargas, que durara quinze anos, com um golpe preventivo. Normalmente se costuma localizar o começo da queda de Vargas no momento em que o Brasil entrou na guerra, uma vez que o Estado Novo, com suas afinidades com o fascismo, se tornou cada vez mais um estorvo para as forças armadas, profundamente empenhadas na luta contra o fascismo. Vargas acenou com uma transição democrática em 1945, marcando eleições presidenciais para o fim daquele ano, mas o seu tradicional descumprimento desse tipo de promessas fez com que os seus oponentes considerassem prudente tirá-lo do poder antes da data da eleição (*ibidem*).

O processo de “abertura democrática⁹³”, fundamental para conter a relativa mobilização do movimento dos trabalhadores, demandou uma inflexão nas prioridades da burguesia industrial associada ao aparelho estatal.

Para além dos desacordos existentes entre os setores dominantes, seja da burocracia estatal, seja da burguesia industrial, era necessário conservar um acordo fundamental: dar continuidade ao processo de acumulação capitalista⁹⁴.

A busca pela hegemonia de uma classe fundamental não é apenas um projeto político entre outros mas “significa subtrair a racionalidade e a afetividade das demais classes, significa colocar-se como o horizonte do possível, do pensável, do praticável” (DIAS, 1999a, p. 102).

dado por Prestes a Vargas, no rastro da política internacional stalinista. Queremos Vargas! Era a síntese da sua expressão ideológica.

⁹³ Essa é uma aparência necessária para marcar “diferença” com a ditadura varguista. Não obstante o “fim” da Era Vargas, o candidato que venceu a eleição presidencial ocorrida no final de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro de guerra do Estado Novo, teve a intervenção direta de Vargas, o que mostra que sua influência estava longe de chegar ao fim. Além de influenciar diretamente a vitória do seu sucessor, foi eleito senador por dois estados e deputado federal em sete (RODRIGUES, 1998, p. 21).

⁹⁴ O que se quer dizer é que os desacordos são na *forma* e não no *conteúdo*.

Importava investir em um processo de construção hegemônica, que fosse muito além do mero domínio ideológico, não apenas neutralizando o modo de pensar, viver e sentir das classes subalternas, a partir do modo capitalista, mas investir na tentativa de fazer com que o adversário de classe pensasse no interior da lógica dominante e, portanto, limitasse seus projetos.

Nesse sentido, além da reconfiguração do SENAI, a criação do SESI em 1946, significou um passo importante na ofensiva das classes dominantes brasileiras diante da necessidade de [con] formar a força de trabalho para o capital.

Tanto a fundação do SENAI como a do SESI se deram em situações de 'emergência'. No caso do SENAI, a emergência era a carência cada vez maior de operários especializados causada pelo aumento da produção industrial e pela redução da imigração no período da guerra. No caso do SESI, a emergência foi à mobilização do operariado no pós-guerra, causada, em parte, pelo problema da carestia (WEINSTEIN, 2000, p. 136).

Foi em um contexto de significativo acirramento do antagonismo entre as classes em âmbito mundial, provocado, em grande medida, pela experiência soviética e de acirramento do antagonismo no Brasil, que se deu essa nova e mais sofisticada ofensiva burguesa.

A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho, não pode ser obtida unicamente por meio de coerção social [...] a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, o que se pode obter em uma dada sociedade, por uma melhor forma de retribuição, a qual autorizando um certo padrão de vida, permite manter e renovar as forças consumidas pelo novo tipo de fadiga (TUDE DE SOUSA, 1991, p. 52).

A compreensão dessa necessidade imperativa do capital foi reconhecida, em meados da década de 1990, pela CNI (*apud*, RODRIGUES, 1998, p. 22):

Os diagnósticos, naquela década recheada de promessas de progresso e também pela incerteza de *acirrada luta de classes incentivada pela guerra fria*, pareciam demonstrar que os empresários *precisariam ir mais além* da simples oferta de empregos, salários e qualificação profissional. *Era indispensável ganhar a luta ideológica no chão da fábrica, demonstrando a superioridade do capitalismo no dia-a-dia (grifos do autor).*

Note-se que o autor da afirmação supracitada faz uso do termo *qualificação profissional* para definir o processo de formação/conformação da força de trabalho no capitalismo, contrariando a tese de Alves (2005, p. 02) segundo a qual o movimento da produção capitalista requer o aprofundamento da *especialização profissional, guardando relação direta com a crescente simplificação e objetivação do trabalho e nunca com a qualificação*. De acordo com Alves, o uso comum do termo entre os patrões, as lideranças dos trabalhadores e até intelectuais “influenciados pelos estudos marxistas” acaba resultando em um sério equívoco uma vez que “o desenvolvimento do capitalismo tendeu a destruir os trabalhadores qualificados que operavam instrumentos nas oficinas” (*ibidem*).

Esse idealismo acaba resultando numa postura política reacionária, pois, objetivamente, advoga a volta ao passado. Essa ilusão também tem suscitado iniciativas do capital, alardeadas como soluções à questão da perda do controle exercido pelo trabalhador em face do conjunto de trabalho. Esse é o caso, por exemplo, da circulação do operário por todos os postos das diversas oficinas da fábrica, franqueada e incentivada pelo capital, a propósito da necessidade de o trabalhador recuperar intencionalidade do projeto de trabalho. Tais iniciativas inócuas, até para a finalidade que alardeiam, pois se restringem ao pólo prático do trabalho, enquanto o pólo teórico do trabalho se realiza fora da oficina. Inclusive quando os trabalhadores são convidados para expor os seus pontos de vista aos que atuam no plano da organização, isto não quer dizer que eles estejam assumindo o domínio do pólo teórico do trabalho, agora representado pelas atividades de inúmeros especialistas que, individualmente, também não têm, eles próprios, tal domínio. Logo, essas iniciativas são, exclusivamente, respostas ideológicas do capital, formuladas no sentido de manipular a ânsia reformista dos trabalhadores (*idem*, pp. 9-10).

O SENAI e o Sesi compunham o *projeto político-pedagógico da burguesia industrial* frente às novas dificuldades geradas pelas *situações de emergência*. A combinação de uma formação no molde taylor-fordista, ligada às necessidades mais imediatas da indústria e a gestão institucional dos conflitos de classe realizada pelo SENAI e o Sesi, conjuntamente, era considerada a panacéia para os problemas econômicos e sociais existentes no Brasil.

Estamos aqui diante de uma tentativa contínua de reconstrução do *bloco histórico*. Para tal era necessário dar uma maior organicidade à estrutura e à

superestrutura, pela unidade das reformas econômica e intelectual e moral. Essa intervenção do SENAI e do SESI, aparelhos privados de hegemonia, buscou – com grande êxito – dar sentido e direção à classe capitalista industrial.

As relações pedagógicas do SENAI guardam especificidades bastante reveladoras. Através do trabalho de oficina, o SENAI implementa a metodologia do *aprender fazendo*, inspirado na experiência vivida pelo russo Victor Della Voz. Em 1868, o diretor da Escola Técnica Imperial de Estradas de Ferro de Moscou compreendeu “que o processo de treinar mecânicos, pelo método de aprendizado, era moroso e de resultados desiguais” e que precisava criar processos de aprendizagem em que pudessem “obter um tipo de operário treinado de grau mais elevado, mais uniforme, em menor espaço de tempo e por preços mais baixos” (BENNET *apud* FRIGOTTO, 1983, p. 41).

[...] Concluiu que não podia conseguir isso pelos métodos de aprendizado usados nas oficinas de produção ligadas à escola. Estabeleceu um novo grupo de oficinas a que denominou “oficinas de instrução”, para diferenciar de suas oficinas de produção. Designou um professor para cada oficina com tantos postos de trabalho e tantos jogos de ferramentas quantos fossem os alunos. Em seguida analisou, os seus processos mais simples, os processos de cada ofício, ou a arte a ser ensinada e organizou séries de exercícios para ensinar o uso de ferramentas e montagens de peças fabricadas. Tais exercícios eram preparados na ordem de dificuldade de execução. Cada membro da turma recebia um desenho do trabalho que tivesse que fazer. Nas diversas oficinas um professor – um mecânico perito – iniciava o curso dando a aula de demonstração sobre o primeiro exercício da série e fazia com que os alunos executassem o trabalho ensinado. Cada membro da turma trabalhava na sua forja, no seu torno, ou em qualquer lugar de acordo com a circunstância. No momento próprio fazia a segunda demonstração, e depois a terceira e assim por diante até completar o primeiro período do curso no qual o aluno aprendia a usar todas as ferramentas. No segundo período eram ensinados elementos de montagem em trabalhos de madeira. O método adotado era semelhante ao período anterior, porém o professor inspecionava menos a parte referente ao modo de usar as ferramentas (...) durante o terceiro período o aluno prepara ele próprio seus planos e o professor passava a agir como superintendente. O objetivo era fazer com que o estudante desenvolvesse a capacidade de iniciativas e de seu poder de assumir (*ibidem*).

O método criado por Victor Della Voz serviu de inspiração para os cursos de formação para o serviço ferroviário, cuja primeira escola prática de aprendizagem das

oficinas, foi criada em 1906 e era situada no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, estação da Escola de Ferro da Central do Brasil. Embora a primeira tentativa remonte o início do século XX, somente em 1930 foram “inauguradas as primeiras bancadas para a aprendizagem prática dentro da escola” (FRIGOTTO, 1983, p. 41).

O Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional⁹⁵ criado no ano de 1934, em São Paulo, foi a experiência, que de modo mais sistemático utilizou o método Della Voz, adotando as séries metódicas e tendo o SENAI como seu herdeiro principal. Conforme Frigotto, “se efetivarmos uma comparação de ensino de oficina no SENAI, com o que descreve Della Voz em 1868, veremos que os passos são praticamente os mesmos e a concepção igualmente a mesma” (*ibidem*).

Em estudo intitulado “Fazendo pelas Mãos a Cabeça do Trabalhador: o Trabalho como Elemento Pedagógico na Formação Profissional”, Gaudêncio Frigotto afirma:

Aparentemente, instituições de formação profissional de tipo SENAI tendem a ser concebidas como instituições cuja tarefa básica é a qualificação técnica do trabalhador. Na realidade, porém, as relações de trabalho-aprendizagem, a forma de organização interna, os valores que se passam, as atitudes e hábitos que se reforçam, as imagens de trabalhador bem sucedido e fracassado, a figura do patrão, os traços, enfim, de responsabilidade, assiduidade, pontualidade, etc, indicam que o ponto nodal é o de formar ‘bons trabalhadores’, isto é, trabalhadores fabricados para submeter-se mais facilmente às relações sociais estabelecidas. Homens fabricados para aceitarem a desqualificação dada pela crescente divisão do trabalho (idem, p. 42, grifos nossos).

Nesse sentido, além de operar a fragmentação do trabalhador via a realização de um trabalho que se dá em um nível de mera execução, o projeto pedagógico se efetiva também através “da internalização de uma cultura – que explicita uma relação social dada” (*idem*, p. 41).

O que talvez de mais efetivo consagra esse tipo de pedagogia onde o aprendiz fazendo, faz o que serve, não é a qualificação técnica, mas moldar, ‘fabricar o trabalhador’ com um conjunto de traços atitudinais que são requeridos pela divisão social do trabalho no interior da fábrica. Ou seja, trata-se de um tipo de formação que vai dotar os indivíduos de

⁹⁵

Ver, no Anexo, a foto 1.

'qualidades morais' que os abduzem a relacionar-se com o capital no desempenho contínuo das atividades produtivas por ele organizado. A adaptabilidade tornou-se sinônimo de mão-de-obra qualificada (*idem*, p. 44, grifos nossos).

Em comunicado feito no ano de 1943 aos industriais, o SENAI informou que “podia indicar torneiros mecânicos *competentes e honestos*, o que revela, que mesmo nos cursos rápidos para adultos, o SENAI procurava incutir virtudes morais, além das habilidades manuais, aos seus alunos” (WEINSTEIN, 2000, p. 141).

Uma formação técnico-profissional que atenda aos interesses do modo de produção e de viver capitalista requer o *disciplinamento* do trabalhador. São definidos desde os movimentos a serem executados no processo de trabalho à conduta dentro e fora da fábrica, exigindo que o trabalhador incorpore-os como uma *segunda natureza*, como dizia Gramsci (Cadernos do cárcere, v. 4, p. 262).

Ele implica um processo ininterrupto da 'animalidade', de sujeição dos instintos às necessidades do tipo de vida coletiva imposta pelo desenvolvimento do modo de produção. Para isso, são acionados mecanismos de pressão externa ao trabalhador que objetivam o seu disciplinamento através da força e da persuasão, tendo em vista a incorporação de uma concepção de mundo que conduz a uma ética do trabalho que privilegie os hábitos de ordem, exatidão, submissão, assiduidade, pontualidade, cuidados com o corpo, com a segurança no trabalho, com os instrumentos, com o ritmo, com a qualidade e assim por diante (KUENZER, 1995, p. 59).

O rompimento da “velha conexão psicofísica do trabalhador profissional qualificado, que exige uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa” e a sua redução “a operações produtivas ao aspecto físico maquinal”, se dá com o “emprego de inauditas brutalidades” (GRAMSCI, Cadernos do cárcere, v. 4, p. 266). É por isso, *pela necessidade de manter e renovar as forças consumidas por este novo tipo de fadiga*, que a *coerção* deve ser sabiamente *combinada com a persuasão e o consentimento (ibidem)*.

No processo de trabalho industrial, a prática que combina *coerção*, com *persuasão e consentimento* conta com um personagem central - o supervisor. De

acordo com Kuenzer (1995, p.103), o supervisor é o “comissário subalterno de hegemonia”. “Além das tarefas burocráticas que realiza, que se constituem na dimensão coercitiva de sua prática hegemônica⁹⁶”, o supervisor desempenha um papel muito importante na obtenção do consenso, “por meio da criação de condições favoráveis de trabalho ao nível do que se chama em administração de obtenção do ‘clima organizacional’ favorável à exploração do trabalho” (*idem*, p. 102).

No Brasil, a formação mais sistemática do supervisor, “coincide” com o ano de criação do SESI:

Em 1946, foi firmado um acordo entre o Brasil e os EUA visando um intercâmbio de informações relativas aos métodos e à orientação educacional para o ensino industrial e ao treinamento dos professores. Decorrente deste acordo, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial [CBAI] que passou a integrar o Ministério da Educação. Os EUA contribuíram com dinheiro, especialistas, equipamentos, material didático e estágio para os professores em escolas americanas. A CBAI introduziu no Brasil o método TWI (Training Within Industry) que tem por objetivo habilitar mestres e supervisores em geral, para o desempenho de tarefas de supervisão e coordenação (MACHADO, 1989, p. 43).

O SESI foi criado para *conformar* a classe trabalhadora a esse *novo padrão de sociabilidade*⁹⁷. Na perspectiva gramsciana trata-se de um *aparelho privado de hegemonia* cujo “programa essencial é a difusão de um novo espírito capitalista”, ou seja, importa difundir a idéia de que a indústria antes de ser um negócio, é um *serviço social* (Cadernos do cárcere, v. 4, p. 295).

Inspirado nas lições pedagógicas experimentadas pelo SENAI, o SESI também foi, à época, uma resposta às demandas da burguesia industrial. Roberto Simonsen em seu discurso pronunciado por ocasião da inauguração do SESI – São Paulo, “situou, de forma explícita, a nova organização entre as instituições ‘educacionais’ para operários já existentes” (WEINSTEIN, 2000, p. 133):

⁹⁶ “Cobrança da produção diária, contatos para saída, atestados, controle do cartão de ponto, encaminhamento para o Serviço Social” (*idem*, p. 102).

⁹⁷ Ver, no Anexo, as fotos 3 e 4.

O SESI... exercerá, também, uma missão pedagógica e educacional de nítidos valores éticos e sociais. A educação técnico-profissional dos nossos trabalhadores, realizada, quer pelo Estado... quer pelo SENAI, estava a exigir uma *complementação* que possibilitasse a plena formação cívica do Homem trabalhador, integrado em seu grupo profissional e social. O SESI, sem dúvida, corresponderá a este objetivo. Será um instrumento por excelência de vulgarização da cultura, de popularização dos valores culturais nos meios operários (*apud* WEINSTEIN, 2000, pp. 161-162)⁹⁸.

Embora tenha sido criado pelo governo Dutra⁹⁹, o novo órgão harmonizava-se perfeitamente com o espírito do Estado Novo (*idem*, p. 133) e pretendia intervir nas denominadas áreas sociais - alimentação, habitação, higiene, educação moral e cívica, pesquisas sociais e econômicas e coordenação geral dos serviços - "que influenciavam a relação homem-trabalho, procurando proporcionar às empresas condições para maiores índices de produtividade e atendimento de seus compromissos" (FRIGOTTO, 1983, p. 40).

O entrave mais preocupante, segundo os fundadores do SESI, era o movimento operário e sua crescente mobilização:

A onda de greves, o ressurgimento do partido comunista, francas manifestações de luta de classes e a consciência que a elite tinha de que esses fatos representavam uma profunda ameaça à paz social devem ser levados em conta para entender a criação do SESI e suas atividades nos primeiros anos de sua existência.

Diferentemente do SENAI, que tinha uma visão 'neutra', técnica, o SESI sempre foi, desde o início, uma organização ideológica confessa (WEINSTEIN, 2000, p. 161).

⁹⁸ Segundo a autora "Simonsen via no SESI um meio de forjar uma cultura verdadeiramente 'nacional' para combater um suposto vácuo moral e cultural existente na comunidade operária, e que poderia ser preenchido com idéias 'estrangeiras', se não houvesse um esforço combinado por parte do capital" (*idem*, p. 162). A ideologia que vê nos movimentos conscientes dos trabalhadores a presença de "idéias estrangeiras", "exóticas" e similares, é presença permanente nos discursos dos dominantes é aqui reeditada por um dos principais porta-vozes da burguesia industrial.

⁹⁹ Também criado por decreto e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria, o SESI, é um órgão com caráter de *complementação* conforme pronunciou Roberto Simonsen, um dos mais destacados representantes da burguesia industrial à época. Nesse sentido, comprometido com a pedagogia do trabalho industrial, e portanto, em consonância com os interesses do capital, o que estava em questão não era a valorização do trabalho e do trabalhador como foi propagandeado, mas a continuidade do processo de acumulação capitalista, cumprido importante papel, mediante a tentativa de diluição dos conflitos classistas.

A preocupação com a “paz social”¹⁰⁰ expressava a necessidade da manutenção da ordem para o processo de acumulação capitalista. Acerca da função ideológica que cumpre a palavra *ordem*, Gramsci afirmou:

A palavra ‘ordem’ tem um poder taumatúrgico; a conservação das instituições políticas é conferida em grande parte a este poder. A ordem presente se apresenta como algo harmoniosamente coordenado, estavelmente coordenado; e a multidão dos cidadãos hesita e se atemoriza na incerteza do que uma mudança radical pode trazer. [...] Forma-se na fantasia a imagem de algo violentamente dilacerado; não se vê a possibilidade de uma nova ordem, melhor organizada do que a velha, mais vital do que a velha, porque ao dualismo se contrapõe a unidade, a imobilidade estática da inércia à dinâmica da vida movendo-se por si mesma. Vê-se apenas a laceração violenta, e o ânimo temeroso detêm-se no medo de perder tudo, de ter diante de si o caos, a desordem inelutável.¹⁰¹

A *ordem* era *silenciar* qualquer tentativa de explicitação do *antagonismo classista*, fomentando a necessidade da paz social para o progresso de “todo” país. De resto, esse “país” é identificado à burguesia. O contrário era o *caos*, a *desordem inelutável*. Era necessário naturalizar a ordem atual – burguesa – glorificando-a. Segundo Simonsen, a possibilidade de se construir uma outra ordem – proletária - era consequência *da acomodação das elites ou o seu envolvimento*:

em competições de política meramente pessoal; outros persistem numa desabalada corrida atrás de lucros fáceis, despercebidos da tentativa de infiltração que se vai processando nas grandes massas trabalhadoras por elementos extremistas que, desvirtuando a origem e a natureza dos fatos, procuram destruir os fundamentos da nossa ordem social, criando um ambiente favorável ao envolvimento de nossa pátria por perigosos regimes alienígenas, incompatíveis com os nossos anseios, com as nossas tradições e com os postulados essenciais da civilização cristã (apud MICELI, 1992, p. 155).

¹⁰⁰ “Observando que o baixo padrão de vida, os contrastes entre regiões e classes, e o baixo nível educacional tornavam a classe operária brasileira passível de ‘infiltração’ por ‘elementos extremistas’, Simonsen apresentava o SESI, com seu slogan ‘Pela Paz Social do Brasil’, como um meio de contrabalançar essas influências” (WEINSTEIN, 2000, p.132). Esta é uma componente essencial desse tipo de ideologia burguesa: os problemas não existem no real, eles são criados pelos extremistas que buscam “fazer a cabeça” dos trabalhadores ignorantes. Apesar de ser uma grosseira mistificação essa dupla desqualificação e seqüestro da subjetividade das classes trabalhadoras continua ainda hoje atual.

¹⁰¹ *Três princípios, três ordens, La Città Futura*, 11-2-1917, in: *Escritos Políticos*, v. 1, p. 77, 2005.

Nesse sentido, a *missão pedagógica* que o SESI trazia em seu bojo era, segundo esse expoente do capital industrial, a de “dar uma fisionomia cristã e brasileira à formação cultural dos nossos operários, fazendo-os co-participar, ao lado das demais classes sociais, da fruição das riquezas do espírito” (*idem*, pp. 156-157). O texto de Roberto Simonsen deixa claro que no projeto de sociedade da burguesia industrial, restava às classes subalternas a *fruição das riquezas do espírito*, a posse das riquezas materiais deveriam ser reservadas, na maior medida possível, à classe dominante.

Na publicação, em 1946, da “Carta da Paz Social” a burguesia industrial reconhecia “a função eminentemente social do capital” e anunciava seu compromisso com o aumento do padrão de vida dos operários como meio para a obtenção da “paz social” (WEINSTEIN, 2000, p. 162).

O reconhecimento por parte da burguesia industrial de que era necessário elevar o padrão de vida da classe trabalhadora como uma medida para lograr a “paz social”, deve ser entendido, para além do conteúdo ideológico da “Carta da Paz Social”, no marco dos limites que caracterizam o processo de desenvolvimento capitalista na realidade brasileira. Enquanto os países capitalistas da Europa, estavam implementando o Estado do Bem Estar Social, como forma de conter o conflito entre as classes fundamentais, no Brasil a própria ausência de uma articulação mais orgânica do movimento operário “desobrigou” as classes dominantes de efetivarem medidas próximas daquelas adotadas nos países europeus.

O que os industriais propunham não era um Estado do Bem-Estar Social do tipo que estava sendo criado em países capitalistas mais desenvolvidos, mas antes uma espécie de *capitalismo de bem-estar*: a atuação direta do capital no fornecimento de produtos mais baratos e serviços sociais para combater a ‘pobreza’, assim como sua contribuição indireta para a melhoria das condições sociais por meio da produção industrial cada vez mais eficiente. Ao que parece eles esperavam, ou imaginavam, que tal compromisso iria mitigar o impacto da *carestia*, reforçar no movimento sindical seu conceito de elementos ‘responsáveis’ e criar um pacto entre trabalho e capital que haveria de restabelecer a ‘paz social’ dos primeiros anos de guerra, mas agora num contexto novo, democrático (*ibidem*, grifos nossos).

Importava assegurar ao capital as condições para a sua acumulação, reduzindo essa experiência ao *bem estar* da burguesia industrial. Em relação às classes trabalhadoras a política era *dirigir*, sempre que possível e *reprimir*, quando necessário.

A experiência de *Welfare State* vivida nos países europeus significou retirar da burguesia e colocar fundamentalmente nas mãos do Estado a reprodução da força de trabalho. No Brasil, a experiência foi inteiramente diferente. O Estado não assumiu o papel de garantidor da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, mesmo que com a intenção de diluir o conflito e manter altas, as taxas de lucro capitalista, como ocorreu na Europa, dado o avanço da luta de classes. Ao contrário, o governo Dutra, embora apareça no campo ideológico como um governo democrático, do ponto de vista político, foi extremamente conservador e economicamente operou a neutralização da ação estatal, conforme Draibe:

O período de 1946 a 1950 significou a paralisia da tendência centralizadora e a neutralização da ação intervencionista estatal no domínio do econômico, principalmente no que se refere às tarefas mais cruciais do avanço da industrialização.

[...] É opinião corrente que a desmobilização de vários órgãos do aparelho de Estado, após a queda de Vargas, teve como objetivo central suprimir aquelas instituições corporativas cuja natureza expressava de modo claro e direto o caráter ditatorial do antigo regime¹⁰². A única e importantíssima exceção teria sido a manutenção da legislação trabalhista e da estrutura sindical corporativa, que correspondiam aos desígnios das classes dominantes de permanente controle do operariado [...] Na análise da reestruturação do aparelho econômico estatal ocorrida após 1945 é possível constatar uma particularidade: foram objetos de extinção ou neutralização exatamente os órgãos potencialmente capazes de cumprir funções centralizadoras de coordenação e planejamento (1985, pp. 139-141).

A partir da contribuição de Draibe, exposta sinteticamente acima, é possível inferir que os contornos estreitos da decantada política pela “paz social”, que combinaria benefícios materiais com educação social, significou muito mais um recurso ideológico elaborado pelo grupo dos industriais para apresentarem a concepção que

¹⁰² Obviamente essa interpretação, verdadeira no geral, necessita mediações. Ela não dá conta de que, na prática, quase todas as medidas que visaram beneficiar o capital são mantidas como bem observa Draibe ao citar a “excepcionalidade” da manutenção da legislação trabalhista e sindical visto serem estas pedras fundamentais da política burguesa.

tinham de uma sociedade ideal, que o que era possível ser feito na sociedade real, dividida em classes.

A lógica da sociedade capitalista é a da acumulação da riqueza nas mãos dos grupos dominantes e não se coaduna com o discurso distributivista proclamado pela liderança industrial, exceto quando o que está em xeque é a própria manutenção do capital.

No caso brasileiro, por mais que a “ameaça comunista”¹⁰³, ou seja, os “perigosos regimes alienígenas, incompatíveis com os nossos anseios, com as nossas tradições e com os postulados essenciais da civilização cristã”, dizia Simonsen (*apud*, MICELI, 1992, p. 155), tenham demandado uma rearticulação das classes dominantes, o limite da organização das lutas operárias, à época, não obrigou-as a realizar políticas de real e extensiva distribuição material das riquezas concentradas em suas mãos. O que não quer dizer que não existia qualquer compromisso dos próprios industriais em assumir alguns dos princípios contidos na afamada “Carta da Paz Social”, estratégia fundamental para o período de agitações operárias, e necessária para a celebração da aliança capital-trabalho.

A política econômica do governo Dutra marcou o início de uma tendência que vai se intensificar nos anos seguintes, em especial depois do período que ficou conhecido na história como nacional-desenvolvimentismo (1930 – 1964), “seguindo uma política econômica de corte liberal, em relação ao comércio exterior, e ortodoxa em relação aos cortes do gasto público, ao crédito e ao congelamento dos salários”¹⁰⁴. Entretanto, “nas relações mais estruturais entre o Estado e a economia, não se procedeu a uma

¹⁰³ É interessante perceber que o termo aqui cunhado por Simonsen era uma ideologia amplamente divulgada no mundo capitalista. Sobre isso a ação do FBI e da CIA, entre outros, é mais do que sintomática.

¹⁰⁴ Segundo Sônia Draibe (1985, p. 172) o “desaparecimento” de Jesus Soares Pereira da máquina estatal, “um homem de notórias posições estatizantes, nacionalistas e intervencionistas [...] poderia ser um indicio ainda da supremacia clara dos novos intelectuais-funcionários de postura neoliberal”. Sobre o perfil de Jesus Soares Pereira, consultar LIMA, Medeiros. *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia – a Luta pela Emancipação (Um Depoimento de Jesus Soares sobre a Política de Vargas)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

reversão liberal [...] tal pretensão esbarraria nos limites sociais e políticos das forças dominantes” (DRAIBE, 1985, p. 140).

Mesmo com a timidez característica da política econômica do presidente Eurico Gaspar Dutra, os projetos e planos de seu governo, implementados durante o período que vai 1946 a 1950, “permitiram um avanço da diferenciação industrial e o amadurecimento de pré-requisitos infra-estruturais indispensáveis à industrialização pesada”, ausente em seus projetos”, e “voltada para o estabelecimento definitivo do capitalismo industrial no Brasil” (DRAIBE, 1985, p. 176).

Politicamente, a característica predominante do governo Dutra foi a repressão. Além de proibir as greves para setores definidos como “estratégicos”¹⁰⁵, através da lei federal nº 9070, o presidente Dutra proibiu também quaisquer manifestações e concentrações operárias de grupos independentes no Primeiro de Maio, em seu primeiro ano de governo. “A presença da polícia no Rio e em São Paulo no primeiro de maio causava uma tal impressão que *O Estado de S. Paulo* falou de um “estado de sítio branco””, imagem reforçada no final daquele mês “quando a polícia do Rio abriu fogo contra uma concentração do Partido Comunista, ferindo vários operários” (WEINSTEIN, 2000, pp. 164-165).

Octacílio Negrão de Lima, primeiro ministro do Trabalho do governo Dutra “articulou a tomada dos sindicatos dos metalúrgicos pelos *ministerialistas*”¹⁰⁶ (*idem*, p. 164), mostrando sua inclinação ao combate às lideranças sindicais que tivessem uma posição mais independente da política governista.

¹⁰⁵ Esta tese é compartilhada por todos os governos que se seguem e ganha evidência na chamada reforma sindical do governo Luiz Inácio da Silva onde, a pretexto de regulamentar a greve, esta se tornará praticamente impossível.

¹⁰⁶ Weinstein chama atenção para o modo eufemístico de tratar os *pelegos*, o que em certa medida pode ser entendido, uma vez que “os líderes operários independentes consideravam os apelos de Morvan pela paz social e colaboração entre as classes como irônicos, na melhor das hipóteses, os jornais esquerdistas afirmavam ser Morvan o ‘responsável pela carestia’ e apelidavam-no de ‘ministro-tubarão’, pelo fato de pertencer à burguesia industrial” (*idem*, p. 166).

A burguesia industrial tinha um papel ativo no recrudescimento da repressão no governo Dutra, “por exemplo, 1946, os dirigentes da FIESP instaram o governo federal a que declarassem estado de emergência se as negociações não conseguissem conter a mais recente onda de greves” (*idem*, p. 165).

A estreita relação entre a burguesia industrial e a burocracia estatal, dada a confluência do programa político dominante, era determinante na formulação das políticas governamentais. Roberto Simonsen, eleito senador em 1947, passou a ser “o principal porta-voz dos industriais no Congresso” e a trabalhar “incessantemente pelo planejamento econômico e pela proteção à indústria e contra a existência de um Partido Comunista legalizado” (*ibidem*). Em discurso pronunciado na sessão do Senado de 2 de junho de 1947, ele contestou:

Na verdade, Sr. Presidente, admitir o Partido Comunista no Brasil, gozando de tôdas as prerrogativas asseguradas pela nossa Constituição – quando êle usava dessas prerrogativas para dissolver, por processos inconfessáveis, as nossas instituições, exacerbar antigas tentativas de conflito entre a liberdade e a justiça, acentuar a separação de classes, extremando-as, e forçar o divórcio entre a liberdade e a segurança individual, problemas êsses que nós outros, os verdadeiros democratas, procuramos pela prática da justiça – é concorrer para o destino suicida da nossa democracia (grifos nossos).

A nomeação de Morvan Dias de Figueiredo, um dos fundadores do SESI e dirigente por um longo tempo da FIESP, ao cargo de chefia do Ministério do Trabalho foi a alternativa encontrada para resolver o problema. Considerado como o “ministro da paz social” seu perfil, pessoal e político, se coadunava facilmente com a “nova política” adotada pelas classes dominantes (WEINSTEIN, 2000, P.165).

Os industriais paulistas imediatamente conferiram a Morvan o título de ‘ministro da paz social’. Biografias sumárias do novo ministro do Trabalho publicadas pela FIESP e pelo SESI chamavam a atenção para as suas modestas origens, observando que o pernambucano Morvan trabalhou por muitos anos como vendedor, primeiro em Belo Horizonte, depois em Santos. Nessa cidade, afirmavam as biografias, Morvan ajudara a organizar os vendedores para criar as suas primeiras cooperativas de alimentos e associações esportivas, o que fazia dele um autêntico ‘líder sindical’. Essa experiência (era o que estava explícito) continuou a influenciá-lo décadas depois, quando ele fundou, com seu irmão Nadir, uma empresa industrial que em 1940 tinha 3 mil empregados

e que lhe inspirou um profundo compromisso com a paz social (*idem*, p. 166, grifos nossos).

Aqui fica claro o conteúdo atribuído à “paz social” pelas lideranças industriais fortemente articuladas ao aparato de Estado. A necessidade de se criar a aparência de uma identidade entre patrão e operário que esteja “acima” do antagonismo classista é vital para gestão institucional dos conflitos. O “êxito” da política da “paz social”, avaliado no último ano da gestão do governo Dutra por um sindicato, indica seus limites:

Durante o último ano da gestão de Dutra, o jornal dos gráficos lamentou a situação do movimento operário brasileiro, observando que ‘Uma grande maioria das organizações operárias [são] acorrentadas ao pelourinho do Ministério do Trabalho’, e afirmava que a grande prioridade do operariado ‘é a de libertar o nosso Sindicato, reconquistar a autonomia sindical que nos foi arrebatada pelas garras do ex-ministro do Trabalho, o tubarão Morvan Dias de Figueiredo’. A política antioperária de Morvan era tão flagrante que mesmo os líderes sindicais *pelegos* devem ter suspirado aliviados em outubro de 1948, quando ele anunciou que, por motivos de saúde, renunciava ao cargo (*idem*, pp. 166-167).

Em meio ao governo Dutra, repressor politicamente e economicamente restritivo, as medidas adotadas pela burguesia industrial por intermédio do SESI obtiveram “vitória”¹⁰⁷. Além de silenciar o movimento dos trabalhadores pela repressão aberta, contendo o conflito, silenciaram também através das incipientes políticas ditas distributivistas. Com as condições de vida cada vez mais precárias, as políticas de combate à carestia e de assistência médica e alimentar, foram pouco a pouco, sendo vistas pelas lideranças sindicais como uma evidência da desnecessidade do embate classista (*idem*, p. 168).

O aumento da abertura de postos de abastecimento para a venda de alimentos a preços populares, dada a *carestia*, um dos principais problemas e que envolvia setores cada vez mais amplos da sociedade; a abertura de postos de atendimento médico, mesmo sem a garantia da gratuidade total dos serviços, essas medidas foram muito bem recebidas, considerando o escasso atendimento do setor de saúde pública

¹⁰⁷

Do ponto de vista do domínio e não da hegemonia.

destinados às classes subalternas; as cozinhas distritais¹⁰⁸, que forneciam refeições “quentes” a “preços baixos”, ou seja, com a combinação de *assistência* e *educação*, a burguesia capitulou parte considerável do movimento dos trabalhadores, garantindo deste modo a famigerada *paz social* para as classes dominantes, ao custo do *silêncio* das classes subalternas.

A necessidade de *reconquistar a autonomia sindical* é imprescindível para o avanço da construção da hegemonia proletária. Implica, conforme Gramsci¹⁰⁹ *distinguir-se, diferenciar-se* das classes dominantes.

Dias (2000, p. 106) afirma que as classes dominantes vêem a questão da política nacional a partir de uma disjuntiva: “ou agitação antioperária, ou aberta pregação ao colaboracionismo de classe, como querem os setores mais avançados da burguesia”. O *colaboracionismo* entre as classes fundamentais, necessariamente antagônicas, é condição necessária para tentar uma “saída” burguesa para a crise, além de conduzir “ao marasmo, à permanente desordem, ao pulular decomposto e atroz de todas as paixões” (GRAMSCI *apud* DIAS, 2000, p. 131).

Nesse sentido, a vanguarda da burguesia industrial, ao sugerir através da “Carta da Paz Social”, a cara parceria com os sindicatos, revelava o quanto era essencial desarticular o movimento operário, não obstante os limites de suas forças, dada a própria incipiente experiência histórica de luta no país. Ainda assim, “Simonsen considerava a ameaça comunista como especialmente forte no Brasil” e atribuía essa força, “ao baixo padrão de vida e ao baixo nível cultural dos operários, que os tornavam receptivos aos encantos de ideologias extremistas” (WEINSTEIN, 2000, p. 164).

O SESI e o SENAI foram em nível institucional, às respostas aos problemas sociais e políticos identificados pelos representantes do capital industrial. Embora o pacto capital-trabalho fosse imprescindível à “saída” burguesa para a crise, Roberto

¹⁰⁸ Ver, no Anexo, as fotos 9 e 10.

¹⁰⁹ Cf. *Socialismo e cultura*, in: *Escritos Políticos*, v. 1, p. 60, 2004.

Simonsen no desenrolar de seu discurso, já citado (*apud* MICELI, 1992, p. 155) apontou como companheiros de armas “o governo Dutra, as forças armadas e a Igreja Católica” (WEINSTEIN, 2000, p. 164).

Não obstante todo discurso ideológico, nem sempre possível é ocultar as reais intenções, como no caso do discurso acima, em que Simonsen diz claramente quem são, de fato, os seus companheiros, importava manter a “paz”¹¹⁰ necessária à acumulação capitalista.

Outro aspecto que aparece, permanentemente, no discurso dos líderes industriais, é o apelo religioso. A invocação a uma prática religiosa – cristã - está ligada à necessidade de promover a *modelação* do espírito humano (MICELI, 1992, p. 156).

A atuação do SESI no plano *ético-educacional* não pode ser vista como inócua, uma vez que opera no sentido de construir uma *nova ética coletiva*. Segundo Gramsci (*apud* TUDE DE SOUSA, 1991, p. 52), o *industrialismo* utiliza os mais diversos métodos com o objetivo de obter a *disciplina* frente às novas necessidades demandadas pela produção e pela vida.

“Os novos métodos de trabalho são indissolavelmente ligados à um certo modo de vida, à certa maneira de pensar e de sentir a vida”. Nesse sentido, “não se pode obter sucesso dentro de um desses domínios sem que se obtenha resultados tangíveis no outro” (*ibidem*). Para além da compreensão de que o discurso dominante de apelo religioso é de cunho puramente moralista, desprovido de qualquer conteúdo que esteja de algum modo relacionado a *ideologia industrialista*, importa compreender que ela serve para atuar capilarmente em todas as esferas da vida humana.

A revista *Educador Social*, publicada mensalmente pelo SESI foi, segundo Weinstein (2000, p. 250) muito útil neste sentido. Um exemplo pode ser dado através

¹¹⁰ A paz dos cemitérios! Como disse ironicamente Leôncio Basbaum em seu livro, *A História Sincera da República*, São Paulo, Alfa-Omega, volume 2, p. 115, 1975-76.

de um longo artigo escrito por um jesuíta, o padre Soder, em que ele enumera os “direitos e deveres dos operários”.

Segundo o padre Soder, entre os deveres dos operários estavam o ‘respeito e obediência a todas as disposições justas dos patrões’ e a obrigação de ‘mostrar-se refratário a insinuações e doutrinas subversivas tendentes a destruir as relações amistosas e fraternas entre empregados e empregadores’. Entre os direitos dos operários, estava o acesso aos ‘frutos do seu trabalho’, na forma de salário que lhe permitisse uma ‘existência digna’. Mas alguns direitos vinham acompanhados da prescrição de um comportamento adequado: o padre considerava o ‘repouso do domingo’ como necessário uma vez que ‘permite ao operário cumprir com seus deveres religiosos, e passar um dia por semana em alegre convívio com a família’ (*idem*, pp. 250-251, grifos da autora).

Outro conteúdo que aparecia com freqüência na revista *Educador Social* era a exaltação da cultura da classe média norte-americana. Aqui também o sentido é claro: fomentar uma das idéias mais caras à ideologia liberal.

Uma versão idealizada da cultura da classe média americana – cultura dada como acessível até aos trabalhadores, desde que se esforçassem – servia de base às reais atividades recreativas, educacionais. Mesmo as suas comemorações patrióticas eram praticamente idênticas às comemorações das datas correspondentes nos Estados Unidos. [...] Sem dúvida, é um exagero imaginar que a atuação do SESI provocasse uma rejeição geral da cultura popular brasileira, mas com certeza a organização tinha um papel importante na disseminação de imagens comerciais e culturais dos Estados Unidos (*idem*, pp. 272-273).

A imprensa burguesa é um importante instrumento de divulgação da concepção de mundo aclimatada aos interesses das classes dominantes. Ter clareza do caráter classista da imprensa é fundamental no processo de luta pela construção de um projeto hegemônico, que se contraponha aos interesses dominantes. De acordo com Gramsci o trabalhador deve, portanto:

negar sistematicamente qualquer solidariedade com o jornal burguês. Deveria recordar-se sempre (...) que o jornal burguês (qualquer que seja a sua linha) é um instrumento de luta movido por idéias e sentimentos em contraposição com os seus. Tudo o que se publica é conscientemente

influenciado por uma idéia: servir à classe dominante; que se traduz inelutavelmente em um fato: combater a classe trabalhadora.¹¹¹

*Ao lado deste aparelho de supremacia física e econômica, existe um aparelho de supremacia espiritual: é a imprensa (jornal e revistas).*¹¹²

Nesse sentido, a imprensa em geral não é simplesmente um instrumento de dominação, mas é uma importante *artilharia burguesa* na investida pela construção de sua hegemonia classista. A organicidade dessa investida do SESI, pode ser comprovada também através da publicação mensal, destinada aos filhos da classe operária, a revista *Sesinho*, “uma das primeiras publicações regulares brasileiras destinadas exclusivamente ao público infantil” (WEINSTEIN, 2000, p. 272).

A difusão das idéias da *racionalização* também era realizada através de publicações de empresas privadas. A revista *Síntese*, publicada a partir de 1948, pelas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, continha “uma linguagem que repetia, palavra por palavra, idéias encontradas nos relatórios e periódicos do IDORT e do SENAI” (*idem*, p. 160).

Weinstein menciona que a revista publicava freqüentemente artigos sobre o *taylorismo* e a *standardização*, fazendo elogios à administração científica e convidando os leitores à adoção desses métodos tão úteis para a produção. Em um artigo citado por ela, cujo título é “Mentalidade Industrial e Educação”, a empresa “discutia a utilidade da educação ‘moral’ para estimular os operários a valorizar a sua função e sentir satisfação no trabalho”¹¹³. A educação “moral”, segundo o artigo, era recomendada na formação de crianças que “desejassem” ingressar no trabalho

¹¹¹ GRAMSCI, A. *I giornali e gli operai*, A, 26-12-1916, CT, p. 661, *apud* Dias (2000, p. 71, grifos do autor). Segundo ele, “este artigo é dado, na edição dos *Scritti Giovanilli*, como sendo da autoria de Gramsci. Contudo, Sergio Caprioglio, na edição crítica (*Cronache Torinesi*), cita-o como sendo de autoria duvidosa. Nós o usaremos, apesar da restrição de Caprioglio, dado que a temática é tipicamente gramsciana”.

¹¹² GRAMSCI, A. *Una lezione agli operai*, A, 8-12-1919, L'ON, p. 359, *apud* Dias (2000, p. 159, grifos do autor).

¹¹³ Gramsci chama a atenção para o fato de os industriais norte-americanos perceberem com clareza que os trabalhadores fordizado, que o “gorila amestrado”, “continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidades de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado [...] e não só pensa [...] como pode levá-lo a um

industrial, considerando que elas poderiam ser corrompidas “nos anos de ócio (isto é, o *hiato nocivo*)”¹¹⁴. Esse *hiato*, diz respeito, ao suposto tempo – dois ou três anos – que o filho do operário “vagava” entre o término do curso primário e o início do trabalho fabril. Não obstante a reveladora preocupação das duas instituições complementares – SENAI e SESI – em ocupar o “hiato” com algo que fosse produtivo para o capital, Weinstein (*idem*, p. 270) afirma que é possível que esse “problema social” tão destacado, fosse “puramente imaginário”, uma vez que “muitos jovens da classe operária, embora não registrados legalmente, já eram assalariados bem antes dos catorze anos, e alguns que trabalhavam com pessoas da própria família eram autorizados a fazê-lo a partir dos doze anos”.

Além dos cursos vocacionais, outra medida para solucionar o problema era o freqüente estímulo à participação em programas que enfatizavam a autodisciplina e a obediência à autoridade, do tipo escotismo. Conforme as intuições formativas, esse era “um problema específico dos rapazes da classe operária, uma vez que as moças tendiam a ocupar-se das tarefas domésticas até atingirem a idade em que podiam trabalhar”, bem como essa não era uma preocupação com os rapazes das classes médias mais altas que em geral davam continuidade aos seus estudos. O artigo concluía que essas crianças deviam ser enviadas “logo que terminarem o curso primário, a uma escola vocacional, onde aprenderiam a amar o trabalho e a trabalhar com perfeição” (*idem*, p. 161).

A preocupação com a racionalização *além da fábrica* atingia também as atividades recreativas que deveriam ser “adequadas para os períodos de lazer dos operários” (*idem*, p. 258). O SESI avaliava que os operários lamentavelmente não sabiam recrear e que era necessário ensiná-los “a divertir-se e, divertindo-o, contribuir para a formação de um espírito social”.

curso de pensamentos pouco conformistas”, daí a presença nas obras de Ford e de Philip “de toda uma série de cautelas e iniciativas ‘educacionais’” (Cadernos do cárcere, v. 4, p. 272).

¹¹⁴ Ver, no Anexo, a foto 6.

Com o intuito de fomentar divertimentos apropriados e afastar a população operária das distrações na “venda da esquina”, o SESI promovia atividades como os Jogos Operários do Dia do Trabalho, sessões de cinema - com filmes cuidadosamente selecionados - como também promovia eventos de confraternização entre os operários e entre eles e os patrões. Segundo a autora “o ponto alto desses eventos era a mensagem anual do presidente da FIESP aos operários paulistas e a coroação de uma jovem da classe operária como ‘Rainha dos Operários’” (*ibidem*).

Para responder a esta necessidade do capital em oferecer uma *recreação racional*, a instituição chegou mesmo a criar os “clubes operários” que eram um “espaço para passatempos sadios, como jogos de dominó, xadrez e damas, além de instalações para encontros sociais” tudo orientado “no sentido da democracia cristã” e objetivando criar “no ambiente de trabalho e fora dele, um clima de companheirismo e amizade e de boas relações com a direção da empresa” (*idem*, p. 259).

Outro elemento de grande importância para o SESI era a formação da esposa e mãe pertencente à classe trabalhadora. A atenção dispensada à dona-de-casa pode ser dimensionada a partir da fala do então presidente da FIESP Antônio Devisate (*apud*, WEINSTEIN, 2000, p. 262), segundo o qual os cursos deveriam ensinar a melhor racionalizar os lares e o orçamento da casa, organizando e evitando desperdícios, de modo que conseguissem “fazer com que o salário do marido rendesse o mais possível”.

Esta preocupação estava associada à ênfase que o SESI dava à questão dos laços familiares. Segundo Devisate (*idem*, p. 264, grifos nossos), “a ‘ignorância’ sobre as tarefas domésticas da parte das mulheres da classe operária era um dos maiores motivos de desentendimentos conjugais” e que “90% dos casos de separação apresentados ao serviço de assistência jurídica do SESI tinham origem nessa incompetência doméstica”, nesse sentido, “a dona-de-casa competente podia não apenas propiciar um lar confortável e uma dieta equilibrada à sua família, mas também salvar seu casamento”.

Para atender a esta necessidade, foi criado, no início da década de 1950, os CAD's – Centros de Aprendizado Domésticos¹¹⁵ – que “ofereciam três tipos diferentes de cursos de culinária, assim como aula de puericultura, economia doméstica, higiene doméstica e preparação para o casamento”. Além dos cursos destinados às mulheres e mães da classe operária, os CAD's ofereciam também cursos de preparação para o casamento às meninas de nove a doze anos desta classe, *as futuras mãezinhas* (WEINSTEIN, 2000, pp. 262-263).

Os cursos e publicações do SESI também recomendavam às jovens que fossem 'modestas, simples e meigas', afirmando que os homens podiam até sair com mulheres atiradas, namoradeiras e excessivamente maquiadas, mas que escolhiam moças mais recatadas para casar. 'Dona Nicota', a conselheira fictícia da revista *Dona de Casa*, recomendava às jovens que evitassem qualquer tipo de atividade sexual antes do casamento [...] a questão da moral mais adequada se tornava ainda mais evidente na discussão de questões de saúde [...] a estreita associação de higiene e moralidade pode ser mais bem entendida considerando-se a grande atenção que o SESI dispensava ao problema da sífilis [...] o primeiro número da *SESI-Higiene*, por exemplo trazia dois artigos diferentes sobre o assunto, um dos quais alertava os leitores de que poderiam contrair a doença com um simples beijo (*idem*, pp. 265-266).

A investida do SESI em formar a *mulher* adequada – leia-se subalterna - às necessidades do capital contava ainda com o reforço das organizações católicas. Em artigo intitulado “Crime e Castigo”, publicado pela revista *SESI-Higiene* nos primeiros anos da década de 1950, a instituição “condenava veementemente o suposto aumento dos casos de aborto provocado”, afirmando que “o alto custo de vida estava levando as mulheres a cometerem 'verdadeiros assassinatos'” (*idem*, p. 267), evidenciando a estreita convergência com o moralismo cristão.

¹¹⁵ Segundo a autora, já em 1954, “o órgão tinha criado vinte e cinco centros desse tipo em todo o Estado”, o que demonstra a importância que atribuía às ações de caráter ético-educacional. Além dos cursos e como atividade complementar dos centros, o SESI ainda passou a publicar duas revistas mensais destinadas às mulheres e mães de trabalhadores: *Dona de Casa* e *SESI-Higiene* (WEINSTEIN, 2000, p. 262).

Era também delegada à futura esposa a responsabilidade de reconhecer num provável marido, os sintomas do vício causado pelo consumo do álcool, que segundo a revista *SESI-Higiene* “destrói a felicidade do lar, degenera a raça e perturba a tranquilidade social”. “Ainda que reconhecesse no abuso do álcool um desvio tipicamente masculino”, era tarefa da mulher “[...] criar um ambiente doméstico que levasse a uma vida sadia” (*ibidem*).

Quanto à violência doméstica, que segundo a autora, também era considerada *culpa da mulher da classe operária*, a revista *SESI-Higiene* em uma única referência (indireta) “observou as constantes manchetes nos jornais sobre assassinatos e suicídios, atribuindo a culpa às vítimas, que ‘ignoram a grande responsabilidade que é o casamento’” (*ibidem*).

Nesse sentido, cabia à mulher da classe trabalhadora o portento de fazer “esticar a renda familiar, dar luz às crianças saudáveis, criar um ambiente familiar sadio, combater a disseminação da sífilis, respeitar as recomendações dos especialistas e evitar circunstâncias que pudessem levar à violência” (*idem*, pp. 267-268). Em suma, conforme Weinstein,

O SESI, bem ao seu estilo, celebrava o papel presente e futuro da mulher como esposa e mãe, ao mesmo tempo em que depreciava seu status como membro da classe operária. Também na esfera doméstica, os brasileiros da classe operária eram considerados incompetentes, ignorantes e sem higiene. Esperava-se que a nova dona-de-casa preparada pelo SESI eliminasse essas deficiências. Seus objetivos eram manter uma boa aparência, esticar o orçamento, decorar a casa e organizar o ambiente doméstico de forma a aproximá-lo, tanto quanto possível, do lar ideal da classe média... objetivos que com certeza causavam frustração a muitas mulheres formadas pelos centros. Um artigo recomendando às mulheres que encerrassem o soalho uma vez por semana deve ter parecido irônico, na melhor das hipóteses, às mulheres que viviam em moradias improvisadas, com pisos ‘naturais’. Mas as equipes do SESI mostravam-se muito satisfeitas com a notável transformação operada pelos CAD’s. como observou uma educadora social, numa cerimônia de formatura: ‘veja como essas moças, com raríssimas exceções, já estão desembaraçadas e levantam com orgulho

as suas cabeças. *Elas nem parecem operárias'* (*idem*, pp. 269-270, grifos da autora)¹¹⁶.

A política implementada conjuntamente pelo SENAI e pelo SESI visava, entre outras coisas, redefinir o conteúdo da identidade das classes subalternas, fazendo com que os seus membros se orgulhassem de serem trabalhadores, mesmo que para isso negasse brutalmente, conforme a observação da educadora social citada acima. A redefinição do conteúdo da identidade das classes subalternas se fez mediante a aproximação – ideológica, evidentemente, e à medida que as limitações materiais permitiam - da cultura, do modo de viver da classe média. Essa estratégia tinha um duplo papel: criava a ilusão de uma ascensão social e freava a necessidade de um enfrentamento.

As dimensões dadas à necessária *reforma intelectual e moral*¹¹⁷ são as mais amplas. Ela também atua como investida no processo de construção hegemônico, não como mera imposição de uma concepção de mundo. Fomenta um modo de pensar, sentir e agir próprios.

A necessidade que tem o capital de que o trabalhador execute um tipo de trabalho peculiar às suas “novas” demandas - que exige um desgaste físico inaudito - coloca como prioridade ao capital a educação do trabalhador. Educação esta que “ocorre no seio do processo produtivo e no conjunto das relações sociais mais amplas” (KUENZER, 1995, p. 77) e que é a base da *reforma intelectual e moral* desenvolvida pelo capital, na vida individual e coletiva, objetivando organizar o rendimento máximo do aparato produtivo.

O projeto SENAI-SESI - como os órgãos mais importantes da burguesia industrial no fomento da pedagogia do industrialismo, baseada na concepção do modo

¹¹⁶ Ver, no Anexo, a foto 5. Não se trata apenas de preconceito, mas de exemplificação clara de que o cidadão é exatamente aquele que supera a vida cotidiana do trabalho. Afinal, a tradição burguesa sempre falou das limitações dos “dependentes”, dos “assalariados”, enfim, dos sem propriedade.

¹¹⁷ Roberto Mange considera que o maior obstáculo ao pleno sucesso do SENAI era o “baixo nível moral e cultural” dos trabalhadores brasileiros (WEINSTEIN, 2000, p. 248). Daí o caráter de urgente complementação do SESI.

de produzir e viver capitalista - atuou nas diversas dimensões na vida do trabalhador, mesmo aquelas consideradas insuspeitas.

Conforme Kuenzer (*idem*, p. 59), ao mesmo tempo em que “são acionados mecanismos de pressão externa ao trabalhador que objetivam o seu disciplinamento através da força e da persuasão”, com o propósito de levar o trabalhador a incorporar um determinado modo de conceber o mundo, conduzindo-o a uma determinada ética do trabalho que privilegie os hábitos de “ordem, exatidão, submissão, assiduidade, pontualidade, cuidados com o corpo, com a segurança no trabalho, com os instrumentos, com o ritmo, com a qualidade e assim por diante”, a racionalização do processo produtivo exige também

[...] uma nova moral social e sexual, aliada a um reforçamento da família monogâmica, a padrões de vida ascética, que torne possível o disciplinamento da vida social, dos vícios e dos instintos sexuais, para garantir que as energias não sejam desperdiçadas em outras atividades que não sejam as relativas ao processo produtivo (*ibidem*).

A avaliação que fez o líder industrial Roberto Mange acerca da família dos aprendizes da “paz social”, era de que eles “encontravam pouco estímulo [...] para melhorar a sua cultura geral e elevar seu conceito cívico e moral”, é indicativa da importância que ele atribuía a inserção da lógica racionalizadora nos lares.

O reforço aos laços familiares, monogâmicos, era um traço marcante na pedagogia da “paz social”¹¹⁸. Para além de simples moralismo, a veiculação da *ideologia racionalizadora* era condição para que o trabalhador suportasse o trabalho exaustivo a que era submetido. Gramsci, ao analisar como esse fenômeno ocorreu no início do século XX, fez as seguintes considerações:

¹¹⁸ Não podemos esquecer que esse é um traço característico do fordismo e fundamenta a necessidade da socialização demandada pelo trabalho capitalista. Fala-se, muito descuidadamente, de *american way of life*, como se isso fosse mera propaganda quando, na realidade, isto é a base da reestruturação capitalista. Gramsci chama a atenção para o *byt – modo de vida* -, e as reflexões de Trotski sobre o assunto. Lembremos que isto era uma *necessidade* para a constituição da classe operária pós-revolução de 1917.

As iniciativas ‘puritanas’ têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção. Este novo equilíbrio não pode ser senão puramente exterior e mecânico, mas poderá se tornar interno se ele for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, com uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais. O industrial americano *se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular-nervosa: é seu interesse ter um operariado estável, um complexo confiável permanentemente*, porque mesmo o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina *que não deve ser freqüentemente desmontada e renovada nas suas partes individuais sem perdas ingentes* (Cadernos do cárcere, v. 4, p. 267, grifos nossos).

A idéia era poupar as energias – para serem consumidas no processo produtivo capitalista, evidentemente - que uma vida “desregrada” poderia levar. A análise atenta feita por Gramsci permitiu-lhe chamar atenção para o fato de que a aparência de “puritanismo” assumida pelo interesse sobre as relações sexuais (no caso sobre a ênfase à monogamia), não deveria levar a avaliações equivocadas, uma vez que “a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado” (*idem*, p. 252).

Não obstante o projeto político-pedagógico dos industriais, com grau de sofisticação pioneiro no Brasil, devido ao uso de instrumentos de produção de consenso, é necessário ter sempre em vista o constante uso da repressão como forma política nos enfrentamentos político-ideológicos entre as classes. Com o fim do governo de Eurico Gaspar Dutra e o retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, esta característica marcante em toda a história brasileira, se manteve.

O discurso de “valorização” do trabalhador, de caráter marcadamente populista, contraditava com a concepção dos dirigentes governistas, bem como da liderança industrial, que viam o *operário como um problema*.

Embora Getúlio Vargas tenha sido visto pelas lideranças industriais como pouco eficiente “na repressão aos operários rebeldes”, quando comparado ao seu

predecessor, reconheciam-no como um líder governamental que sempre procurou estabelecer a cooperação entre as classes sociais e nunca acirrar a luta entre elas (WEINSTEIN, 2000, p. 305).

A necessária cooperação entre as classes deveria ser conseguida, mesmo que para isso fizessem uso da *repressão*. Nem os líderes industriais, nem os governistas descartavam o uso da força, como forma de conter o conflito. Se no discurso preconizavam a “paz social”, nos conflitos, tal “paz” poderia ser “alcançada” mediante intervenção da polícia. Eduardo Gabriel Saad, diretor da Divisão de Orientação Social do SESI, afirmou:

que os programas educacionais do SESI tinham, a longo prazo, o objetivo de combater o problema da influência comunista no movimento sindical. Enquanto essa estratégia não começasse a dar frutos, as medidas repressivas continuariam sendo necessárias como uma estratégia temporária contra os comunistas; daí sua constante troca de informações com a polícia política (*idem*, p. 316).

Em discurso pronunciado por ocasião do Primeiro de maio de 1951, Getúlio Vargas (1975, p. 23), afirmou:

As classes produtoras, que realmente contribuem para a grandeza e prosperidade nacional, o comerciante honesto, o industrial operoso e eqüitativo, o agricultor que fecunda a terra, estes não tem razão para temores, nem para inquietações descabidas. Jamais devem recear a força do povo os que trabalham com o povo e para o povo.

[...] Percam a ilusão os que pretendem separar-me do povo, ou separá-lo de mim.

Trabalhadores do Brasil ! Juntos estamos e juntos estaremos sempre, na alegria e no sofrimento, nos dias de festa, como o de hoje, e nas horas de dor e sacrificio. E juntos haveremos de reconstruir um Brasil melhor, onde haja mais segurança econômica, mais justiça social, melhores padrões de vida e um clima novo de prosperidade e bem-estar para este bom e generoso povo brasileiro.

O discurso do então presidente é bastante revelador do caráter limitado em que se pode obter o estreitamento da relação capital–trabalho. Essa fala presidencial apaga as contradições interclassistas. A reconstrução de “um Brasil melhor, onde haja mais segurança econômica, mais justiça social, melhores padrões de vida e um clima novo de prosperidade e bem-estar” depende da classe trabalhadora, que deve submeter-se

às “horas de dor e sacrifício” para alcançá-la, embora o reconhecimento seja dirigido às “classes produtoras” (o comerciante honesto, o industrial operoso e eqüitativo, o agricultor que fecunda a terra), que não devem “recear a força do povo”, uma vez que este - no ideário propugnado – deve estar sob o controle do capital. Controle obtido pela via do *consenso*, quando *possível*, mas garantido, quando *necessário*, pela via da *repressão*.

A aliança entre o Estado, a burguesia industrial e os trabalhadores tem contornos limitados na realidade concreta. O atendimento feito por Vargas às demandas da burguesia industrial, segundo a qual “cabe ao Estado... criar as vantagens indispensáveis para encaminhar a iniciativa privada” (SIMONSEN *apud* WEINSTEIN, 2000, p. 309) não corresponde aos interesses de um operariado consciente de seu projeto classista. Com clareza cristalina de seu projeto classista, Gino Olivetti, “o grande organizador dos industriais italianos na passagem do séc XIX para o século XX, definiu esse embate de forma absolutamente precisa” ao afirmar: “na fábrica não pode haver dois poderes” (DIAS, 2005, texto não publicado e cedido pelo autor).

Embora o industrialista italiano tenha se referido ao interior da fábrica, sua afirmativa é bastante reveladora para entender que o embate classista extrapola o núcleo fabril, e marca o conjunto da sociedade. Apesar do caráter antagônico entre os projetos de classe, o populismo teve muito êxito no processo de tentativa de diluição temporária do embate entre as classes fundamentais. A própria liderança industrial ligada à FIESP via no governo Vargas “excelentes oportunidades de fomentar o seu projeto de paz social e aumento da produtividade” (WEINSTEIN, 2000, p. 305).

A organização do movimento sindical atrelada ao governo é constantemente atualizada na cena política brasileira, chegando, no período em estudo, a ser publicado pelo SESI, o Guia dos Dirigentes Sindicais (*idem*, p. 314)¹¹⁹.

¹¹⁹ A preparação pelo SESI de um “Guia” para “orientar” o seu antagonista é uma clara afirmação do poder capitalista.

O SESI especificou o que esperava de um bom dirigente sindical num texto publicado em 1953, *O Guia dos Dirigentes Sindicais*, e complementou esse panfleto com freqüentes palavras de advertência em *Educador Social*. O guia de 1953 seguiu bem de perto o texto dos regulamentos dos sindicatos, conforme tinham sido estabelecidos no Estado Novo, ao mesmo tempo em que destacava os pontos que o SESI considerava mais relevantes no contexto político da época. Por exemplo, na seção intitulada 'Condições para o Funcionamento do Sindicato', o guia citava o artigo 521 da CLT, que proibia a propaganda em favor de 'doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da nação' [...] o sindicato também podia desempenhar um papel político limitado educando seus membros para a 'legítima democracia', inspirada nos princípios cristãos [deveria] suprimir a causa da luta de classes e alimentá-la. [...] Em sua discussão dos 'deveres' do sindicato, o guia adotava a linha tradicional do Estado Novo, citando a obrigação do sindicato de 'colaborar com as autoridades públicas para o desenvolvimento da solidariedade social', e declarando que os objetivos do sindicato e do Estado eram idênticos: a justiça e a paz social (grifos da autora).

Também o aumento da produtividade que marcou este período final de adoção do modelo nacional-desenvolvimentista contava com a satisfação da burguesia industrial, uma vez era possível concentrar em suas mãos os lucros capitalistas. Segundo Bryan (1983, p. 170) foi justamente nesses anos de maior crescimento econômico, que os salários diminuíram, fato que, na realidade, é uma constante no capitalismo praticado no Brasil.

As políticas desenvolvidas pelo SENAI do início da década 1950 até o início da década de 1960 - período que marca, em menor ou maior grau a adoção do modelo nacional-desenvolvimentista - refletiram uma mudança que foi demandada pela "rápida expansão da indústria metalúrgica em São Paulo e [pela] maciça afluência de empresas multinacionais na gestão de Juscelino Kubitschek" (*idem*, p. 275), entre outros.

A mudança que atravessou o SENAI e o SESI está relacionada também com a crise financeira que essas instituições enfrentaram. Entre de 1957 e 1962, conforme Bryan (*idem*, p. 172) o SENAI aumentou significativamente as "matrículas em empresas".

A partir do decreto-lei nº 31.546, as matrículas nas empresas aumentaram, pois este estendeu legalmente ao local de trabalho o regime de aprendizagem, abrindo a possibilidade às indústrias de manter 'aprendizes' em suas próprias oficinas percebendo a metade do salário mínimo estabelecido por lei, dando ao capital um meio legal de superexplorar a força de trabalho (*idem*, p. 173).

Aqui mais uma vez vem a tona o debate sobre o tipo de formação que deve ser oferecida pelo SENAI. Enquanto Roberto Mange, Gustavo Capanema e outros se opunham a qualquer orientação no sentido dar treinamento dentro da própria indústria retirando a formação das escolas, os líderes industriais que estavam em torno da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial – CBAI, defendiam a aprendizagem dentro da indústria, com nítido viés pragmatista.

Além da própria crise fiscal experimentada pela instituição a partir de 1956, o declínio da saúde de Roberto Mange, que enfraqueceu em grande medida a oposição a este viés, também o relativo controle obtido sobre o movimento sindical, "levaram a redefinição da orientação do SENAI, mostrando-se mais receptivos a inovações de baixo custo" (WEINSTEIN, 2000, p. 280).

O treinamento dentro da indústria barateava os custos uma vez que o argumento utilizado era de que seria necessário diminuir os salários, considerando que os trabalhadores estavam tendo sua formação dentro da empresa. Também aumentou fortemente a exploração do trabalho infantil¹²⁰, mantendo os "aprendizes" dentro da fábrica e colocando-os a serviço da acumulação do lucro capitalista. Esse estado de coisas rendeu à burguesia industrial alguns problemas judiciais, motivados pelos sindicatos independentes politicamente.

De acordo com Bryan alicerçado no discurso da burguesia industrial (1983, p. 177), o escândalo causado com esta situação obrigou a própria burocracia do SENAI a reivindicar uma alteração do quadro, com o intuito,

¹²⁰ Newton Bryan esclarece que "o objetivo real desse decreto e portaria foi reiteradamente denunciado pelos sindicatos e objeto de disputa judicial entre os trabalhadores e capital. Em 1965, em SP dos 200.000 trabalhadores, 75.000 são menores" (1983, p. 175).

não de coibir a exploração do trabalho infantil, mas para que o Estado tirasse de suas mãos o trabalho espúrio de referendar formalmente esse estado de coisas, limitando sua ação à 'orientação dos programas de aprendizagem, evitando assim de serem envolvidos em questões judiciais entre os trabalhadores menores e empregadores, com tem ocorrido freqüentemente na Capital e no Interior'.

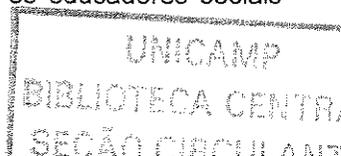
Esta tendência se aprofundou, de modo que no início da década de 1960 em diante, as atividades desenvolvidas pelo SENAI se afastaram ainda mais de sua concepção original de organização dedicada à busca pela hegemonia da burguesia industrial, preocupação muito mais ampla que simplesmente suprir as carências do mercado, ávido pelo aumento da força de trabalho, atendendo as exigências das grandes empresas quase sempre multinacionais.

A atuação do SENAI nos períodos de maior crescimento e complexificação da indústria brasileira foi marcada tanto pela procura em satisfazer os interesses imediatistas da indústria em termos de qualidade exigida pelos seus trabalhadores, como pela tentativa das empresas burlar os dispositivos legais que as obrigam a propiciar formação profissional aos seus empregados. O resultado mais palpável dessa atuação tem sido a degradação dos programas como meio de aumentar a 'produtividade' do ensino (*idem*, p. 203).

Nesse sentido, além da aprendizagem passar a ser dentro da fábrica, também o próprio SESI passou a investir mais sistematicamente nas relações estabelecidas no interior do núcleo fabril. Através dos Conselhos Internos de Orientação Social, criados desde final da década de 1940 mas com o atendimento ampliado neste período de redefinição, "os educadores sociais¹²¹ [...] estenderam seus contatos dentro das empresas industriais" (WEINSTEIN, 2000, p. 300). A função dos Conselhos Internos de Orientação Social era "divulgar informação sobre o órgão, estimular os operários a usar seus serviços, promover cursos do SESI dentro da empresa", mas fundamentalmente, "alertar os operários quanto aos potenciais conflitos industriais e encaminhar os operários 'desajustados' ao setor do SESI mais adequado" (*ibidem*).

A ampliação dessa investida se deu em meados da década de 1950, quando a Divisão de Orientação Social "iniciou um programa experimental para enviar

¹²¹ Segundo Antonio Devisate, em sua breve introdução ao citado manual, os educadores sociais eram "devotados soldados da Paz Social" (WEINSTEIN, 2000, p. 301).



educadores sociais ou assistentes sociais a uma fábrica específica para um estágio” com o objetivo de “observar as ‘relações humanas’ dentro da fábrica”, alertando “a gerência para os problemas mais urgentes” e colaborar “com o contramestre na implementação de propostas para melhorar a produção e manter a paz social” (*ibidem*).

A experiência foi a tal ponto bem sucedida que o SESI institucionalizou-a como um programa regular da Divisão de Orientação Social, que passou a funcionar com base em um *Manual do Estagiário*, publicado a partir de 1958. A idéia de apostilar o conteúdo e a metodologia de trabalho do estagiário era garantir que fosse alcançado o objetivo central que, conforme afirmou, sem ambigüidades, Antonio Devisate era “remover os pontos de desentendimentos entre o Capital e o Trabalho porventura existentes no interior das fábricas” (*idem*, p. 301).

A organização científica e a adoção dos métodos racionais eram necessários ao processo de formação do *novo homem* exigido pelo capital. A atribuição dessas instituições era a de substituir o trabalhador qualificado formado sob controle operário, por trabalhadores habituados à disciplina de fábrica, e a operarem segundo a racionalidade capitalista.

“Este movimento exigiu a recomposição interna do operariado, concomitantemente ao processo de reestruturação da composição social e ideológica das classes trabalhadoras como um todo” (TUDE DE SOUSA, 1991, p. 48). Apesar da profundidade das modificações introduzidas pela investida fordista, pode-se inferir a partir da experiência histórica que, frente a esta tentativa de hegemonia do grupo dominante, o *resultado mais significativo foi o alargamento das alianças entre direção econômica e cultural e os grupos subalternos, o que contribuiu decisivamente para a preservação do modo de produzir e viver capitalista e conseqüentemente para uma real e lamentável subordinação das classes subalternas.*

O “*alargamento das alianças entre direção econômica e cultural e os grupos subalternos*” só é possível pelo “diálogo”, entendido como o elemento que permite a

transição do conflito à conciliação, que estabelece a “paz” dos contratos entre os estruturalmente desiguais, em suma, que impõe a cidadania [burguesa] como norma. Châtelet (2003, pp. 188-189) chama a atenção para a diluição dos antagonismos: “fica a prática hipócrita que as instâncias políticas, os técnicos dos ‘meios de comunicação de massa’, os pedagogos, os professores de moral, os arautos dos diversos economicismos nos impõem”. Ao reduzir discursos e práticas das classes subalternas, contraditórios com os das classes dominantes, o que estas procuram é a naturalização da história. Nas palavras de Francisco de Oliveira: “Essa grande operação de silêncio, de roubo da fala, que se sintetiza na busca da ‘harmonia social’, é bem o signo da anulação da política” (1999, p. 61). Diálogo e fim da história são, pois, estratégias privilegiadas de dominação.

CONCLUINDO...

Todavia, o historiador – com toda a necessária distância – consegue fixar e compreender que os inícios de um novo mundo, sempre ásperos e pedregosos, são superiores à decadência de um mundo em agonia e aos cantos de cisne que ele produz¹²².

Uma síntese daqueles... que vêm hipostaziados como caracteres nacionais: o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando, por assim dizer, o homem italiano do Renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci tornado homem-massa ou homem-coletivo, mantendo, contudo, as sua forte personalidade e originalidade individual. Uma coisa à toa como se vê¹²³.

Neste momento de finalização [provisória] do nosso trabalho ressaltamos a perspectiva do embate entre os projetos hegemônicos. Contrariamente àqueles que pensam a teoria como neutra e descompromissada partimos da constatação de que a vida social é marcada pelo antagonismo das classes, antagonismo que se dá em todas as formas assumidas pela totalidade social, seja nacional, seja internacionalmente. Isto pode ser visto exemplarmente a partir dos discursos e práticas de Francisco Campos e dos intelectuais orgânicos - teóricos e práticos - do IDORT e do SENAI-SESI. Por mais que possa parecer *determinista* a afirmação de que a realidade histórica concreta decorre do antagonismo mencionado, vemos isto ser comprovado, na prática, pelas ações das burocracias públicas e privadas do período analisado.

O IDORT e mais tarde o SENAI e o SESI, via adaptação das práticas taylorfordistas, buscam reformatar a classe trabalhadora para que as exigências do capital possam ser atendidas. A possibilidade de articulação das práticas de industriais e educadores, do privado e do público é dada, fundamentalmente, pela construção dos

¹²² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 1, p. 113, 2004.

¹²³ Carta à Júlia Schucht [1-8-1932] in: GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*, pp. 300-301, 1966.

intelectuais burgueses capazes de criar as condições para que a sua classe, como um todo, e apesar da reação dos setores mais conservadores dela, possa dar um salto de qualidade estabelecendo assim a *ideologia da sua maturidade*¹²⁴, como diria Gramsci. O discurso passa pela interiorização, não apenas como teoria, mas como prática, insisto, na produção material direta e na escola. A captura da subjetividade dos antagonistas se dá pela neutralização das formas de trabalhar, de pensar, viver e sentir. Daí a preocupação do SENAI com a formação dos meninos da classe operária [o hiato nocivo, e a prática de escotismo, por exemplo], com as futuras esposas [preparando-as desde meninas], com a moralidade familiar e social dos seus trabalhadores e até mesmo com a preparação do “guia” que orientaria as práticas sindicais dos trabalhadores. Trata-se da presença de Ford nos trópicos...

Essa incorporação ativa passa pela necessidade da segmentação do sistema educacional [escola humanista e escola profissionalizante] necessária para a construção do que eles chamavam de “elites condutoras” e de massa a ser conduzida. O saber não é universal, mas determinado pela luta das classes. O saber prático que se exige dos trabalhadores na fábrica implica o que Gramsci caracteriza como o “meio-homem”, aquele de “olho infalível e mãos firmes”. Nenhuma novidade, considerando que esta é uma tendência inerente à sociedade capitalista. Só que se tratava agora de uma nova classe tanto nacionalmente [presença menor de imigrantes], quanto de forma [fortalecimento do processo de industrialização] o que requeria, do ponto de vista do capital, a introdução do que ideologicamente eles chamavam de “organização racional e científica do trabalho”.

Este processo se dá em um momento particular da revolução passiva no Brasil. Incapaz de incorporar politicamente as classes trabalhadoras [cidadania é aqui um “figurino de moda anglo-americana”] buscou-se sugar a subjetividade delas e estabelecer o horizonte capitalista vigente à época. Vale dizer, encontramos aqui refletidos também os embates do liberalismo, do *New Deal* americano e das alternativas

¹²⁴ Sobre a ideologia da maturidade ver em especial *Il Riformismo Borghese*, Avanti! nº 337 In: *La Città Futura - 1917-1918*, Giulio Einaudi Editore Torino, pp. 470-472, 1982 e *Per Chiarire le idee sul riformismo borghese*, Avanti! nº 343, 11-12-1917, *idem*, pp. 481-483, 1984.

nazi-fascistas de resposta à crise mundial do capital. Não bastava, portanto, criar um novo operário manual. Era necessário criar também um corpo de técnicos cujo horizonte intelectual deveria ser limitado e que pudesse responder às necessidades do capital em todos os níveis demandados pela sociedade crescentemente industrializada. Ganha sentido, também aqui, as propostas de reformulação da educação seja humanista, seja técnica. Construir elites, construir massas. Construir condutores, construir conduzidos. Esse é o universo no qual Francisco Campos e Gustavo Capanema atuaram. O peso do pragmatismo de Dewey e das variantes escolanovistas foi decisivo. Era necessário *civilizar* a totalidade social a partir do “espírito”, da “alma” capitalista. Assim o processo educacional longe de ser algo abstrato, produto das teorias dos educadores, é a forma da prática destes, na construção da ordem do capital.

A necessária captura da subjetividade dos antagonistas é uma determinação objetiva do capital, “contradição em processo”, como disse Marx. O capital produz e reproduz essencialmente as relações sociais capitalistas, ou seja, as classes, o antagonismo. Nesse sentido, tenta-se construir as classes trabalhadoras à imagem e semelhança das necessidades burguesas o que, como vimos, implica também na sua “educação” política. Daí a necessidade do conceito de pacto social sublinhado tantas vezes pelos intelectuais do IDORT e do SENAI-SESI.

Esse processo exigiu o redesenho da relação privado-público. O Estado, principalmente no que se refere à sua “desorganização”, teve que ser reconstruído e, pela atuação orgânica de Francisco Campos, foram feitas as mudanças fundamentais para adaptar-se aos novos tempos. Assumindo um papel mais claramente intervencionista e com uma “fúria legisferante” buscou regular tudo e todos às necessidades da nova etapa. Aqui verificamos um dos elementos importantes desse processo: a mobilidade recíproca dos intelectuais do privado e do público. A idéia da reforma do estado como condição de eficácia do capital estava claramente colocada.

Esse processo, contudo, não é linear, nem pacífico. Daí a intervenção, seja dos aparelhos privados de hegemonia (busca do consentimento pela formação do novo trabalhador, de sua família), seja dos aparelhos públicos e privados de coerção [leis anti-greve, etc.]. A própria presença marcante das ditaduras abertas [1930-45; 1964-84], como alerta Francisco de Oliveira, expressou a dificuldade real da burguesia em fazer valer seu projeto de classe.

Por fim, salientamos que os trabalhadores não foram, nem são elementos passivos. O princípio educativo tal como Gramsci trabalhou, vai na perspectiva da construção de uma *outra hegemonia*. Ele, ainda nos escritos pré-carcerários¹²⁵ afirmou que “o problema da educação é o máximo problema de classe”. Isto dimensiona a centralidade que tem a definição do projeto político-pedagógico de uma classe para a conquista de sua hegemonia.

Para as classes subalternas, segundo ele, a definição do seu projeto político-pedagógico é *condição necessária* para subtrair-se das diversas formas de dominação ideológica, política, econômica burguesa. Esse processo se inicia com a *organização da cultura* que é tarefa de todos os organismos coletivos [partido político, imprensa operária, sindicatos, movimentos sociais, etc.] interessados em criar um “espírito de cisão”, mas é também compromisso individual em assumir a parcela que lhe cabe.

A pedagogia gramsciana que articula organicamente estas duas dimensões, individual e coletiva, tem importância estratégica na construção da hegemonia subalterna. Construção que exige uma escola que supere a “divisão fundamental da escola clássica e profissional” (Cadernos do cárcere, v. 2, p. 33).

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, manualmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (*ibidem*).

¹²⁵

GRAMSCI, A. *Socialismo e Cultura*, in: *Escritos Políticos*, v. 2, p. 59, 2004.

A crítica feita por Gramsci à escola cujo interesse mediato e imediato é o processo produtivo, que forma *homens pela metade* (MANACORDA, 1990, p. 29), é superada com a proposta de uma escola única ou unitária.

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-se e emprestando-lhes um novo conteúdo.

A defesa do princípio educativo, segundo o qual, é necessário “dosar a formação das capacidades intelectuais e técnico-manuais”, corresponde ao fato de que, segundo ele, as transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XX, forjaram um novo tipo humano: o trabalho não é apenas uma mercadoria mas, é o elemento central da construção da nova sociedade. Se do ponto de vista capitalista é necessário obter um trabalhador desqualificado, o processo de formação demandado pela sociedade socialista requer deste trabalhador a capacidade de pensar no sistema produtivo na perspectiva da totalidade social e não do lucro privado. Aqui claramente reencontramos a temática do embate de projetos e é nesse sentido que se coloca a perspectiva gramsciana do princípio educativo.

O estabelecimento de formas novas de sociabilidade, fundamentais em uma nova sociedade que busque superar os estreitos limites do econômico-corporativo e realizar a catarse, isto é, a passagem ao nível ético-político implica, não apenas, modificações na concepção do produzir e reproduzir a materialidade, mas de estabelecer todo o universo de construção e representação, adequados e necessários, à essa transformação [o novo *bloco histórico*]. A passagem ao nível ético-político é, na realidade, uma reforma intelectual e moral. Trata-se do que Gramsci chamou do novo *homo œconomicus*, do novo mercado determinado que implica, também, em um novo modo de vida.

Na realidade esse processo, aqui analisado, permanece atual. Mecanismos similares, ainda que com especificidades dada a historicidade da sociedade brasileira, voltarão a ocorrer seja na ditadura, seja sob os governos neoliberais. Aqui, como lá, é

necessário redesenhar as classes, o Estado, as formas produtivas, a burocracia pública e privada [com freqüentes migrações entre elas], a reforma do estado e da educação em todos os níveis. Em especial, destacamos a chamada senaização e as posteriores transformações do ensino técnico e tecnológico tal como recomendava Rodolfo Fuchs, inspetor da educação industrial do Estado Novo.

Assim, podemos afirmar que a permanente reinvenção da classe trabalhadora para o capital é a forma pela qual os dominantes buscam “sugar” a subjetividade dos trabalhadores e impedir que estes apareçam como alternativa de poder e de sociedade. Daí a necessidade de ideologias e práticas do tipo “parcerias”, “inclusão”, “pacto social”, etc. E a redução do processo político, do ponto de vista burguês, à mera forma administrativa eternizadora da dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. *Repensando a questão da qualificação profissional*. Disponível em: [<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revis.html>] . Acesso em: 10 de janeiro de 2005.

ARELARO, Lisete R. Gomes. *Descentralização na Lei 5692 : coerência ou contradição*. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1980.

_____. *A municipalização do ensino brasileiro*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999a.

_____. *Financiamento e qualidade da educação brasileira: algumas reflexões sobre o documento "Balanço do Primeiro ano do Fundef – Relatório Mec"*. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). *Financiamento da Educação Básica*. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia, GO: Ed. Da UFG, 1999b.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BASBAUM, Leôncio. *A História Sincera da República*, São Paulo, Alfa-Omega, volume 2, 1975-76.

BRAGA, Ruy. *Luta de classes, Reestruturação Produtiva e Hegemonia*. In: *Novas Tecnologias. Crítica da Atual Reestruturação Produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. *Sobre as atuais mutações no universo produtivo*. In: *Universidade e Sociedade*, nº 13. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Brasília: ANDES-SN, julho de 1997.

BRANDÃO, Zaia. *Paschoal Lemme, Marxista e Pioneiro da Educação Nova*. FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. 2ª ed. – Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. LTC Editora. 2ª ed., 1981.

BRYAN, Newton Antonio Paciulli. *Educação e Processo de Trabalho: Contribuição ao Estudo da formação da força de trabalho no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação)-UNICAMP/SP, Campinas, 1983.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva*. In: FERRI, F. (Org.) *Política e História em Gramsci*. Vol. I. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1977.

BUFFA, Ester & NOSELLA, Paolo. *A Educação Negada: Introdução ao Estudo da Educação Contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991.

CAMPOS, Francisco. *Antecipações a Reforma Política*. Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1940.

_____. *Educação e Cultura*. Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1941.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *O debate sobre a Identidade da Cultura Brasileira nos Anos 20: O Americanismo de Anísio*. In: SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. *Anísio Teixeira, 1900 – 2000. Provocações em educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHÂTELET, François, “*Dialética, Diálogo, Discussão*”. In: *Universidade e Sociedade*, nº 30. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Brasília: ANDES-SN, junho de 2003.

COHN, Gabriel. *Problemas da Industrialização do século XX*. São Paulo. In: MOTA, C.G. (org.). *Brasil em Perspectiva*. RJ: Editora Bertrand, (19ª Ed.), pp. 283-316, 1987.

CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino médio e ensino técnico: de volta ao passado?* *Educação e Filosofia* (Uberlândia), nº 24, jul./dez.1998.

_____. *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil*. In: *Revista Brasileira de Educação - (Número Especial)*, Andep, nº 14, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

_____. *Comemorando o cinquentenário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova/32*. In: *Revista Quadrimestral de Ciências da Educação*. Cadernos Cedes / Educação e Sociedade, nº 12, pp. 05-13, set. de 1982.

DIAS, Edmundo Fernandes (et al.). *Hegemonia: racionalidade que se faz história*. In: DIAS, Edmundo Fernandes. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996a.

_____. *Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. In: DIAS, Edmundo Fernandes. O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996b.*

_____. *A liberdade (im)possível na ordem do capital: Reestruturação produtiva e passivização. IFCH/ UNICAMP, nº 29, 2ª ed. Ampliada e revista – agosto de 1999a, Textos Didáticos.*

_____. *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1999b.*

_____. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia. 1ª ed. – São Paulo: Xamã, 2000.*

_____. *Democrático e Popular? In: Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, nº 8, pp. 7-26, 2003.*

_____. *A Política Brasileira: o embate de projetos hegemônicos. Campinas / SP, 2005, mimeo.*

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.*

DUARTE, Newton.. *As Pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. In: Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.*

EVANGELISTA, Olinda. *A formação universitária do professor: o debate dos anos 1920 e a experiência paulista dos anos 1930. In: MORAES, Maria Célia Marcondes (org.) Iluminismo às avessas. Produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.*

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. São Paulo. In: MOTA, C.G. (org.). Brasil em Perspectiva. RJ: Editora Bertrand, (19ª ed.), pp. 227 – 255, 1987.*

FÉLIX, Maria de Fátima Costa. *A escola como ambiente de trabalho e de formação do trabalhador. RBAE 4 (1), jan / jun, 1986.*

_____. *Municipalização do ensino de 1º grau: uma proposta de democratização ou de sonegação da educação destinada às classes populares? Revista Educação e Sociedade, São Paulo, Cedes, Papirus, (35), 1990.*

_____. *Educação e Trabalho: muito além do operário padrão [et al.]*. Revista Teoria e Debate. São Paulo. Partido dos Trabalhadores, (21), 1993.

FILHO, Lourenço. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo. Edições Melhoramentos. Série Biblioteca de Educação, 1967.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade*. 2ª edição, Tradução de Monteiro Lobato, 1964.

FREDERICO, Celso. "Razão e Desrazão: A Lógica das coisas e a Pós-modernidade". Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, (55): 174-187, nov.1997.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado & Sociedade*. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. 2ª ed. – Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "Fazendo pelas Mãos a Cabeça do Trabalhador: o Trabalho como Elemento Pedagógico na Formação Profissional". In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 47, pp. 38-45, nov, 1983.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho. *Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952* – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

GENTILI, Pablo. *Adeus à escola pública. A desordem neoliberal, a violência do mercado e ao destino da educação das maiorias*. In: *Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Seleção e tradução de Noênio Spínola, Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Quarderni del carcere*. Einaudi Editore, Tourino, vol. 2, 1977.

_____. *Cronache Torinesi – 1913-1917*, Giulio Einaudi Editore, Torino, 1980.

_____. *Il nostro Marx – 1918-1919*, Giulio Einaudi Editore, Torino, 1984.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 1 (Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce)*, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 1999.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo)*, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2ª edição, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 3 (Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política)*, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 4 (Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo)*, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 5 (Il Risorgimento. Notas sobre a história da Itália)*, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2002.

_____. *Escritos Políticos. Vols. 1 e 2*, Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

HOBBSBAWM, E. *A Era das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcus Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Paoli, - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *O novo século – entrevista a Antonio Polito*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

HORTA, José Silvério Baia. *Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil: uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

IANNI, Octavio & CARDOSO, Fernando Henrique. *Exigências educacionais do processo de industrialização*. In: *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, pp. 206- 244, 1963.

- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Civilização Brasileira, 1968.
- KUENZER, Acácia Zeneida. *A Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 4ª ed. revista. – São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2000.
- LASKI, Harold Joseph. *O liberalismo europeu*. Tradução de Alvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- LÊNIN.V.I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4ª edição, São Paulo: Global, 1987.
- LIMA, Medeiros. *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia – a Luta pela Emancipação (Um Depoimento de Jesus Soares sobre a Política de Vargas)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LIMA, Kátia Regina de Sousa. *Fontes e origens da proposta da reforma universitária*. In: Revista da Adunicamp, *Reforma ou Demolição ?* – Ano 6, nº 2, setembro, 2004.
- LINS, Ana Maria Moura. *Educação Moderna – Contradições entre o Projeto Civilizatória Burguês e as Lições do Capital*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. – (Coleção educação contemporânea).
- MACHADO, Lucília R. de Souza. *Educação e divisão social do trabalho – Contribuição para o estudo do ensino técnico brasileiro*. 2ª.edição. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- MANACORDA, A. *O princípio educativo em Gramsci*. Tradução de William Lagos. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Organização e introdução: Oswaldo Coggiola, Biotempo Editorial, 1998.
- MEDEIROS, JARBAS, *Ideologia Autoritária no Brasil 1930-1945*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978.
- MICELI, Paulo Celso. *Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928-1948*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1992.

MORAES, Maria Célia Marcondes. *Recuo da teoria*. In: MORAES, Maria Célia Marcondes (org.) *Iluminismo às avessas. Produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1976 reimpressão.

NOVAIS, Fernando A. *O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial*. In: MOTA, C.G. (org.). *Brasil em Perspectiva*. RJ: Editora Bertrand, (19ª ed.), pp. 47-63, 1987.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira na análise crítica e proposição de formulação das políticas públicas de seu tempo*. Niterói, mimeo, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

_____. *Os direitos do antivalor – a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade e ROSAR, Maria de Fátima Félix et al. *Política e Gestão da Educação*.- Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PEREIRA, Maria Cristina Cardoso. *Gramsci e a resistência dos Conselhos Operários na Itália no limiar do Taylorismo (1918-1920)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -UNICAMP/SP, Campinas, SP, 2001.

PICHELI, Valdir. *O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil 1930-1945*. Dissertação (Mestrado em Educação)-UNICAMP/SP, Campinas, SP: [s.n.], 1997.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. *História da Educação Brasileira*. São Paulo,: Cortez e Moraes, 1979.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil* – Campinas, SP: Autores Associados: Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

RODRIGUES, José. *O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional das Indústrias*. Autores Associados: Campinas, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação brasileira (1930/1973)*. Petrópolis, Vozes, 1978.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. *Administração da educação brasileira: desafios e perspectivas*. Revista Universidade e Sociedade, ANDES- SN, São Paulo, (07), 1994.

_____. *Globalização e descentralização: o processo de desconstrução do sistema educacional brasileiro pela via da municipalização*. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ROSAR, Maria de Fátima Félix & SOUSA, Miriam Santos. *Aspectos da municipalização do ensino de 1º grau. Relatório da 1ª fase da pesquisa sobre as Políticas de Municipalização do Ensino no Maranhão*. São Luís, Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, mimeo, 1995.

_____. *A política de municipalização no Estado do Maranhão: alguns aspectos contraditórios*. IN: OLIVEIRA, Cleiton et al. *Municipalização do Ensino no Brasil*. Belo Horizonte, Autentica, 1999.

_____. *Impactos do FUNDEF na qualidade da escola pública nos municípios maranhenses. Relatório da 2ª fase da pesquisa sobre as Políticas de Municipalização do Ensino no Maranhão*. São Luís, Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, mimeo, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 30 ed. Campinas, SP, Autores Associados, 1995a.

_____. *Pedagogia Histórico- crítica: primeiras aproximações*. 5ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995b.

_____. *Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____. *Sobre a atualidade de Anísio Teixeira*. In: SMOLKA, A. L. B. & MENEZES, M. C. (org.) *Anísio Teixeira, 1900 – 2000. Provocações em Educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

_____. *O legado educacional do século XX no Brasil [et al.]*.- Campinas, SP: Autores Associados, 2004. – (Coleção Educação Contemporânea).

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SHEEN, Rosemary Coimbra Campos. *Política educacional e hegemonia: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960*. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto. *O eufemismo da profissionalização*. In: MORAES, Maria Célia Marcondes (org.) *Iluminismo às avessas. Produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Geraldo Bastos. *Introdução à crítica do Ensino Secundário*. CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e difusão do Ensino Secundário, Rio de Janeiro, 1959.

SIMONSEN, Roberto. *O trabalho moderno*. São Paulo, São Paulo Ed., 1919.

_____. *Rumo à verdade: sociologia, política, economia: discurso oficial na fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a 27 de maio de 1933*. São Paulo, São Paulo Ed., 1933.

_____. *Discursos proferidos no Senado Federal no ano de 1947, s/ed.*

SINGER, Paul. *O Brasil no Contexto do capitalismo internacional: 1989-1930*. In: HOLANDA, S.B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano – 1º. Volume: Estrutura de poder e economia (1989-1930)*. São Paulo : DIFEL, 1985, pp. 345-390.

SOLA, Lourdes. *O Golpe de 37 e o Estado Novo*. São Paulo. In: MOTA, C.G. (org.). *Brasil em Perspectiva*. RJ: Editora Bertrand,(19ª Ed.) pp. 256-282, 1987.

SOSA, Ruth. *Crise do Fordismo ou Crise do Capital? Para uma análise gramsciana dos aparelhos de hegemonia no capitalismo contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- UNICAMP/SP, Campinas, SP: [s.n.], 1998.

TEIXEIRA, Anísio S. *Educação não é privilégio*. 4ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977. (Atualidades Pedagógicas, volume 130).

_____. *Pequena Introdução à filosofia da educação – A escola progressiva ou, a transformação da escola*. 6. ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TUDE DE SOUZA, Ângela M. *Sobre o “Americanismo e Fordismo” de Antonio Gramsci*. HISTÓRIA & PERSPECTIVA, N.º 5 – Uberlândia, 1991.

_____. “A crise contemporânea e a nova ordem mundial: as forças produtivas e as classes sociais na atual ordem hegemônica”. In: *Universidade e Sociedade*, N.º 6, pp. 30-39, Fevereiro 1994.

WARDE, Mirian Jorge. *O Manifesto de 32: reconstrução educacional no Brasil*. Revista da Associação Nacional de Educação, Ano 1, n.º 5, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. Tradução: Luciano Vieira Machado. – São Paulo: Cortez: CDAPH- IFAN – Universidade São Paulo, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: A renovação do materialismo histórico*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

_____. *Discurso no Estádio do Vasco (1/5/51)*. In: *Ensaio de Opinião*, [s.n.], 1975.
A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932 – 1937) – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.*

XAVIER, Maria Elizabete. *Capitalismo e Escola no Brasil*. Campinas, SP; Papyrus, 1990.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para Além do Campo Educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ZANATTA, Mariza (org.). *De Homens e Máquinas: Roberto Mange e a formação profissional*. Projeto Memória SENAI-SP. Acervo Roberto Mange – inventário analítico /

Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, v.1, 1991.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - O GIZ & A GRAXA – Meio século de educação para o trabalho/ Projeto Memória SENAI – SP. São Paulo, 1992.

Revista do IDORT: São Paulo, nº 1, janeiro de 1932.
Editorial: “O que Somos”.

Revista do IDORT, São Paulo, nº 3, março de 1932.
Artigo: PINTO, A. Costa. “Casos do Taylorismo”.

Revista do IDORT, nº 6, São Paulo, junho de 1932.
Artigo: “Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho”, (sem assinatura)

Revista do IDORT, nº 7, São Paulo, julho de 1932.
Editorial: “Racionalização; Um Mal?”
Artigo: MANGE, Roberto. “Profissional Racional no Curso de Ferroviário da Escola Profissional de Sorocaba e Estrada de Ferro Sorocabana”.

Revista do IDORT, São Paulo, nº 17, maio de 1933.
Artigo: SILVEIRA, Noemy M. da. “Da homogeneização das classes escolares”.

Revista do IDORT, São Paulo, nº 20, agosto de 1933.
Artigo: OLIVEIRA, António Bernardes de. “Exame de Sanidade dos Operários”.

Revista do IDORT, São Paulo, nº 56, agosto de 1936.
Artigo: AZEVEDO, Aldo Mario de. “A humanização da machina e a mechanização do homem”.

Revista do IDORT, São Paulo, nº 61, janeiro de 1937.
Artigo: BUSCH, Leontina Silva. “A Racionalização no Processo dos Livros Didacticos”.

Revista do IDORT, São Paulo, nº 64, abril de 1937.
Artigo: AZEVEDO, Aldo Mario de. “A humanização da machina e a mechanização do homem” (continuação).

Revista do IDORT, São Paulo, nº 66, junho de 1937.
Artigo: MANGE, Roberto. "Racionalização da Medicina".

Revista do IDORT, São Paulo, nº 72, dezembro de 1937.
Editorial: "Ensino profissional".

Revista do IDORT, São Paulo, nº 130, outubro de 1942.
Artigo: MANGE, Roberto. "Escolas Profissionais junto às indústrias".

ANEXO FOTOGRÁFICO

As fotos apresentadas neste trabalho foram retiradas das seguintes fontes:

Fotos: capa, 1, 3, 4 *apud* MICELI, Paulo Celso. *Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928-1948*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1992.

Fotos: 2, 5, 6, 7, 9, 10 *apud* ZANATTA, Mariza (org.). *De Homens e Máquinas: Roberto Mange e a formação profissional*. Projeto Memória SENAI-SP. Acervo Roberto Mange – inventário analítico / Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, v.1, 1991.

Foto 8 *apud* SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - O GIZ & A GRAXA – Meio século de educação para o trabalho/ Projeto Memória SENAI – SP. São Paulo, 1992.



Foto 1: Aprendizes ferroviários em Sorocaba: a experiência do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional criado no ano de 1934, foi a experiência que de modo mais sistemático utilizou o método Della Voz, adotando as séries metódicas, tendo o SENAI como seu herdeiro principal.

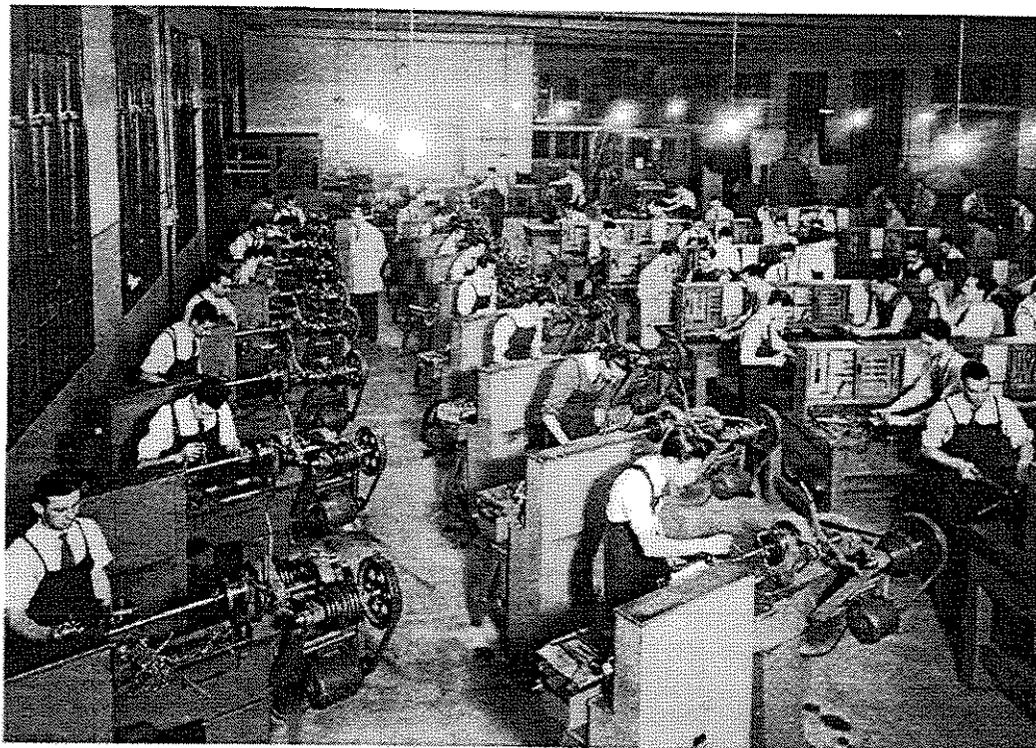


Foto 2: Em 18 de setembro de 1944, uma oficina de aprendizagem de tornearia do SENAI-SP.



Foto 3: Além da sessão de cinema – com vídeos cuidadosamente selecionados – para a classe trabalhadora, O SESI criou as caixas-estantes que eram enviadas às fabricas para que os operários pudessem consultar os livros.



Foto 4: Cena de um curso de “orientação” de leituras realizado pelo SESI.

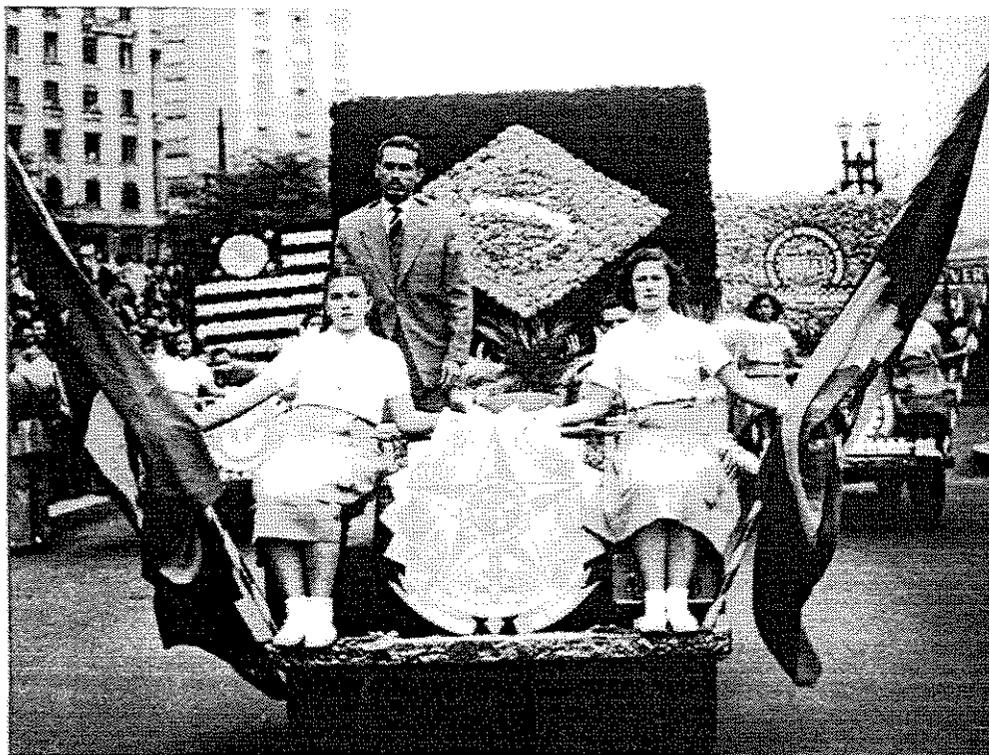


Foto 5: Comemoração do 1º de Maio e a “inclusão” subalterna da mulher à classe trabalhadora.

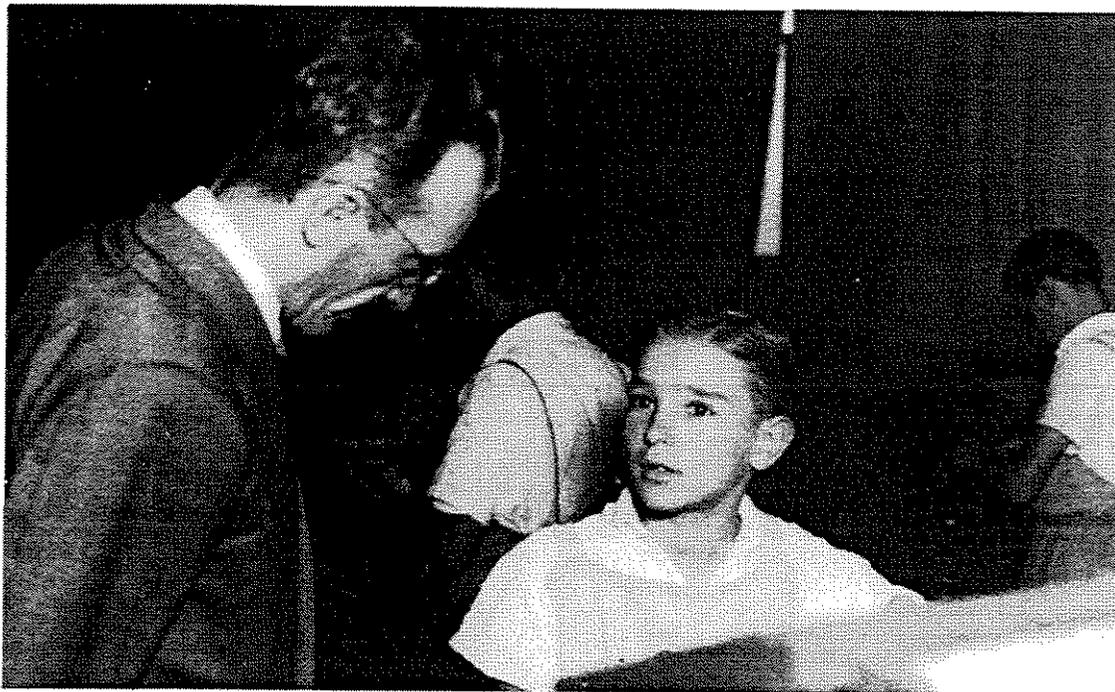


Foto 6: A preocupação com o “hiato nocivo”, resultou, em outras medidas, na formatação da futura classe trabalhadora. Também importava a orientação vocacional, uma das grandes contribuições dos teóricos e práticos escolanovistas.

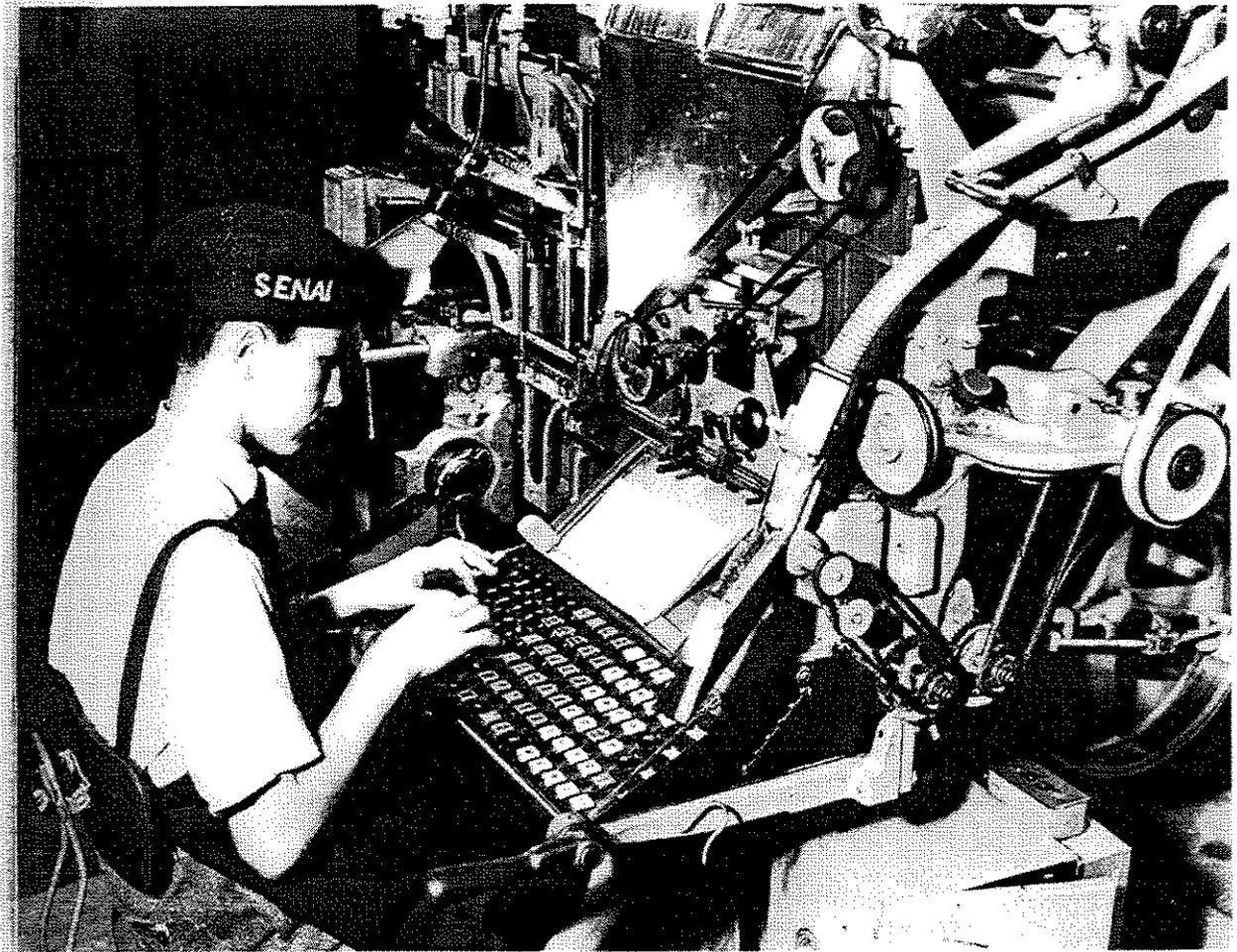


Foto 7: Homens ou máquinas? Vigilante e executor de rotinas determinadas pela máquina ao invés de construtor de uma nova *civiltà*.



Foto 8: Ao contrário do que era propagandeado, o capital não necessita de *profissionais qualificados*, mas como diria Gramsci, de “olho infalível e mãos firmes”.



Fotos 9 e 10: As cozinhas distritais e a distribuição de alimentação. Importava às necessidades do capital: operários dóceis, saudáveis e produtivos.